



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

MARIA IRACI BARROS PINTO IRENE

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS
PROGRAMAS UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E FUNDO DE
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO
A EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS CURSOS NA MODALIDADE EAD
(EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA)**

**RECIFE
2025**

MARIA IRACI BARROS PINTO IRENE

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS
PROGRAMAS UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E FUNDO DE
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO
A EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS CURSOS NA MODALIDADE EAD
(EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Gestão e produção de conteúdos para a Educação a Distância

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

RECIFE
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

I66p Irene, Maria Iraci Barros Pinto.

Políticas públicas educacionais: uma análise dos programas universidade para todos (PROUNI) e fundo de financiamento estudantil (FIES) como instrumentos de acesso a educação superior para os cursos na modalidade EAD (Educação a Distância) / Maria Iraci Barros Pinto Irene. – Recife, 2025.

127f.; il.

Orientador(a): José de Lima Albuquerque.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia - UAEADTEC, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Políticas públicas. 2. ProUni (Programa). 3. Ensino a distância. 4. Inclusão educacional 5. Estudantes universitários. I. Albuquerque, José de Lima, orient. II. Título

CDD371.39442

MARIA IRACI BARROS PINTO IRENE

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS
PROGRAMAS UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E FUNDO DE
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO
A EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS CURSOS NA MODALIDADE EAD
(EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Aprovada em: _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca: Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância-
PPGTEG/UFRPE

Membro Externo: Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento (PPAD/UFRPE)

Membro Interno: Prof^a. Dr^a. Márcia Karina da Silva Luiz
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância-
PPGTEG/UFRPE

DEDICATÓRIA

Ao meu
Deus, meu filho, meu
esposo e meus
familiares dedico
cada lauda desta
pesquisa

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por toda a bondade e misericórdia que, muitas vezes nem merecemos, mas o Senhor nos protege e nos acolhe. Toda a minha honra e gratidão;

As minhas tias e tios, avô e avó (In Memoriam) que na ausência materna, estiveram sempre ao meu lado. Minha eterna gratidão;

Ao meu pai e minha mãe, (In Memoriam - por não conhecer, pela ausência física, mas a presença espiritual) ser minha rede de apoio ao longo de toda a minha caminhada;

Ao meu esposo Cristiano, pela parceria, por todo apoio, por todo cuidado comigo e com meu menininho pelo coração sempre disponível a ajudar. TE AMO Marido!

Ao meu filho Igor Henrique, uma dádiva e herança que o Senhor me presenteou pra amar, cuidar e permitir estar com ele em todos os momentos de sua vida. TE AMO Filho!

Aos meus familiares pelo amor e zelo e que, fazem parte da minha trajetória educacional com muitas renúncias e aceitação, mas tudo tem um propósito divino;

Aos amigo(a)s de trabalho - presenças essenciais na minha vida - pela força, pelo socorro bem presente, por todos os momentos compartilhados e por me aproximarem cada vez mais de Cristo;

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, por oportunizar o programa de pós-graduação e por nos receber desde 2024, onde experienciamos novas possibilidades de estudo e conhecimento;

Ao meu orientador Prof. Dr. José de Lima Albuquerque pela sintonia de pensamento, recomendações, sugestões e gentileza em atender cada solicitação, angústia e motivação neste percurso educacional;

Aos meus querido(a)s professore(a)s mestres da UFRPE, não apenas na titulação, mas aprendizado de vida que permearam guardados com carinho, representados em nossa comunicação virtual e presencial;

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse projeto. Muito OBRIGADA e externo meu sentimento de agradecimento.

“Não se preocupem com nada,
mas em todas as orações
peçam a Deus o que vocês
precisam e orem sempre com
o coração agradecido” Amém
“ (Filipenses 4:6).

RESUMO

Presente nas Instituições de Ensino Superior, a EaD (Educação a Distância) tem diversificado e potencializado o acesso de um número significativo da população brasileira e, em consonância com os estudos atuais, nos revelam dados que a literatura contempla com a ascensão da modalidade dos mais expressivos níveis de Ensino no país. Diante desse contexto, a pesquisa em tela propõe analisar as Políticas Públicas Educacionais, especialmente o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como instrumentos de acesso a Educação Superior para os Cursos na Modalidade EaD (Educação a Distância) e sua contribuição na democratização do acesso às IES (Instituições de Ensino Superior). Com base nas evidências e proposições, questiona-se até que ponto as opções de financiamento público, especialmente o PROUNI e o FIES, resultam em aumento do acesso à Educação Superior no Brasil e em mudanças na relação público/privado e econômico/social? A pesquisa caracteriza-se quanto à natureza como aplicada e quanto aos objetivos: exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e, quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o emprego do mapeamento sistemático da literatura e documental, onde o estudo se debruça na investigação em bancos de dados do INEP/MEC, como também, em repositórios digitais de artigos, teses e dissertações sobre Políticas Públicas Educacionais e inclusão, especificamente os programas FIES e PROUNI, com foco na modalidade EaD. A pesquisa tem como lastro teórico o saber dos autores: Almeida (2019); Pedroso e Gisi (2023); Novaes (2017); Milcharek (2020), dentre outros. Contudo, os resultados também apontam limitações quanto à qualidade da formação oferecida em alguns cursos EAD, à sustentabilidade financeira do FIES e à concentração de vagas em determinadas áreas do conhecimento. Conclui-se que, embora ambos os programas tenham desempenhado papel relevante na expansão da EAD e na democratização do Ensino Superior, o fortalecimento de mecanismos de regulação, acompanhamento e avaliação é imprescindível para assegurar equidade, qualidade e permanência estudantil. Portanto, a oferta de curso nesta modalidade, apresenta contribuições para melhoria e consolidação das Políticas Públicas Educacionais voltadas para o Ensino Superior, oportunizando aos discentes carentes, o acesso e a permanência aos estudos, mediante sua organização na rotina pessoal e profissional.

Palavras – chave: Políticas públicas educacionais - PROUNI e FIES; Modalidade – Educação a distância; Inclusão no ensino superior.

ABSTRACT

Present in Higher Education Institutions, Distance Education (EaD) has diversified and enhanced access for a significant number of the Brazilian population and, in line with current studies, reveals data that the literature supports regarding the rise of this modality in the most significant levels of education in the country. Given this context, this research proposes to analyze Public Educational Policies, especially the University for All Program (PROUNI) and the Student Financing Fund (FIES), as instruments for access to Higher Education for Distance Education courses and their contribution to the democratization of access to HEIs (Higher Education Institutions). Based on the evidence and propositions, the question is raised as to what extent public financing options, especially PROUNI and FIES, result in increased access to Higher Education in Brazil and in changes in the public/private and economic/social relationship? This research is characterized as applied in nature and, in terms of objectives, as exploratory and descriptive, with a qualitative approach. In terms of technical procedures, it is a bibliographic research employing systematic literature mapping and documentary analysis, focusing on investigations in INEP/MEC databases, as well as digital repositories of articles, theses, and dissertations on Educational Public Policies and inclusion, specifically the FIES and PROUNI programs, with a focus on distance education. The research is theoretically grounded in the knowledge of authors such as Almeida (2019), Pedroso and Gisi (2023), Novaes (2017), and Milcharek (2020), among others. However, the results also point to limitations regarding the quality of training offered in some distance education courses, the financial sustainability of FIES, and the concentration of places in certain areas of knowledge. It is concluded that, although both programs have played a relevant role in the expansion of distance education and the democratization of higher education, strengthening regulatory, monitoring, and evaluation mechanisms is essential to ensure equity, quality, and student retention. Therefore, offering courses in this modality contributes to the improvement and consolidation of Public Educational Policies aimed at Higher Education, providing underprivileged students with access to and continued studies, through their organization into their personal and professional routines.

Keywords: Public educational policies - PROUNI and FIES; Modality - Distance education; Inclusion in higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura1–Número de Alunos Matriculados na Rede Privada de Educação Superior.....	29
Figura2– Estágios para a concepção de Políticas Públicas	31
Figura3– Oferta de Bolsas (integrais e parciais) – PROUNI (2013-2024)	37
Figura4– Quantitativo de Contratos assinados com os beneficiários do FIES (2013-2025)	41
Figura 5 - Gastos com Educação Superior em % de PIB em instituições públicas e privadas-2018	42
Figura 6– Parâmetro comparativo das características do financiamento do Ensino Superior público	44
Figura7– Distribuição de Matrícula nos Cursos de Graduação EaD por UF (2023)	57
Figura8–Municípios com Alunos Matriculados em Pólo EaD 2014/2023	59
Figura9–Matrículas Totais no Ensino Superior em 2022, por Regiões do Brasil	60
Figura10–Distribuição de Matrículas por Gênero	61
Figura 11–Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil	62
Figura 12– Matrículas nos Cursos Presenciais e EaD por Mesorregião do Estado do PI	64
Figura 13– Cursos EaD Matrícula/Ingressantes/Concluintes do Estado do PI	65
Figura 14–Percurso da análise documental	76

LISTA DE QUADROS

Quadro1– Comparativo dos Programas: SISU e PROUNI	19
Quadro2–Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC	20
Quadro3–Quantitativo de Matrículas na Educação Superior e Ensino: Presencial e EaD.....	21
Quadro4– Síntese dos Procedimentos Metodológicos	70
Quadro5–Protocolo do Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL)	73
Quadro6–Quantitativo de Artigos, Teses e Dissertações encontrados no Mapeamento Sistemático da Literatura(2020 - 2025).....	78
Quadro7–CritériosdeInclusãoe Exclusão	79
Quadro 8 - Questões de pesquisa definidas para o MSL	79
Quadro 9 - Síntese do Mapeamento Sistemático da Literatura– discussões e publicações	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Distribuição das Bolsas do PROUNI por Região	96
Gráfico 2– Distribuição das Bolsas do PROUNI por Raça.....	97
Gráfico 3– Distribuição das Bolsas do PROUNI por Gênero	98
Gráfico 4– Distribuição das Bolsas do PROUNI por Modalidade (Presencial e a Distância)	99
Gráfico 5– Distribuição das Bolsas do PROUNI por tipo (Integral e Parcial)	100
Gráfico 6– Distribuição das Bolsas do PROUNI por turno	101
Gráfico 7– Modalidade de Ensino e número de Instituições	102
Gráfico 8– Bolsas concedidas por Região	104
Gráfico 9– Cursos mais Procurados e Notas de Corte	105
Gráfico 10– Gênero e Raça/Cor	105
Gráfico 11– Contratos de Financiamento FIES por Gênero	106
Gráfico 12– Contratos de Financiamento FIES por Turno.....	107
Gráfico 13– Contratos de Financiamento FIES por Região	109
Gráfico 14– Contratos de Financiamento FIES por Raça.....	110
Gráfico 15– Contratos de Financiamento FIES por Gênero, Etnia, Regiões e Turno (2020.2 – 2021.1)	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Resumo quantitativo por Ano/Semestre, Sexo e Etnia dos contratos firmados pelo FIES	112
Tabela 2– Resumo quantitativo por Regiões do Brasil e Turno dos contratos firmados pelo FIES	112
Tabela 3 – Estrutura Curricular	114
Tabela 4 – Componentes Metodológicos	114

LISTA DE SIGLAS

ASPAITE	School of Pedagogical and Technological Education
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
AVA	Ambiente Virtual de Suporte à Aprendizagem
BAP	Bacharelado em Administração Pública
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial/Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BMBF	Ministério Federal da Educação e Pesquisa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Educação Aberta e a Distância
CEE	Centro de Ensino da Educação
CES	Centro de Ensino Superior
CFE	Caixa Econômica Federal
CFT	Centros de Formação Técnica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COPESE	Coordenadoria Permanente de Seleção
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPSA	Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DESTATIS	Instituto Federal de Estatísticas Alemão
DIFES	Diretoria da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
EaD	Educação a Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Educação Superior
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
HEI	Higher Education Institutions
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LISTA DE SIGLAS

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IP	Institutos Profissionais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
MEC	Ministério da Educação
MOODLE	Modular Object Oriented Distance LEarning
MSL	Mapeamento Sistemático da Literatura
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC/CRED	Programa de Crédito Educativo
UC	
PIS	Programa de Integração Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPAD	Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PPGTEG	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SESU	Secretaria de Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAPI	Universidade Aberta do Piauí
U	Universidade
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UF	Unidade da Federação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
1.2 MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA.....	22
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA E QUESTÃO NORTEADORA	23
1.4 JUSTIFICATIVA	23
1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA	25
1.5.1 Objetivo geral	25
1.5.2 Objetivos específicos.....	25
2 REFERENCIALTEÓRICO	27
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	27
2.1.1 Políticas públicas: teorias, conceitos, etapas e avaliação	30
2.1.2 Políticas públicas para o ensino superior.....	34
2.2 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR: OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	36
2.2.1 O programa universidade para todos (PROUNI).....	36
2.2.2 Fundo de financiamento estudantil (FIES).....	38
2.2.3 Modelos de financiamento da educação em outros países.....	41
2.3 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERFACES COM A EaD.....	46
2.3.1 Os programas de financiamento para a educação superior como instrumentos de educação inclusiva.....	47
2.3.1.1 Educação Inclusiva e Acesso ao Ensino Superior.....	49
2.3.1.2 O Acesso à Educação Superior como Instrumento de Mobilidade Social.....	53
2.3.2 Evolução da EaD a partir dos programas de financiamento da educação superior..	56
2.3.3 A educação superior a distância no Piauí	62
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	66

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUANTO A NATUREZA, A ABORDAGEM, AOS OBJETIVOS E AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	66
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL DA PESQUISA.	67
3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	68
3.3.1 Mapeamento sistemático da literatura	69
3.4 PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DO PRODUTO	70
3.5 PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS	71
3.5.1 Procedimentos para atingir o objetivo específico 1	71
3.5.2 Procedimentos para atingir o objetivo específico 2	73
3.5.3 Procedimentos para atingir o objetivo específico 3	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	77
4.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROUNI E FIES PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	77
4.1.1 Discussão e resposta das questões de pesquisa do MSL a partir das publicações selecionadas.....	79
4.1.1.1 Questão de Pesquisa 1 - Qual o impacto dos Programas PROUNI e FIES na Oferta de Curso na Modalidade EAD e Inclusão no Ensino Superior?	79
4.1.1.2 Questão de Pesquisa 2 - Como os Estudos Discutem a Equidade, Inclusão Social e Democratização do Ensino Superior?	81
4.1.1.3 Questão de Pesquisa 3 - Quais são os principais desafios e propostas de aperfeiçoamento?	83
4.2 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, EVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL, PROUNI E FIES	95
4.3 PRODUTO: “CURSO INTERATIVO: QUER PASSAR NO ENEM/VESTIBULAR, POIS VEM ESTUDAR?”, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	112
5 CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	126

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Para assegurar o acesso ao Ensino Superior aos que não conseguem ingressar em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública, o governo tem adotado políticas inclusivas compensatórias em parceria com o setor privado, tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Estes programas suscitam opiniões discrepantes no âmbito econômico/social, daí nos depararmos com estudos que apontam aspectos positivos e negativos destas políticas.

“[...] para que a educação possa contribuir, de fato, na redução das desigualdades sociais, tornam-se necessárias políticas ativas de financiamento que favoreçam o rompimento do círculo vicioso entre educação e renda, que se estabelece de forma tão marcante na sociedade brasileira.” (Corbucci, 2014, p. 699).

O PROUNI (Programa Universidade para Todos) é um dos mais populares programas estudantis criados pelo Governo. Ele oferece bolsas de estudo de 50% a 100%, com base no desempenho dos candidatos no ENEM e na renda per capita familiar. Desde seu início, em 2005, o PROUNI já atendeu cerca de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais. (BRASIL, 2015). O Programa é a possibilidade de ter acesso ao Ensino Superior de qualidade, com 50% ou 100% de desconto na mensalidade. Além disso, a nota de corte do programa não é tão alta quanto a do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Outro ponto positivo é que existem diferentes modalidades, com chances de ingressar em cursos presenciais, semipresenciais ou EAD (Educação a Distância).

As possíveis desvantagens do Prouni para as IES são parecidas com as do Fies. Em momentos ou cenários de recessão, o número de matrículas pode diminuir e o de estudantes endividados pode aumentar. Muitos estudantes que não são beneficiados com a bolsa integral acabam deixando vagas ociosas durante o curso. Para continuar usufruindo dos benefícios do programa, o aluno precisa ter rendimento de, no mínimo, 75% das disciplinas cursadas na Instituição de Ensino (BRASIL, 2014). Isso significa que, é preciso passar em 3 de 4, por exemplo, matérias feitas em cada período para manter a bolsa.

Vale ressaltar que, a diferença entre o Fies e o Prouni está concentrada na fonte de recursos e na forma como estes valores são transferidos para as IES privadas. De acordo com Sousa (2008), o Fies direciona o repasse para as instituições credenciadas através de Títulos do Tesouro Nacional, diretamente para a conta e, as Faculdades podem converter em dinheiro ou utilizar para saldar

dívidas junto ao INSS. Para o Prouni, a forma de financiamento é diferente, pois a IES credenciada recebe isenção fiscal, não sendo obrigada a recolher contribuições como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

Assim como o PROUNI, a título de informação complementar, temos também o SISU, que são programas subsidiados pelo governo federal, sendo mais uma ferramenta de possibilidade para ingresso dos estudantes brasileiros no ensino superior. Como referência, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um critério de seleção para concorrer a uma vaga nas universidades. Portanto, existe uma diferença: o Prouni oferta bolsas de estudo parciais e integrais em universidades da rede de ensino privada, enquanto o Sisu trabalha com instituições de ensino Superior Pública: Federais, Estaduais e Institutos, conforme comparativo tratado no Quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo dos Programas: SISU e PROUNI

Critério	Sisu	Prouni
Objetivo	Oferecer vagas em universidades públicas.	Oferecer bolsas de estudo em universidades privadas.
Modalidade de Vagas	Vagas integrais em instituições públicas de ensino superior.	Bolsas integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas.
Base de Seleção	Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).	Desempenho no Enem e critérios socioeconômicos.
Quem pode participar	Estudantes que tenham feito o Enem e atendem aos requisitos do MEC.	Estudantes de baixa renda que atenderem aos critérios socioeconômicos e tiverem feito o Enem.
Inscrições	Realizadas no site do Sisu, no período de inscrição do programa.	Realizadas no site do Prouni, após a divulgação dos resultados do Enem.
Instituições participantes	Universidades públicas de todo o país.	Instituições privadas de ensino superior reconhecidas pelo MEC.
Custo	O Sisu não cobra nenhuma taxa, pois são para universidades públicas.	O Prouni oferece bolsas de estudo, que cobrem parcial ou integralmente as mensalidades de cursos privados.

Fonte: MEC/INEP(2024).

Ao considerar que essas contribuições e impostos podem alcançar o limite de até 25% das

receitas, a isenção desses recolhimentos transforma-se em bolsas parciais ou totais (Sousa, 2008, p. 123).

Autores como Araújo (2012); Catani, Hey e Gilioli (2006); Almeida, (2019); Borba e Paz (2014) defendem que o investimento necessário para manter os programas de financiamento estudantil seria mais bem empregado nas Instituições Públicas de Ensino, com gratuidade e qualidade necessária. “O investimento que deveria ocorrer nas instituições públicas oferece vantagens às privadas, incidindo a implementação de uma política pública na instituição privada de nível superior” (Borba; Paz, 2014, p.10). É salutar informar que, é caro manter um aluno estudando nas Universidades Públicas e, as mesmas, não tem estrutura para assumir esse volume de encargos.

Corbucci (2014) argumenta que, conforme os críticos defendem, os recursos que deixariam de ser arrecadados com a isenção de impostos (no caso do PROUNI) poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas e, ao mesmo tempo, oferecendo um serviço de qualidade duvidosa.

A pesquisa propõe uma análise dos Programas Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como instrumento das Políticas Públicas para ampliação e acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, na modalidade EaD, direcionado aos estudantes menos favorecidos, no recorte temporal de 2015 a 2025, a partir de estudo comparativo documental com dados coletados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Apesar da elaboração de políticas públicas com essa finalidade direcionadas ao Ensino Superior, o número de vagas dessas instituições gratuitas não é suficiente para abarcar todos os alunos carentes. Deste modo, faz – se necessário o aprofundamento no estudo, para direcionar e aprimorar as oportunidades nos cursos na modalidade EaD, beneficiando os discentes dos mais longínquos municípios. No Quadro 2 encontram-se informações sobre as Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC.

Quadro 2 - Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC

Instituições	Públicas	Privadas
2.580	316	2.264

Fonte: Censo da Educação Superior (2023).

É importante ressaltar a predominância de estudantes com menores níveis de renda e provenientes de Escolas Públicas, os quais não teriam oportunidades, sem a ajuda dos Programas

PROUNI (Programa Universidade para todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

Em consonância com o Quadro 2, as instituições de Ensino Superior Privadas estão mais avançadas em relação às Públicas; podemos considerar essas informações em decorrência do investimento que elas fazem nas tecnologias da informática e comunicação. Já as Instituições Públicas possuem seus orçamentos limitados, pois preferem investir nos cursos presenciais, haja vista o grande investimento que requer a EaD, onde muitas vezes há necessidade de aluguéis de satélites para transmitir as aulas essa ferramenta é muito cara. O Quadro 3 apresenta o quantitativo de matrículas na Educação Superior e Ensino: Presencial e EaD.

Quadro 3 - Quantitativo de Matrículas na Educação Superior e nas modalidades de Ensino: Presencial e EaD

Quantitativo de Matrículas	Oferta de vagas no ES Privado		Oferta de vagas no ES Público	
	%	Quantidade de pessoas	%	Quantidade de pessoas
Aproximadamente 4,9 milhões	88,6	4.424.903	11,4	569.089
Modalidade	Presencial		EaD	
Aproximadamente 4,9 milhões	%	Quantidade de pessoas	%	Quantidade de pessoas
	33,6	1.679.590	66,4	3.314.402

Fonte: Censo da Educação Superior (2023).

Ao serem considerados os dados do Quadro 3, referentes ao Censo da Educação Superior (2023), o panorama geral de ingressantes no Ensino Superior indica que a modalidade EaD supera o ensino tradicional.

É importante ressaltar que, para este estudo foram pesquisados os mais diversificados autores no contexto brasileiro das Políticas Públicas, modalidade EaD, FIES e PROUNI, a partir das temáticas sob diferentes olhares: Corbucci(2014); Almeida(2019); Weber(2021); Araújo(2012); Catani, Hey e Gilioli(2006); Borba e Paz(2014); dentre outros, sob várias perspectivas, concepções e cenários complexos. Desse modo, a ação política de diferentes estudiosos, articulada a processos educacionais amplos e dinâmicos, sem negligenciar, nesse

percurso, complementa a real importância do papel social da escola e dos processos relativos à organização, cultura e gestão intrínsecos a ela.

1.2 MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

Minha trajetória educacional começou em um município bem distante da Capital do Piauí, onde as oportunidades de trabalho e subsistência eram de muita dificuldade, até mesmo para deslocamento em busca de cuidados com a saúde, estudo e lazer.

Desde 2002 trabalho na área da Educação e senti a necessidade de estudar, porém não tinha oportunidade na cidade de origem. Acompanho também, os alunos que pleiteiam uma vaga nas Universidades, pois não têm como subsidiar e custear sua estadia em outra cidade porque precisam ajudar na renda familiar, onde muitas vezes, o sustento é proveniente do campo.

Com o decorrer do tempo, quanto mais eu estudava mais ficava claro que teria poucas chances de crescimento profissional. Para tal, surgiu a necessidade emergencial de mudar de cidade para conquistar outras possibilidades e, acreditem, não foi fácil, pois houve muitos momentos de desistência, muitas renúncias e mínimas situações de alegria, mas desistir jamais.

Dentro deste cenário, com tantos obstáculos, as oportunidades foram acontecendo e eu permaneci com o pensamento nos estudos almejando a segurança financeira, mas distante dos familiares.

Acreditem, aqui estou, na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, estudante na modalidade EaD, disseminando para os futuros profissionais a possibilidade de aprendizado até os mais longínquos municípios que, o conhecimento é possível, mas para isso, precisamos ser resilientes e persistentes.

Nesta perspectiva, as Políticas Públicas, podemos dizer, as recentes, mediadas pelo PROUNI e FIES são uma “porta que se abre” e favorece muitos estudantes que desejam melhorar sua qualidade de vida, ter novas progressões de sucesso profissional, que muitas vezes, foram “podadas” por não terem condições de permanecer e, a modalidade EaD pode propiciar essa possibilidade. O que precisamos é implementar e ajustar essas conquistas para que mais alunos sejam contemplados e beneficiados com os Programas para acesso às Instituições de Ensino Superior.

Minha motivação profissional reflete em uma conquista de aprendizado, pertencimento ao universo acadêmico e pela ideia do desafio de buscar na literatura um maior entendimento, um saber, o porquê de alguns percausos na sociedade brasileira para ampliação das Políticas Públicas Educacionais, especificamente o PROUNI e o FIES e que, podemos colaborar na construção para

a mudança na vida das pessoas, principalmente os discentes carentes.

Em contrapartida, iniciamos as buscas em Bases de dados científicas, Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais de Instituições de Ensino Superior para identificação de trabalhos que estudassem a produção científica na temática das Políticas Públicas, modalidade EaD, PROUNI e FIES e que norteou a pesquisa para o desenvolvimento do produto.

Acreditamos que, o resultado do estudo irá contribuir para a multiplicação de conhecimento sobre as vantagens e benefícios da adoção das Políticas Públicas do PROUNI e FIES, na modalidade EaD com a intenção de publicizar essas contribuições práticas e teóricas, auxiliando no aprofundamento da compreensão e repensando sobre as oportunidades para os indivíduos que pretendem ingressar nas Instituições de Ensino Superior.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA E QUESTÃO NORTEADORA

A partir das inquietações mencionadas na Introdução deste estudo, emergiu a questão norteadora da pesquisa: Qual tem sido a contribuição dos programas PROUNI e FIES para o acesso à Educação Superior e inclusão de alunos de classes da sociedade, historicamente excluídas e o papel da Educação a Distância nesse processo?

1.4 JUSTIFICATIVA

Nesta última década, a Educação Superior apresentou grande expansão em diversos aspectos: ocorreu aumento no número de Instituições de Ensino Superior (IES), aumento no número de cursos em Instituições particulares, aumento no número de vagas oferecidas, aumento na quantidade de alunos ingressantes, na taxa de matrículas e no número de concluintes.

Só para se ter uma ideia, considerando o Censo INEP/MEC (2014) foi registrado 5.055.699 candidatos inscritos no ENEM, superando as edições anteriores e, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) ofereceu 264.360 vagas em cursos de graduação em Instituições Públicas: Federais, Estaduais, Municipais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Desses, quase 12 milhões, 6.738.819 pretendiam estudar em universidades públicas, enquanto 5.218.937 visavam iniciar seus estudos em Faculdades particulares. Essa ampliação resultou, principalmente, de políticas públicas, que visavam atender à demanda por educação e a necessidade do mercado por profissionais qualificados. Assim, tão importante quanto o aumento do setor do ensino privado, foi o crescimento no número de

estudantes carentes que conseguiram ingressar no Ensino Superior, contribuindo com o processo de democratização deste nível de Educação no Brasil.

Nota-se que, a expansão do número de matrículas observadas na última década se deve aos programas de financiamento estudantil, que permitiram o acesso mediante os programas PROUNI (Programa Universidade para todos) e FIES (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), pautando - se na retórica de redução das desigualdades educacionais e sociais. Oliveira (2009), destaca a importância dos projetos para o ingresso e a permanência dos estudantes com condições econômicas mais vulneráveis, garantindo a sustentabilidade financeira e não sendo um fator impeditivo para obtenção da certificação do Ensino Superior.

Partindo-se desse pressuposto, é que se justifica a escolha de se estudar o tema – FIES e PROUNI - como opções de financiamento público, que resultam em aumento do acesso à Educação Superior no Brasil, na modalidade EaD. É inegável que, embora tenham favorecido o setor privado do Ensino Superior, os financiamentos estudantis em conjunto com outras medidas governamentais beneficiaram muitos estudantes em situação financeira desfavorável. Para tal, é plausível supor que, um grande percentual destes estudantes não cursaria o ensino superior sem o uso dos recursos provenientes do governo federal.

Neste contexto, a evolução tecnológica trouxe diversos benefícios e estratégias para a sociedade notadamente a facilidade de acesso à informação, à questão da mobilidade, à inovação, à praticidade, entre outros. Em contrapartida, esse rápido avanço vem provocando grandes alterações interpessoais e de relacionamento entre os indivíduos. Diante deste panorama, é urgente que o ser humano se relacione melhor com o meio ambiente e se aproprie das mudanças ocorridas na era digital.

Nesta pesquisa, por se tratar de um programa de Pós-Graduação Profissional foi elaborado como produto um projeto de curso intitulado: **CURSO INTERATIVO: “Quer passar no ENEM/Vestibular? pois vem estudar.”** para alunos das Escolas Públicas que estão na 3ª Série ou que já concluíram o Ensino Médio e pretendem ingressar na Instituição de Ensino Superior. Portanto, a contribuição da modalidade EaD é “estreitar os laços” no processo formativo dos discentes que apresentam dificuldades para estudos, acesso e deslocamento para outra cidade, utilizando – se das ferramentas tecnológicas e digitais de comunicação - TICs: Meet, Classroom, aulas gravadas, etc, podendo assistir em horários e locais convenientes com suas possibilidades.

A princípio, o produto educacional foi pensado a partir das evidências desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) para a construção de uma ponte de possibilidades e oportunidades aos estudantes. O Curso Interativo apresenta uma metodologia propiciadora de

aprendizagem ativa, no ambiente da EaD, com resoluções de questões do ENEM/Vestibular organizado em 03 (três) Módulos: I - Regulamentação da EaD no Brasil; II –Ferramentas e Materiais na EAD; e por último: III - Resolução de Questões do ENEM/Vestibular com os conhecimentos: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias.

1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.5.1 Objetivo geral

- Analisar os programas de financiamento educacional, PROUNI e FIES quanto aos seus impactos na democratização do acesso às IES, na modalidade EaD.

1.5.2 Objetivos específicos

- Investigar a contribuição dos programas de financiamento PROUNI e FIES para a inclusão de alunos no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância;
- Apresentar os aspectos positivos e negativos, evolução da contribuição dos programas de financiamento estudantil - PROUNI e FIES
- Propor um projeto de curso na modalidade EaD para a preparação de alunos do Ensino Médio e ingresso na IES como forma de promover o acesso à Educação Superior de qualidade.

Em síntese, o trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, conforme disposto a seguir:

Na primeira seção, consta a introdução, que apresenta a contextualização e problematização, a motivação, o problema/questão norteadora, a justificativa, o objetivo geral e específicos da pesquisa.

Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, onde são discutidos os eixos temáticos que nortearam as discussões dos resultados. Inicia-se a apresentação do eixo um sobre as Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil abordando as contribuições: teorias, conceitos, etapas e avaliação, como também, as Políticas Públicas para o Ensino Superior.

Em seguida, como eixo teórico dois, discute-se sobre o Financiamento do Ensino Superior - Programas de Financiamento para as Instituições de Ensino Superior – IES. Ainda neste eixo, faz-se um resgate, em termos amplos, do Financiamento do Ensino Superior: os Programas - PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), modelos de financiamento da Educação em outros países, retratando uma retrospectiva histórica do Ensino Superior do Brasil para o mundo.

O terceiro eixo temático aborda os Programas de Financiamento para a Educação Superior: interfaces com a Educação a Distância – Programas de Financiamento para a ES como instrumentos de educação inclusiva e acesso ao Ensino Superior, como também, instrumento de mobilidade social. Nesta mesma perspectiva, abordamos a evolução da Educação a Distância, a partir dos programas de financiamento da Educação Superior no Piauí, pautando – se nos programas de financiamento da ES, em especial, na modalidade EaD, através da descrição e análise que aprimoram novas oportunidades educacionais.

A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, apontando suas características, a contextualização temporal e espacial, os procedimentos técnicos de fontes e coleta de dados, assim como a proposta de análise e uma apresentação preliminar do produto técnico/tecnológico da pesquisa.

A quarta seção compreende os Resultados e Discussões expostos para análise das informações extraídas da base de dados dos artigos e dissertações, no período de 2015 a 2025 e discussões sobre as condições de acesso e permanência dos estudantes na Educação Superior e na modalidade EaD, mediante os documentos pesquisados.

Por fim, a quinta seção apresenta uma síntese das conclusões da pesquisa, constatações levantadas a partir do estudo realizado e recomendações para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas Educacionais: PROUNI e FIES, a fim de verificar a qualidade da educação ofertadas às pessoas oriundas dos referidos Programas.

Portanto, a pesquisa fomenta discussões em torno da temática, provoca reflexões, produz conhecimentos e fornece subsídios para futuras investigações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Em meados do século XX, as políticas públicas foram sendo reformuladas seguindo os ideias neoliberais abrangendo diversas áreas do conhecimento, embasado na ideologia de “menos Estado e mais políticas” que foram conquistando uma boa parte dos países, na perspectiva de um forte ajuste fiscal e que, aos poucos, a cessão de empresas e serviços públicos foram migrando também para o setor privado (Brandim e Feldmann, 2015).

Para efeito de compreensão, as políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino.

Dessa forma, a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Paro (2001) adverte para a necessidade de lutarmos pela conquista da autonomia dentro das escolas públicas, o que só vai acontecer se, e somente se, estivermos com objetivos bem definidos rumo a construção dessa autonomia, sabendo que, necessariamente, ela deverá passar pela qualidade do ensino, que é o objetivo principal da escola, com a participação de todos os atores do cenário educacional nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento. Só assim, ressalta o autor, teremos melhores condições para pressionar os escalões superiores a adotar uma escola autônoma e com recursos.

Pensando nisso, as ações públicas para o Ensino Superior foram ficando em segundo plano. Deste modo, as universidades sofreram graves problemas, sendo vistas como “despesas excessivas” enquanto as vagas nas instituições privadas aumentaram consideravelmente de 241,90% entre 1995 e 2002 e, o percentual do setor público obteve pouco crescimento comparando com o mesmo período, na visão dos autores: Cunha(1997); Sleutjes(1997); Sguissardi(2005; 2006); Carvalho(2006); Lucchesi (2007); Ésther(2014); Filardi e Padim(2015); INEP(2016).

A Educação brasileira ganhou destaque e importância entre o período de 1968 a 1973, naquela época conhecida como o “milagre econômico brasileiro”, em decorrência do aumento do PIB (Produto Interno Bruto). Em contrapartida desta condição, o rápido crescimento, a inflação declinante e o baixo padrão aquisitivo dos brasileiros exigiu do governo federal uma reestruturação do sistema educacional para acelerar a produtividade e a competição empresarial.

Tratar de financiamento no Ensino Superior é reportar a autonomia das Universidades, mediante a Constituição Federal de 1988, pois as mesmas usufruem de autonomia didático-

científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial no que rege os princípios de ensino, pesquisa e extensão. No tocante a autonomia financeira esta consiste na liberdade de captação de recursos, por meio de contratos e convênios para a prestação de serviços. Enquanto a gestão financeira tem a liberdade de propor e executar seu orçamento em vista do planejamento estratégico e, toda a aplicação de recursos tem que seguir os trâmites regidos pela lei e sujeitos a fiscalização pelos órgãos competentes.

É bom frisar que, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ocorreu mais intensa expressão da educação superior, onde nas palavras de Oliveira; Dourado; Veloso, (2005, p. 333), decidiu-se por “optar pela compra de vagas em IES privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) [...], em vez de cumprir seu dever constitucional no que tange à expansão da educação pública e gratuita em todos os níveis e modalidades”.

Para Piovesan (2008, 2014), o acesso limitado ao Ensino Superior contribui para a manutenção da situação de desigualdades, destinando ao Estado a formulação de Políticas Públicas compensatórias de inserção e garantia dos vínculos sociais. Portanto, o direito à Educação é uma oportunidade de desenvolvimento do cidadão, um caminho de opções com a iniciativa do governo em contribuir com um serviço assistencial aos que não têm como pagar pela prestação do serviço e poder mitigar a situação de exclusão na área educacional, tornando os sujeitos aptos a mudarem sua realidade.

Entre os anos de 1995 a 2010, a educação superior enfrentou uma série de mudanças ocasionadas por crises em relação ao financiamento das Instituições de Ensino. Tais situações tiveram interferência de Órgãos internacionais, por exemplo, FMI – Fundo Monetário Internacional, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Bird - Banco Mundial/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, OMC - Organização Mundial do Comércio (OMC) e OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, delineando estratégias para a Educação Superior ao promover uma visão de mercado capitalista, quando transfere a responsabilização pelo desenvolvimento da educação para o Estado, as famílias e a demanda do Estado, em vez de assumir tal condição como uma obrigação direta da instituição, conforme a análise de Amaral (2003).

Na década de 80, o Brasil já registrava 65 universidades e 7 delas com mais de 20 mil estudantes, enquanto as IES privadas contavam com mais de 800, contudo 250 delas apresentavam menos de 300 estudantes, dedicando-se exclusivamente, ao ensino”. De acordo com Oliven (2002), ficou a cargo do setor público responsabilizar-se pelo desenvolvimento das atividades de pós-graduação e pesquisa, modernizando o segmento do Ensino Superior no país.

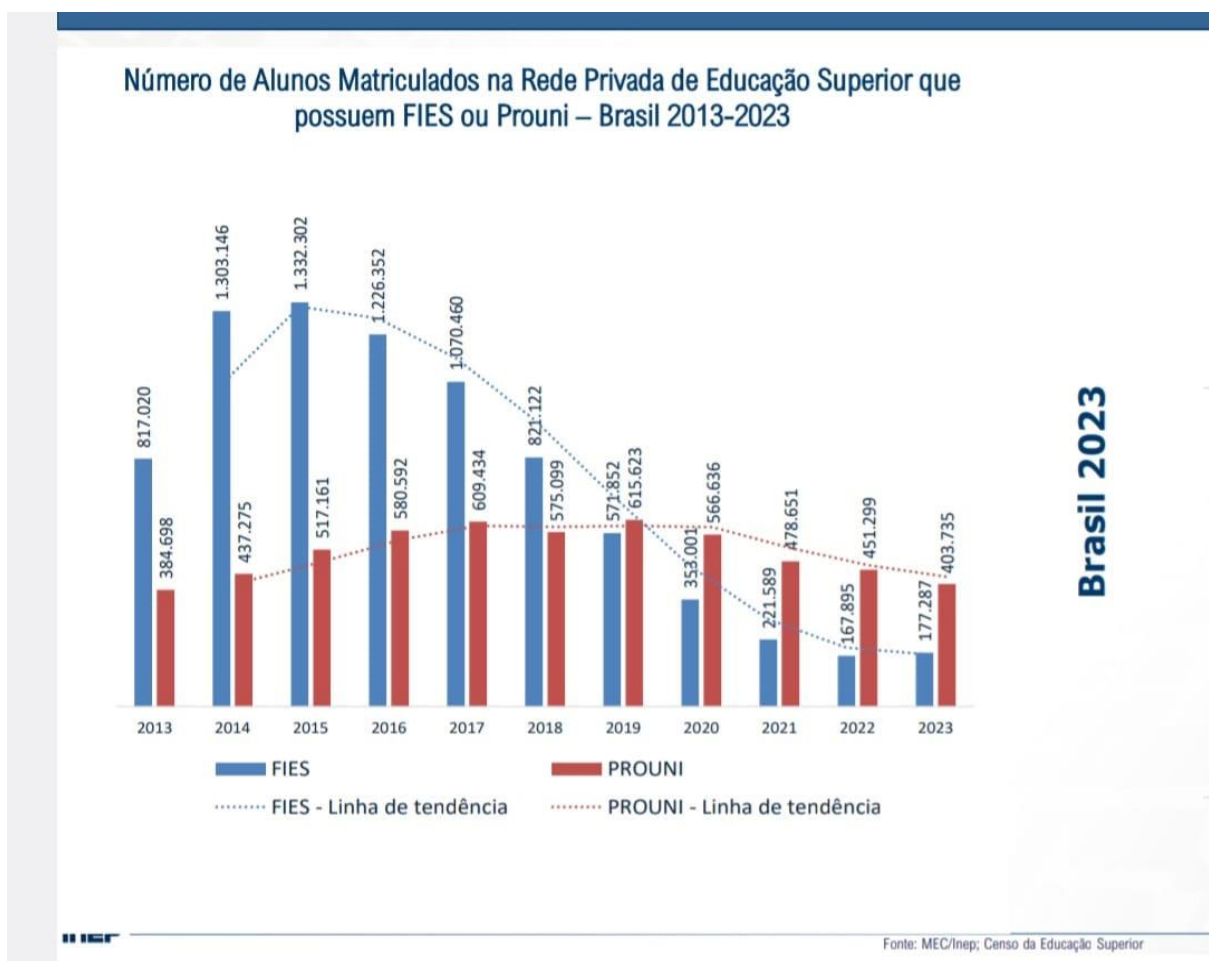
No período da Ditadura Militar (1964) deu – se o início a expansão das instituições privadas

de ensino, no qual, esse processo de privatização da educação superior pode ser comprovado pelo crescimento das Faculdades.

Nesta conjuntura, a rede privada tem sido caracterizada pela liberalização de serviços educacionais; isenções tributárias e de contribuições previdenciárias (para as filantrópicas); concessão de crédito educativo para estudantes carentes; implantação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior; concessão de empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme menciona Chaves (2008) apud Nascimento (2012).

A informação descrita acima, pode ser observada na Figura 1 que apresenta o número de alunos matriculados na Rede Privada de Educação Superior (2013-2023).

Figura 1 – Número de Alunos Matriculados na Rede Privada de Educação Superior (2013-2023)



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024)

É notório que, nestes últimos anos, a expansão na oferta da educação superior no país deu-se pela necessidade governamental de expandir o Ensino Superior, principalmente, em função da meta de aumento de 30% na oferta de vagas para a faixa etária entre 18 e 24 anos, até o final do PNE 2014-2024. Com relação a rede pública, a evolução nos dados deu-se nos Institutos Federais de Educação Superior (IFES), sobretudo em função da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007).

Para complementar a informação, já que estamos relatando a contribuição dos programas fomentados pelo governo federal, temos também, o REUNI, que foi instituído pelo Decreto Federal Nº 6.096/2007, em que: garante condições suficientes para a ampliação do acesso e permanência de estudantes nas universidades; assegura a qualidade nas instituições, por meio de inovações acadêmicas; promove a articulação entre os diversos níveis de ensino (educação básica, profissional e tecnológica, graduação e pós-graduação); como também, qualifica a gestão de pessoas e os recursos da infraestrutura das IES (BRASIL, 2007).

Podemos relatar que o governo federal financiou a expansão e a reestruturação das IFES que aderiram ao programa, submetendo suas propostas (na interiorização e na oferta de cursos de formação de professores), ampliando a oferta de vagas nos cursos existentes e inovando através de diversificados formatos a nível de graduação (MEC/SESU/DIFES, 2009).

Portanto, as tentativas governamentais de ampliar o número de cidadãos com diploma universitário é uma tendência na área educacional das Políticas Públicas, pois acredita-se que só haverá democratização e progresso com a inclusão de todos os segmentos da sociedade.

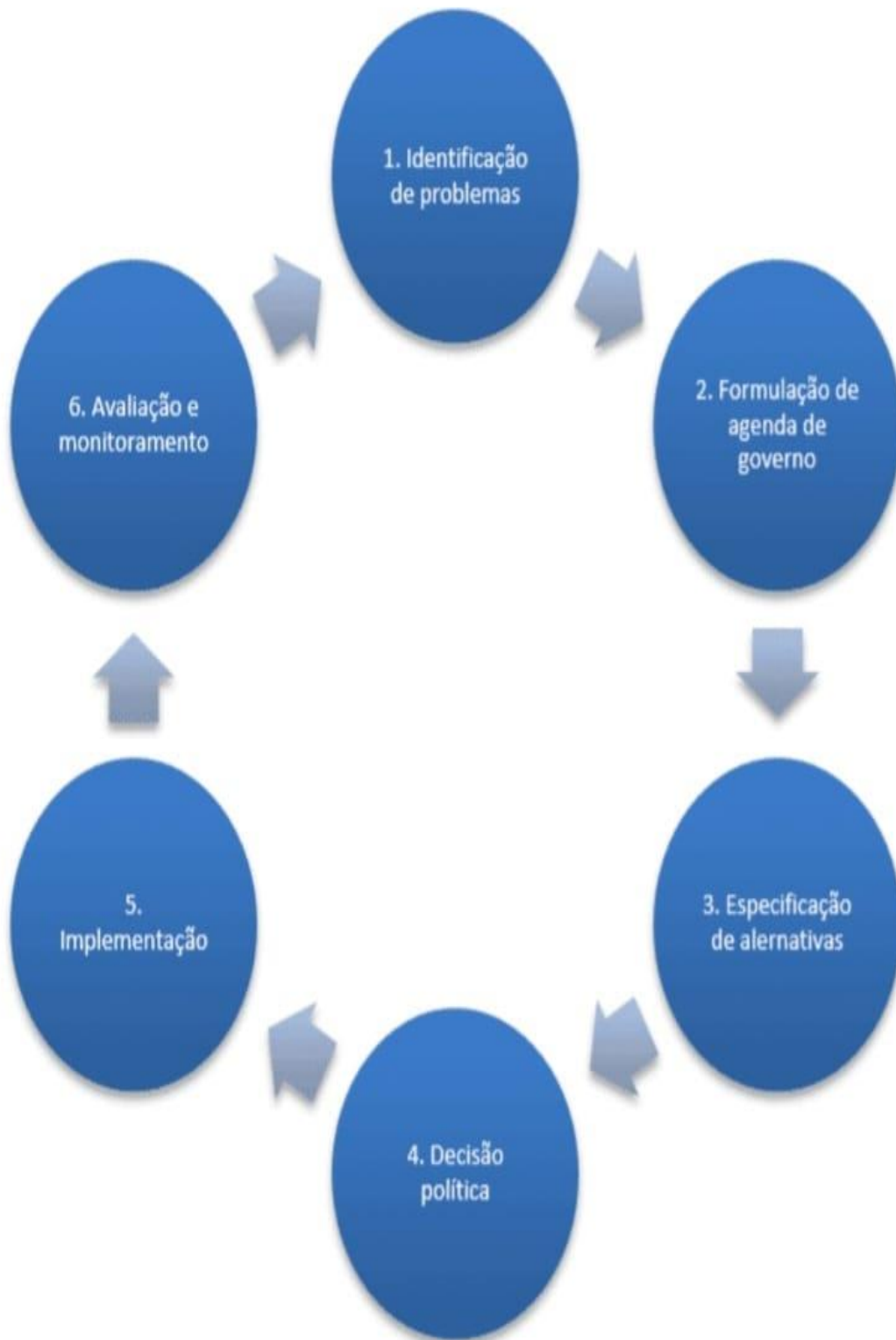
2.1.1. Políticas Públicas: teorias, conceitos, etapas e avaliação

Para falar de Políticas Públicas precisamos primeiro entender o percurso desde sua elaboração até a conclusão do projeto e, deste modo, Saraiva (2007, p.9) retrata estes estágios partindo da concepção representada na Figura 2 abaixo, o que nos ajuda a pensar, organizar, inovar e apoiar os Programas implementados pelos governos.

“Política pública é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.”(Saraiva, 2007, p. 29).

A figura 2 abaixo apresenta os passos necessários para a concepção de Políticas Públicas abrangendo todas as esferas: público e privado, com os dados coletados pelo ENAP (2021).

Figura 2 - Estágios para concepção de Políticas Públicas



Assim, a definição dos estágios tem por base as prioridades de demandas a serem atendidas pelo governo e são estabelecidos em 6 fases, a saber: Formulação/identificação do problema (estabelecimento de prioridades determinando as possíveis alternativas para sua solução e avaliando os custos e efeitos); Formulação da política (seleção e especificação da alternativa mais conveniente); Decisão da política (preparação e elaboração em prática da política pública); Implementação da política (Conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política); acompanhamento da política (processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade); avaliação da política (mensuração e análise quanto às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas).

No cenário brasileiro é fundamental situar os eixos que permeiam as análises sobre as Políticas Públicas, no tocante a Teorias, Conceitos, Etapas, Formação, Valorização, Avaliação e Financiamento da Educação.

Atualmente, fazemos parte de uma era na qual exercemos a mais complexa das profissões – a de educador – e, neste contexto conturbado e desenfreado, impactados por várias circunstâncias, a exemplo da pandemia gerado pelo novo Corona Vírus, precisamos aprender a conviver e reinventar o “novo” ou o “revolucionário”, pois, a cada instante, surgem novas tecnologias que transformam nosso dia a dia e nos tornam dependentes destas inovações. Como estamos imersos em um mundo de grandes desafios, por que aquilo que nós aprendemos em nossa formação inicial ainda é a mesma coisa que nos é exigido “ensinar” a nossos alunos, imersos num mundo em constante evolução? E ainda, por que acreditamos que nossos conteúdos disciplinares ultrapassados frente a essa avalanche de informações às quais eles estão expostos cotidianamente, vão atraí-los e motivá-los na construção de seus conhecimentos?

Hoje, vivenciando todas as mazelas do distanciamento social, novas tarefas são exigidas à escola e a seus agentes (gestores, professores, funcionários, pais e alunos). A estes é exigida uma reconstrução do espaço escolar a fim de receber e compartilhar todas essas inovações, tornando os discentes mais comprometidos diante da sociedade que os receberá e que se encontra também em constante mudança. É importante, pois, conceber a Educação como prática social constitutiva e constituinte de relações sociais amplas e solidárias (Frigotto, 1995), a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de humanidade, de mundo e de sociedade.

Para efeito de compreensão, as Políticas Públicas Educacionais tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados.

Paro (2001) defende uma perspectiva democrática para os sistemas educacionais, condição para constituição do humano-histórico, que perpassa pelo respeito à forma de apropriação da cultura, pela relação entre educador e educando, pela inclusão das famílias no âmbito das escolas, pela formação e valorização docente e pelas condições de oferta educacional.

Para se adequar às demandas da sociedade atual, a educação brasileira vem passando por contínuas transformações que impactam diretamente a formação do professor, construindo um novo perfil de docente: multifacetário e aberto para o aprendizado contínuo. Faz-se relevante, segundo Tardif (2014), que o professor reveja sua maneira de conduzir sua ação, de refletir sobre ela, de ser eficiente em mobilizar os saberes na ação de ensinar, já que este é antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e ensina a alguém e, portanto, deve atuar considerando diversos saberes que alicerçamos seu trabalho, como: o saber da formação profissional, disciplinares, curriculares e o saber da experiência. Rever a formação pedagógica requer, portanto, a articulação entre as Políticas Públicas Educacionais e as concepções de formação enquanto processos de construção coletiva.

Para Freitas (2002) e Aguiar (2006), uma problematização das condições de formação e profissionalização docente que se coloca como questão interligada à Gestão Educacional é a de que se deve considerar os diferentes fatores que interferem na atuação dos profissionais da educação, bem como possibilitar o acesso a processos formativos que não se desviem de uma base sólida de formação, não se reduzindo à disseminação de metodologias e estratégias de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar o papel basilar das Políticas Públicas de financiamento e regulação da educação, uma vez que os processos de gestão educacional e escolar são fortemente induzidos pela lógica decorrente dos repasses transferidos, resultantes da caracterização do Estado e da articulação entre as esferas pública e privada.

O financiamento da educação, os recursos vinculados (percentuais mínimos que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem investir em educação) e subvinculados, como é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como a garantia de novos recursos permanentes e estáveis são fundamentais para a melhoria da educação nacional.

Outro passo para garantir uma Educação de qualidade é a valorização do professor. A atuação do docente tem impacto dentro e fora da sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso do país. Para isso, o professor deve ser remunerado de forma adequada, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter voz ativa na elaboração de Políticas Públicas para a educação.

Em algumas Políticas Públicas Educacionais vigentes está vinculada a avaliação externa da educação aos mecanismos de incentivos monetários para docentes e/ou escolas, tais como

“incentivos e bonificação monetários”(Brooke, 2013).

Paro (2001) descortina análises sobre a especificidade da gestão educacional e escolar, contrapondo-se à mera apreensão da lógica empresarial no campo educativo. Ou seja, a escola, entendida como instituição social tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício “stricto sensu”. Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como, as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Segundo Dourado e Azevedo (2016), para compreender a complexidade entre o público e o privado, é relevante que os seus desdobramentos efetivos estejam incorporados aos quesitos estruturais de uma dada realidade, configurando o que o Estado antes já assumira de forma jurídico-político-ideológica e institucional.

Os programas federais de educação básica atravessados por concepções distintas e até antagônicas, realçam o cenário contraditório das ações governamentais. Tal perspectiva enseja a necessidade de maior organicidade entre as Políticas Públicas Educacionais, ações, programas e articulação dos esforços dos entes federados para garantir a regulamentação do FUNDEB e uma educação de qualidade e para todos.

2.1.2. Políticas públicas para o ensino superior

O acesso ao Ensino Superior são intervenções das Políticas Públicas Educacionais de iniciativas de inclusão de grupos considerados excluídos, ou seja, afro-descendentes, pessoas sem condições econômicas de arcar com os estudos, deficientes, indígenas, quilombolas, entre outros, nas Instituições de Ensino Superior.

É importante destacar que, as Políticas Públicas são ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade, quer seja ela econômica ou social. Nesta conjuntura, elas refletem o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Em 2006, o governo federal manteve diversas políticas e programas de acesso ao Ensino Superior, dos quais, podemos relacionar os principais projetos, entre eles segundo INEP(2012): o Programa de Financiamento Estudantil – FIES, o qual foi estruturado em 12 de julho de 2001 com a entrada em vigor da Lei nº 10.260 e das Portarias nº 1.725 e nº 2.184, de 02/08/2001 e 22/07/2004,

respectivamente, apesar de ter sido iniciado em meados de 1999. Nessa conjuntura, esses programas são destinados a acadêmicos regularmente matriculados em cursos superiores (avaliados positivamente pelo Ministério da Educação) não gratuitos, podendo ter financiado até 50% (cinquenta por cento) a partir de setembro de 2005 (antes era 70% setenta por cento) do valor da mensalidade escolar.

Para dar continuidade ao benefício, é necessário que o aluno apresente um fiador que atenda alguns critérios: não pode ser cônjuge ou companheiro, nem estudante beneficiário do Programa de Crédito Educativo - PEC/CREDOC, que não tenha quitado o financiamento, bem como, cidadão estrangeiro e estudantes que também estejam usufruindo do Fies (MEC, 2019).

É válido salientar que, nem todas as modalidades necessitam de um fiador, como no caso dos bolsistas parciais do Prouni que também contrataram o financiamento, estudantes matriculados em cursos de licenciatura e os que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (MEC, 2019). Com as novas regras, o pagamento da dívida começa a partir do primeiro mês após a conclusão do curso, desde que o estudante possua renda – o pagamento será retido da fonte mensalmente. Caso o estudante não possua renda após a finalização do curso (período de amortização), o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo conforme as novas modalidades de contratação do FIES (MEC,2024).Entre as modalidades temos:

Modalidade Fies I: nessa primeira modalidade o novo Fies irá ofertar vagas a juro zero aos estudantes com renda mensal familiar de até três salários mínimos.

Modalidade Fies II: destinado aos estudantes com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste custeados com recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento. As taxas de juros iram variar de acordo com o banco.

Modalidade Fies III: essa modalidade também é para estudantes com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, mas é destinada a todas as regiões do Brasil e será custeada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As taxas de juros irão variar de acordo com o banco.

A Política Pública Educacional é um tema complexo, uma vez que envolve outros assuntos como o desequilíbrio social e econômico enfrentado por toda a população. Para tal, a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que possui o intuito de destinar bolsas de estudos integral ou parcial de 50% (cinquenta por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação ou seqüenciais em instituições de ensino superior particulares, que não sejam portadores de diploma de curso superior e tenham chances de acesso aos estudos.

Como todo programa de oportunidade governamental, é expresso também, uma das exigências: só pode se candidatar ao PROUNI o estudante que tiver participado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e obtido a nota mínima divulgada pelo Ministério da Educação – (MEC). Além disso, é preciso que o estudante tenha renda familiar por pessoa até três salários-mínimos e satisfaça uma das condições abaixo:

- ✓ Ter cursado o ensino médio completo em escola pública;
- ✓ Ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral;
- ✓ Ser portador de deficiência;
- ✓ Ou ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia (neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada).

Outro ponto que merece atenção é a inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes acadêmicos, tornando – se um princípio essencial para garantir direitos, diversidade e equidade no ensino superior. Mais do que oferecer acesso, é necessário assegurar permanência e participação plena, por meio de políticas institucionais que eliminem barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Podemos destacar os recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, formação continuada dos docentes e adaptação curricular são estratégias fundamentais para promover um ambiente que reconheça e valorize as diferenças, deste modo, a inclusão se torna parte da cultura acadêmica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Os mecanismos criados por Lei nº 14.723/2023 (Lei de Cotas) para garantir determinados números de vagas ou cotas nas instituições públicas de ensino a estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, representam uma importante estratégia de justiça social no Brasil. Elas visam corrigir desigualdades históricas e garantir oportunidades reais de acesso ao ensino superior para grupos que, por muito tempo, foram excluídos ou tiveram sua participação limitada. Além de ampliar a diversidade no ambiente acadêmico, essas ações afirmativas contribuem para a redução do racismo estrutural e para a valorização das identidades e culturas indígenas e afro-brasileiras, fortalecendo o princípio constitucional da igualdade (Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023).

Entretanto, aqueles que freqüentam o ensino médio em escolas particulares podem se sentir excluídos das universidades públicas em função das Políticas Públicas Educacionais de facilitação de acesso ao ensino superior criado pelo governo federal. Em geral, pode ser um sentimento equivocado e que, alguns podem ter inicialmente algumas resistências às ações, no entanto, acabarão por compreender a importância da solidariedade na construção de uma sociedade menos desigual e, portanto, socialmente mais justa e menos violenta, principalmente para os discentes

desprovidos de apoio familiar.

2.2.FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR: OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.2.1. O Programa universidade para todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído em 2005 e sua portaria regulamenta a concessão de financiamento pelo Fundo de Financiamento dos Estudantes do Ensino Superior. Ele tem como alvo, os jovens com renda familiar de até um salário-mínimo per capita e sua proposta é a de proporcionar acesso ao estudante a uma IES privada.

O PROUNI funciona por meio de bolsas integrais e parciais e seus interessados devem ter concluído o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral em instituição privada. Esse programa de financiamento também é destinado aos professores do ensino básico da rede pública que podem pleitear bolsas para cursos de Pedagogia ou licenciatura sem a necessidade de comprovação de renda (MEC, 2022).

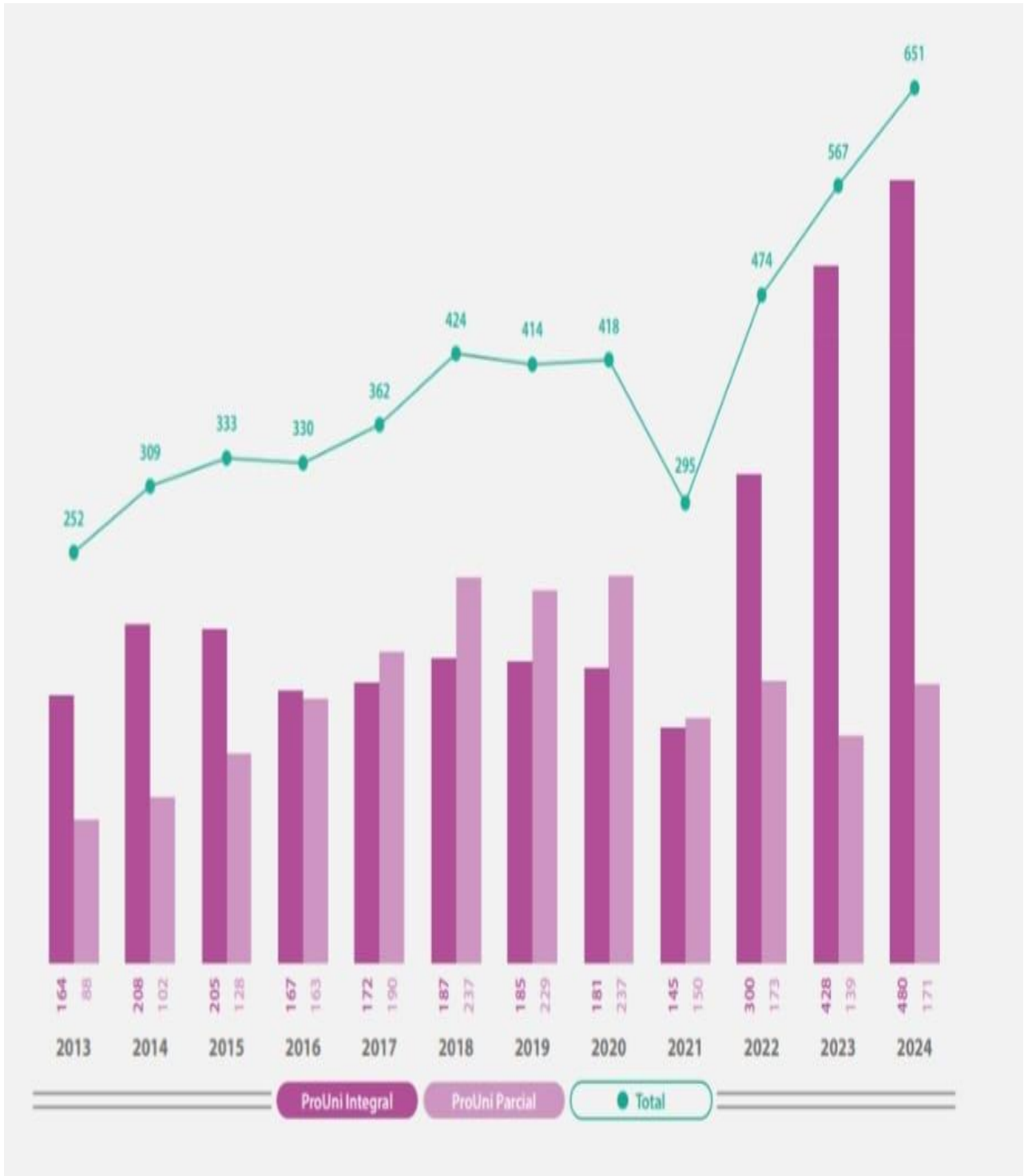
Para pleitear o financiamento, o estudante precisa realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A inscrição é feita pela internet e após o estudante ser classificado pelo MEC, o candidato é indicado às IES, que fazem seu próprio processo de seleção. O destaque desse modelo são suas políticas afirmativas com a destinação de cotas para afrodescendentes e indígenas. Embora seja um tema polêmico para muitos autores, a proposta do Governo é firmar-se contra a discriminação étnica e apoiar a assistência estudantil (Sousa, 2008, p. 116).

Para que se possa entender o contexto em que foi instituído o Programa Universidade para Todos (PROUNI), convém conhecer o cenário econômico no qual este programa está inserido. Com este propósito, apresentam-se, inicialmente, as medidas de política econômica que orientaram as finanças públicas e a questão da renúncia fiscal no Brasil, desde a década de 1960 e como esta isenção fiscal beneficiou a criação, o financiamento e a expansão das instituições privadas de educação superior, focando neste texto, os efeitos da isenção fiscal alcançada pela adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) que superam a oferta das bolsas de estudos, exigência do programa, viabilizando a manutenção e expansão de uma Instituição de Educação Superior Privada (Haas; Pardo, 2017, p. 719).

Em 2005, segundo Sousa (2008), diante da quantidade de vagas não preenchidas, ocorreu

alteração na política. Para ajudar a cobrir os 50% da mensalidade que seria de responsabilidade do estudante, o MEC ofereceu Fies de 25 % onde o estudante selecionado com bolsa parcial ficaria responsável pelos outros 25 %.

Figura 3 – Oferta de Bolsas (integrais e parciais) – PROUNI (2013-2024)



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2025)

Observando a figura 3 acima que apresenta a oferta de bolsas (integrais e parciais) – PROUNI, no período de 2013 a 2024, foram disponibilizadas mais de 651 (seiscentos e cinquenta e uma) mil bolsas, distribuídas entre integrais e parciais, sendo a maioria no primeiro semestre, no qual, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Amazonas foram os cinco estados com o maior número de bolsa ofertadas em 2024 e, nem todas elas são preenchidas, permanecendo ainda um alto número de vagas ociosas.

Ainda em 2005, o Governo diagnosticou que desistiram do Programa estudantes que apresentaram desempenho médio superior ao exigido para concessão da bolsa e, assim, concluiu que uma das causas da desistência era a falta de condições financeiras dos alunos para cursar a graduação, pois havia gastos, como alimentação, que são necessários para que o estudante possa estudar. Diante disso, foi criada a “bolsa manutenção” que é um programa de assistência financeira para garantir a permanência dos estudantes beneficiados pelo Prouni.

2.2.2. Fundo de financiamento estudantil (FIES)

Conforme definido pelo MEC, o Fies representa um mecanismo de financiamento que visa a democratização do acesso por meio do custeio parcial do curso de graduação nas IES privadas. De acordo com a Portaria nº 24/2003, está apto a solicitar o Fies o estudante brasileiro, regularmente matriculado em cursos superiores não gratuitos, desde que as IES estejam credenciadas ao programa e com uma avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo MEC. São assim considerados os cursos que obtiveram conceito nível 3 ou superior no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Estado nesse processo tem o papel de fiscalizar e regular as IES (BRASIL, 2014).

O aluno realiza sua inscrição por meio eletrônico e efetua a impressão do protocolo que é entregue a IES. Somente após o recebimento de tal documento é confirmada a inscrição. Os alunos que já tenham cursos superiores, mas que nunca utilizaram o Fies, podem se inscrever no programa para financiamento do curso atual. É considerada, além dos preenchimentos necessários, a situação socioeconômica, tais como: renda, número de membros da família, possuir moradia própria ou não, já ter realizado curso superior com financiamento, bem como, a existência de doença crônica.

Além das condições e informações avaliadas terem que atender ao apresentado, existe uma comissão que realiza o acompanhamento das informações para validação. É importante ressaltar que existem características regionais e nacionais, tais como: áreas de conhecimento e de recursos humanos para o desenvolvimento nacional que é validada, visto que, existe uma intenção de satisfazer as necessidades de mercado.

Os pré-candidatos ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) passam por uma entrevista com a Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino, etapa indispensável para validação das informações prestadas no processo seletivo. Durante essa fase, são analisados os dados socioeconômicos informados no sistema e conferida a documentação comprobatória exigida pela legislação do programa, assegurando a conformidade com os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC, 2023).

O financiamento pode ser suspenso uma única vez pelo prazo de um ano e pode ser prorrogado por um semestre, podendo, também, o aluno mudar de curso ou solicitar transferência para outra instituição uma única vez. Para manter o financiamento, o aluno é obrigado a ter mais de 75% de aproveitamento acadêmico. O número de inscritos para o Fies sempre supera o número de vagas ofertadas e o não atendimento é justificado pelas exigências do programa e pela não observância dos prazos, mas nunca por falta de recursos (BRASIL, 2015).

Para as instituições de ensino, a adesão ao Fies é voluntária e, em substituição ao pagamento de mensalidades, as IES recebem títulos do Tesouro Nacional, que podem ser trocados por dinheiro ou usados para pagar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os recursos do Fies são divididos por Estado e por curso e levam em consideração a demanda e o valor da semestralidade, dando prioridade aos cursos de menor valor de mensalidade.

Existe grande questionamento sobre o modelo de financiamento, pois, para muitos, o programa incentiva indiretamente a IES privada que passa a ter garantido o recebimento da parcela financiada pelo Fies. Trata-se, portanto, de um processo de mercantilização da Educação Superior (Silva Júnior; Sguissardi, 2000).

O pagamento do financiamento é estruturado em três fases: utilização, carência e amortização. A primeira fase (**utilização**) é durante o curso, pois o estudante paga juros, não o valor total financiado. A segunda fase (**carência**) inicia após a conclusão do curso e dura 18 meses. Durante esse período, o estudante continua fazendo pagamentos “reduzidos” (ou seja, não paga a dívida principal, apenas encargos). A terceira fase (**amortização**) é quando o estudante começa a pagar efetivamente o saldo devedor (capital + juros). Na amortização, o valor das parcelas depende da renda do financiado, ou seja, as prestações são recalculadas de acordo com a capacidade de pagamento da pessoa, onde a taxa de juros para contratos do “Novo FIES” (após 2018) é indexada ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o que significa que a dívida sofre correção monetária baseada no índice de inflação (MEC, 2025).

De acordo com a Resolução do MEC nº 62/2025, o prazo para amortizar a dívida pode ser de até **três vezes o tempo de curso**, mais 12 meses, segundo regras do FIES e, se o estudante estiver inadimplente, existe a possibilidade de **renegociação**, especialmente para contratos antigos

- antes de 2018, (MEC, 2025).

Desde o início de 2010, quando as condições do financiamento foram reformuladas, com redução dos juros para 3,4% aa e ampliação dos prazos de carência e de pagamento, bem como a dispensa da exigência de fiador para estudantes de menor renda, cerca de 1,1 milhão de estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o Fies, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R\$ 15 bilhões. (Costa, 2018).

Apesar dos benefícios concedidos aos estudantes, os programas incentivam indiretamente as IES privadas, que passam a ter garantido o recebimento da parcela financiada pelo Fies, ou seja, por um lado, possibilita ao aluno carente cursar o ensino superior em uma IES não gratuita, mas, por outro lado, pode ser caracterizada como mercantilização da educação superior, como uma espécie de “subsídio” estatal às IES privadas (Lima, 2015; Catani, Hey e Gilioli, 2006, Borba e Paz, 2014; Almeida, 2019).

O ingresso de alunos da classe trabalhadora nas IES possui um valor simbólico inegável (Oliveira, 2009). Ressalta o autor que a oferta de vagas no setor privado não tem sido acompanhada por um ensino de qualidade: “Se você fizer uma análise mais acurada dessas instituições, vai perceber que elas são muito ruins do ponto de vista da qualidade” (Oliveira, 2009, p. 753). Assim, critica o autor que o Governo Federal comete um equívoco, priorizando o aumento do número de universitários, sendo insuficiente a sua boa formação.

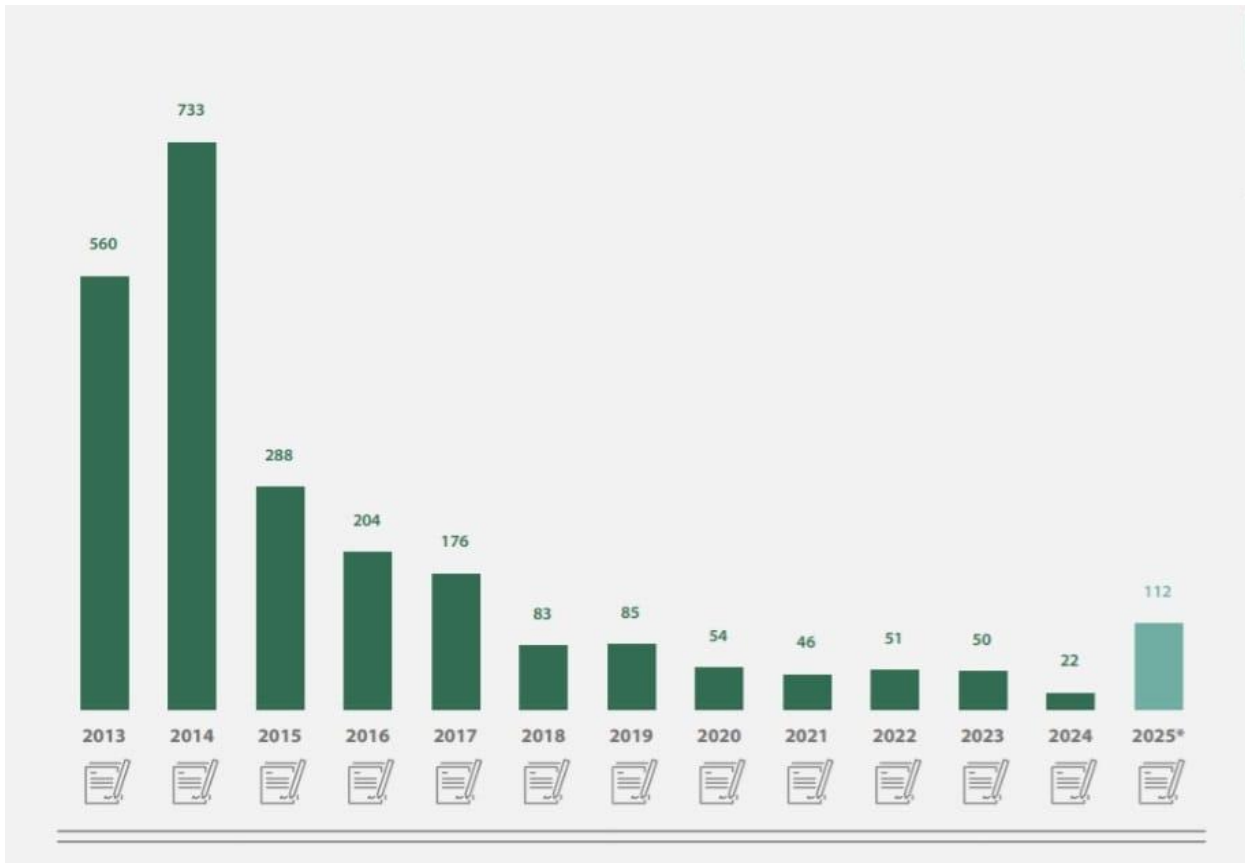
O apego da política estatal de expansão da oferta de Educação Superior no Brasil pelo incentivo à iniciativa privada na maioria das vezes vem sem contrapartida em termos da qualidade da oferta. Política que, para além de uma preocupação efetiva com o acesso qualificado dos jovens brasileiros à formação superior, figura como promotora do mercado educacional, tanto pela promoção do processo de monopolização e fomento à criação de grandes conglomerados educacionais quanto pela financeirização desses serviços (Amaral, 2008).

Segundo Oliveira; França-Carvalho; Tavares (2020), a efetivação de uma educação de qualidade, capaz de incluir, precisa unir inúmeras e diversificadas variáveis com a implantação de políticas públicas capazes de serem postas e efetivadas na prática a partir da compreensão real e aprofundada da educação que está sendo ofertada à grande massa populacional, compromisso de todos os sujeitos que trabalham com educação.

A Figura 4 apresenta dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), compreendendo os anos: 2013 a 2025, do quantitativo de contratos aproximadamente assinados pelos estudantes beneficiados com o FIES, totalizando 112 (cento e doze) mil em 2025, de acordo com a 15ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil (Instituto SEMESP, 2025). Observamos também que, em 2024, tivemos o maior número de discentes

contemplados com a oportunidade de ingresso ao Ensino Superior através do FIES.

Figura 4 – Quantitativo de Contratos assinados com os beneficiários do FIES (2013-2025)



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2025)

2.2.3. Modelos de financiamento da educação em outros países

Evidenciamos casos de outros países como modelos ou exemplos a serem seguidos quando se fala em Educação. No Brasil ocorrem, com alguma regularidade, ataques à educação pública em geral e ao ensino público superior gratuito, em particular. Uma forma de expressão a este último é a combinação da crítica à gratuidade das instituições públicas com a defesa do ensino privado. Mas esses países são escolhidos, muitas vezes, não por seus sucessos educacionais e seus altos padrões de democracia, mas por razões ideológicas, inclusive fundamentadas em interesses econômicos e sociais.

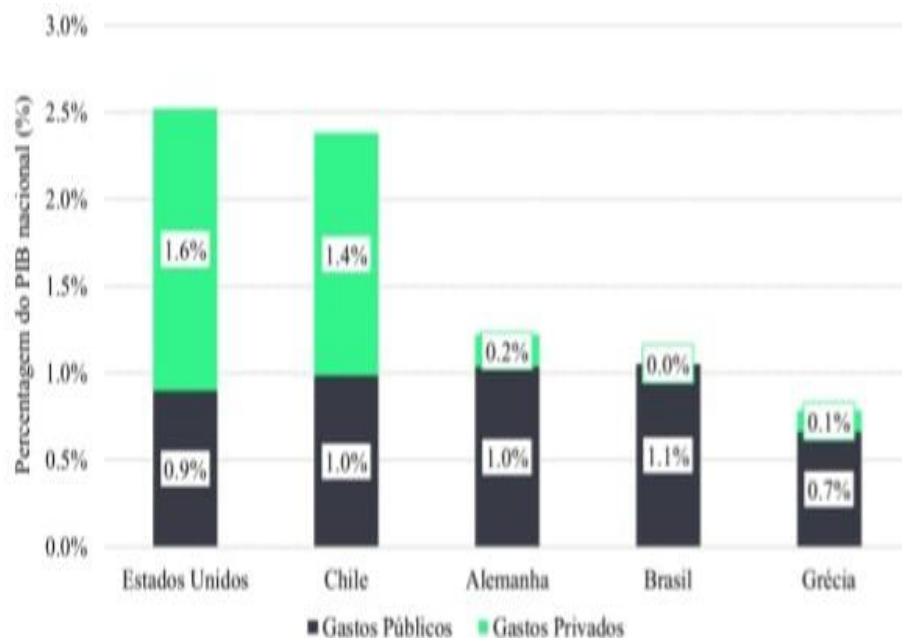
Para refletir e opinar precisa-se ter uma visão mais ampla de como é organizado o ensino superior nos demais países, vamos entender e analisar, em especial, um conjunto de países

européus, entre os quais, estão vários que atualmente contam com excelentes sistemas educacionais e ótimos padrões de democracia em relação às demais nações, mas que, apresentam algumas características educacionais não muito diferentes da atuação dos brasileiros.

Para iniciarmos, vale salientar que, como regra, o ensino em geral e o ensino superior em particular são predominantemente públicos, na maioria dos países. Excluindo-se pouquíssimos países cuja população é muito pequena, o que até mesmo inviabiliza a criação de instituições nacionais de ensino superior e, o Brasil é o nono, em um conjunto de quase 150 países, com maior taxa de matrículas em instituições privadas. A Figura 5 apresenta os gastos com Educação Superior em % do PIB entre países.

Em determinados países, o ensino superior privado resume-se a instituições religiosas, a ramos de instituições estrangeiras e a cursos de interesse exclusivo do setor empresarial privado. Na média mundial, a taxa de privatização é bastante parecida com a dos EUA, sendo que a maioria dos países europeus está abaixo desse índice. Portanto, se há algo de muito diferente no sistema de ensino superior do Brasil quando comparado com os demais países é sua enorme taxa de privatização, responsável por parte dos graves problemas que o país apresenta quanto à formação de profissionais em todas as áreas educacionais.

Figura 5 - Gastos com Educação Superior em % do PIB em instituições públicas e privadas entre países- 2018



Notas: Gráfico elaborado pelos autores com base nos dados da OECD (2022b). A Argentina não está presente no gráfico porque a OCDE não possui dados disponíveis do país para o ano de 2018.

Refletindo sobre a Figura 5, os Estados Unidos foi o país com maior gasto em educação superior em relação ao PIB nacional. Já a Grécia, apresentou o menor gasto em educação superior frente ao PIB, 0,8% (0,7% de gasto público e 0,1% de gasto privado). A Alemanha e o Chile apresentaram proporção semelhante do gasto público em educação superior, 0,98% e 1,03% do PIB, em 2018, respectivamente. Algumas das maiores taxas de atendimento privado no ensino superior são encontradas na América Latina, destacando-se Chile e Brasil, o que contraria algumas expectativas mal informadas sobre os Estados Unidos que 3/4 dos estudantes estão em instituições públicas, enquanto essa relação é inversa no Brasil.

Podemos considerar outro aspecto no que diz respeito ao financiamento desse nível educacional. Como regra geral, o ensino superior público é financiado integralmente pelos governos, com base na arrecadação de impostos, sendo poucos os países em que mais do que a décima parte do custo das instituições públicas é coberta diretamente pelos familiares dos próprios discentes.

Em países europeus, o ensino superior é como regra, totalmente gratuito para seus cidadãos e cidadãs. Em muitos continentes, são cobradas pequenas taxas, algumas delas simbólicas, abaixo da centésima parte da renda per capita nacional e, em alguns casos, inferiores mesmo a um milésimo da renda per capita. Mesmo nos países em que as taxas excedem 1% da renda per capita nacional, elas são compensadas pelas vantagens financeiras oferecidas aos alunos (como alimentação, transporte, estadiaetc), para dar continuidade aos estudos.






Entretanto, nem o financiamento do ensino superior depende do pagamento por parte dos estudantes nem as pequenas taxas, das quais é possível ficar isento em muitos casos, não sendo considerados empecilhos econômicos à vida estudantil, ainda mais em países com alta e muito bem distribuída renda quando comparados à situação dos brasileiros. Podemos destacar que, a Inglaterra e a Rússia estão entre os poucos países europeus em que há realmente cobrança de anuidades.

É importante frisar que, alguns países europeus estendem a gratuidade a estudantes estrangeiros em geral. Outros a estendem apenas a estudantes provenientes de países pobres ou a alunos que, independentemente da renda, aceitem acompanhar os cursos na língua do país. Apenas pessoas que queiram seguir o curso em inglês deverão pagar uma taxa, cujos valores são, usualmente, bastante acessíveis.

De acordo com Moura (2016), mesmo levando em conta a grande quantidade de matrículas no ensino superior privado, o Brasil é um dos pouquíssimos países onde existem Instituições de Ensino Superior públicas e gratuitas. Nos EUA e no Chile existem instituições públicas e privadas, porém nenhuma é gratuita, pois todas possuem anuidades, as quais possuem um valor consideravelmente elevado. Assim como no Brasil, alguns exemplos de países que possuem

universidades públicas e gratuitas: Argentina, França e Alemanha, ou seja, o ensino superior não gratuito é uma tendência mundial. A Figura 6 apresenta o parâmetro comparativo das características do financiamento do Ensino Superior público em alguns países.

Figura 6–Parâmetro comparativo das características do financiamento do Ensino Superior público entre países

PARÂMETRO COMPARATIVO	 Alemanha	 Argentina	 Chile	 Estados Unidos	 Grécia
1 O governo federal ou estadual é responsável por financiar o funcionamento das universidades públicas	X	X			X
2 As universidades públicas cobram dos estudantes taxas de matrícula e mensalidade (<i>tuition</i>)			X	X	
3 As universidades públicas são financiadas por recursos de fundos de pesquisa públicos e privados e editais públicos que visam gerar bens públicos (<i>grants</i>)	X	*	X	X	*
4 As universidades públicas são financiadas por meio de contratos firmados diretamente com agentes públicos e privados para produção de produtos de pesquisa que não serão posteriormente disponibilizados como bens públicos	X	*	X	X	*
5 As universidades públicas são financiadas por meio de doações feitas por agentes privados (<i>endowments</i>)	X		X	X	
6 O governo federal pratica assistência estudantil financiando diretamente os estudantes das universidades públicas	X	X	X	X	X
7 O governo federal financia as universidades públicas para que elas possam realizar ações de assistência estudantil		X	X	X	
8 A maior parte do financiamento público para a educação terciária das instituições públicas advém do governo estadual e não do governo federal	X			X	*
9 A maior parte dos estudantes de ensino superior estão matriculados em universidades públicas	X	X		X	X

Notas: Quadro elaborado pelos autores. Os asteriscos se referem às informações que não puderam ser confirmadas a partir dos dados coletados.

Analisando a figura acima, identificamos que o Chile e os Estados Unidos cobram dos estudantes as taxas de matrículas e mensalidades nas Universidades Públicas, o que difere da realidade do Brasil quanto à gratuidade garantida pelo governo federal e estadual nas respectivas Instituições. Observamos também um dado interessante, pois nos respectivos países: Alemanha, Argentina, Estados Unidos e Grécia a maior parte dos estudantes de ensino superior estão matriculados em universidades públicas.

Em relação a Figura 6, na Grécia temos as Higher Education Institutions (HEIs), que são entidades jurídicas de direito público totalmente autônomas e estão sob a supervisão do Ministério da Educação e Religiões. De acordo com a Constituição grega, o ensino superior é público, oferecido exclusivamente pelo Estado e gratuito. Pode haver cobrança de mensalidade em programas de pós graduação específicos. Ao todo são 23 HEIs além da School of Pedagogical and Technological Education (ASPAITE).

Em determinados países, é mais adequado usar as instalações universitárias de outros países do que implantar uma universidade própria. Por exemplo, Luxemburgo, um país com meio milhão de habitantes e com uma das mais altas rendas per capita da Europa, teve sua primeira universidade nacional criada em 2003.

No Chile, as instituições de ensino superior são divididas entre Universidades (U), Institutos Profissionais (IP) e Centros de Formação Técnica (CFT), cada um capacitado a prestar diferentes níveis de formação profissional e acadêmica. Atualmente são 151 instituições, das quais 40% são universidades; 28%, Institutos Profissionais e os restantes 31%, Centros de Formação Técnica. Dessas instituições, 82% são privadas (34 universidades, 43 IPs e 47 CFTs).

Com a redemocratização no país, no início dos anos oitenta, as universidades seguem o sistema de autofinanciamento, segundo o qual o Estado não é responsável pelo financiamento das instituições. Cada instituição deve obter seus recursos próprios de fontes privadas, por meio da cobrança de taxas e mensalidades, da venda de serviços e de fontes públicas, concorrendo com outras universidades para obter recursos além de contribuições permanentes, segundo afirma Weber (2021).

Na Alemanha, segundo Hrk (2022), existem 423 instituições de ensino superior (IES) reconhecidas pelo Estado, sendo que cerca de 273 delas são geridas pelo poder público, 112 pelo setor privado e 38 por instituições religiosas. As IES são principalmente divididas entre: universidades que concedem credenciais de doutorado e de pesquisa, além de certificados de competências técnicas e de engenharia (Universitäten), universidades que concedem credenciais artísticas (Kunsthochschulen forma artistas e a Musikhochschulen forma músicos) e universidades que concedem credenciais de ciências aplicadas (Fachhochschulen). As IES públicas são

exclusivamente gerenciadas pelas Länder (o equivalente aos governos estaduais), e co-financiadas por estas e pelo Ministério Federal da Educação e Pesquisa (BMBF), sendo que a maior parcela das despesas (85,8% em 2020) é financiada pelas Länder.

Ao final de 2019, havia 2,89 milhões de estudantes matriculados em universidades, sendo 269 mil (menos de 10%) em universidades privadas de acordo com o Instituto Federal de Estatísticas Alemão – Destatis/2022. Desde 2014 as universidades públicas alemãs não cobram taxas aos estudantes do país que estão cursando sua primeira graduação ou primeiro curso de mestrado. Dessa forma, o ensino nas universidades públicas é gratuito para a maioria dos estudantes alemães. As taxas são comumente cobradas de estudantes estrangeiros e alguns estados cobram taxas de estudantes que estão realizando uma segunda graduação ou daqueles que estejam há muito tempo fazendo um curso de ensino superior.

No entanto, com base em um sistema educacional público e gratuito, tratando a todos os estudantes de forma igualitária no que diz respeito às atividades dentro das escolas e universidades, que os países europeus formaram seus quadros profissionais e construíram suas democracias e seus sólidos sistemas culturais e científicos. É importante aprender com esses países, para entender, no lugar de mimetizar alguns poucos por interesses financeiros.

2.3 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

É importante salientar que, o aumento quantitativo das matrículas nos programas: PROUNI e FIES promoveram maior diversidade socioeconômica e racial na IES, evidenciando que, os estudantes beneficiados geralmente pertencem a famílias de baixa renda, pois muitas vezes, são os primeiros da família a ingressar na universidade e compõem grupos raciais historicamente excluídos. Deste modo, os programas atuam como políticas redistributivas e afirmativas, contribuindo para a democratização efetiva ao Ensino Superior.

2.3.1 Os Programas de financiamento para a educação superior como instrumentos de educação inclusiva

A ampliação do acesso ao Ensino Superior brasileiro passou, nas últimas décadas, por transformações significativas, com destaque para a implementação de Políticas Públicas de financiamento que buscavam reduzir desigualdades sociais e ampliar oportunidades para estudantes de baixa renda. Nesse contexto, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo

de Financiamento Estudantil (FIES) consolidaram-se como instrumentos estratégicos para promover inclusão e democratização da educação superior no país. Essas políticas, articuladas ao princípio constitucional da igualdade de acesso à educação, contribuem para a construção de um sistema mais inclusivo e representativo das diversidades sociais.

A educação inclusiva, enquanto princípio, não se restringe ao acesso físico aos espaços educativos, mas envolve condições equitativas de permanência, aprendizagem e conclusão. Segundo Arruda & Dikson (2018) as políticas educacionais inclusivas são essenciais para enfrentar desigualdades estruturais que historicamente marginalizaram grupos sociais vulneráveis. No Brasil, tais desigualdades refletem disparidades econômicas, raciais e regionais que comprometem a equidade no ensino superior.

“No cenário da educação inclusiva, verifica-se o distanciamento entre a realidade empírica da escola, que se pretende inclusiva, e o que se espera dela por determinação legal. Caracteriza-se uma situação em que se demandam leis e políticas que garantam acesso à educação, apoios, ajustes e adaptações necessárias, visando à aprendizagem e à sustentabilidade dos sistemas de ensino para o cumprimento de suas finalidades. Nesse particular, o ordenamento jurídico constitui base sólida para fomentar o cumprimento dos direitos dos estudantes e a eficácia da escola, com eliminação de ambiguidades e contradições que possam postergar ou dificultar esses propósitos.” (Arruda & Dikson, 2018, p. 224).

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social e determina que o Estado deva garantir acesso igualitário aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada cidadão (BRASIL, 1988). Assim, programas como Prouni e FIES se configuram como ações concretas para operacionalizar esse princípio, ampliando o ingresso de estudantes que, de outra forma, permaneceriam excluídos das oportunidades educacionais.

“O ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, porém é necessário observar que o fato de o aluno estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos propostos. Para tanto, é necessário que a universidade realize adaptações para que a inclusão seja efetiva, já que algumas instituições não possuem um mapeamento do ingresso e permanência desse aluno e não oferecem serviço de apoio, tornando-se assim um processo de exclusão.” (Tomelin et al, 2018, p. 96).

Segundo Tomelin et al (2018), apesar do incentivo à criação de políticas de apoio ao discente, docente e o avanço dos estudantes com deficiência ao ensino superior, as instituições apresentam um panorama muito variado, tanto no público atendido e nos profissionais que realizam

as atividades, bem como nas ações desenvolvidas, de modo que aceitem todas as pessoas, independentemente das características individuais, considerando a singularidade de cada indivíduo.

Nesta conjuntura, podemos citar o Programa PROUNI, que vai além de critérios socioeconômicos, pois incorpora ações afirmativas ao destinar cotas para estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essa dimensão reforça seu caráter inclusivo, na medida em que busca mitigar desigualdades históricas de caráter racial e social. De acordo com Miranda e Azevedo (2020), o Prouni representa uma política compensatória capaz de ampliar o acesso de populações que tradicionalmente foram sub-representadas no sistema universitário. Nesse sentido, a expansão da educação superior está ocorrendo também por meio da iniciativa privada, incentivada por renúncias fiscais, favorecendo o setor privado-mercantil e colaborando para o aumento das desigualdades sociais.

“Portanto, para os atores sociais que defendem a educação superior pública, continua o desafio de rever criticamente as políticas públicas e os paradigmas políticos, econômicos e ideológicos que as sustentam, haja vista que a educação superior ainda permanece como um bem distribuído a uma pequena parcela da população brasileira, pois é possível que a universidade brasileira seja realmente pública, desvinculada da lógica mercantilista, crítica e promotora da cidadania, da democracia e da emancipação humana.” (Miranda & Azevedo, 2020, p. 15).

Dados do Ministério da Educação indicam que, desde sua criação, o programa beneficiou milhões de estudantes, tornando-o essencial na reconfiguração do perfil sociodemográfico do ensino superior brasileiro (MEC, 2019). Nesse sentido, o Prouni não apenas viabiliza o ingresso, mas também contribui para que o espaço universitário se torne mais diverso e plural.

De acordo com Araújo (2023), ao perceber os problemas enfrentados nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, seja com a criação de estratégias ou políticas públicas de inclusão, a educação inclusiva assume o espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Outro programa com tamanha relevância e contribuição é o FIES, instituído pela Lei nº 10.260/2001, foi criado com a finalidade de financiar cursos superiores em instituições privadas, possibilitando que estudantes paguem as mensalidades após a conclusão do curso, com juros

reduzidos. O programa viveu sua maior expansão entre 2010 e 2014, quando ampliou significativamente a oferta de contratos, proporcionando oportunidades para estudantes de baixa e média renda, sobretudo em cursos de maior valor, como os da área da saúde (BRASIL, 2001).

Embora o FIES tenha sido um importante mecanismo de inclusão, pesquisadores apontam limitações e riscos. No entanto, o FIES não consegue absorver a demanda e sequer atinge 10% do total de alunos matriculados no setor privado. Mesmo assim, as análises centradas no FIES devem levar em consideração os eixos que passaram a nortear as políticas públicas a partir de meados da década de 90, principalmente a ideia de focalização, conforme Aprile e Barone (2009).

Podemos ressaltar que, o financiamento estudantil, quando não articulado a medidas de controle institucional e políticas de permanência, pode acarretar endividamento excessivo dos estudantes, o que compromete seu futuro emprego e renda. Ainda assim, o FIES continua sendo instrumento relevante para a inclusão educacional, atuando principalmente em faixas populacionais não contempladas pelo Prouni.

2.3.1.1 Educação Inclusiva e Acesso ao Ensino Superior

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um princípio orientador das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação para todos. No contexto do ensino superior, esse pressuposto ganha centralidade à medida que a expansão das matrículas, a diversificação do perfil estudantil e a criação de programas de democratização do acesso colocam em debate as condições reais de permanência e sucesso acadêmico de grupos historicamente marginalizados. Discutir educação inclusiva e acesso ao ensino superior significa, portanto, analisar não apenas as portas de entrada para a universidade, mas sobretudo, os mecanismos institucionais que asseguram igualdade de oportunidades, participação plena e aprendizagem significativa.

“ O ProUni e o FIES são medidas paliativas para atender a demanda da classe trabalhadora que não tem condições de enfrentar os concorridos vestibulares das instituições públicas. Ao invés de se investir em um ensino básico de qualidade, realiza-se a compra de vagas privadas com o dinheiro público. Não é uma questão de desmerecer o ProUni e o FIES, mas reconhecer que eles deixam de atender uma grande parte da população que veem nesses programas a única forma de realizar seus estudos no nível superior. Os avanços decorrentes desses programas foram pontuais e marcaram a mercantilização e a privatização do ensino superior no Brasil.” (Moura, 2016, p. 110).

O marco normativo que sustenta a educação inclusiva no Brasil está ancorado em documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), e em legislações nacionais como a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Esses instrumentos reafirmam que a inclusão não se limita à presença física do estudante, mas envolve transformações pedagógicas, curriculares, arquitetônicas e atitudinais. No ensino superior, esse compromisso implica rever práticas acadêmicas, políticas de ingresso e estratégias de acompanhamento para garantir a efetiva participação de estudantes com deficiência, oriundos de minorias sociais e de contextos socioeconômicos vulneráveis.

A expansão e a democratização de acesso ao ensino superior estão sendo realizadas e são tratadas com prioridade, devido à necessidade de mercado, as demandas produtivas e a necessidade de aumentar a formação e qualificação de pessoas para o desenvolvimento econômico nacional e internacional. Essas políticas para educação superior sempre serão políticas de Estado. Os programas de financiamento para as instituições universitárias privadas surgem quando o Estado não apresenta condições de responder sozinho às demandas públicas de educação superior. Em outras palavras, a educação superior no Brasil se apresenta como parte de um processo de reestruturação do Estado (Xavier, 2016, p. 79).

Historicamente, o acesso às universidades brasileiras foi marcado por seletividade social, reforçada por desigualdades de renda, raça e território. A partir dos anos 2000, políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as políticas de ações afirmativas — especialmente a Lei de Cotas nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 — ampliaram significativamente as possibilidades de ingresso. Tais iniciativas representaram uma ruptura com o modelo elitista tradicional, na medida em que promoveram a inclusão de estudantes de baixa renda, negros, indígenas e egressos da escola pública, alterando o perfil socio-acadêmico das instituições.

De acordo com Santos (2023, p. 109):

“A educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca garantir a inclusão social e educacional de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e limitações. Ela tem origens históricas importantes, que remontam ao movimento pelos direitos das pessoas com deficiência. As práticas pedagógicas inclusivas visam atender a diversidade dos alunos, enquanto a escola deve ser um espaço acolhedor e inclusivo. A promoção da inclusão social e educacional tem implicações importantes para a sociedade como um todo, contribuindo para a construção de uma sociedade

mais justa e democrática” (Santos, 2023, p. 109).

Contudo, ampliar o acesso não garante, por si, a inclusão. Conforme Santos (2023) a permanência e o sucesso acadêmico são condicionados por fatores institucionais, socioeconômicos e culturais que ainda constituem barreiras relevantes. Entre eles, destacam-se a insuficiência de políticas de assistência estudantil, dificuldades relacionadas à acessibilidade arquitetônica e comunicacional, práticas pedagógicas pouco inclusivas e a persistência de preconceitos e estigmas no ambiente acadêmico. Assim, a educação inclusiva no ensino superior deve ser compreendida como um processo que articula ações de entrada, permanência e aprendizagem, exigindo políticas integradas e contínuas. Além disso, a educação proporciona às pessoas os conhecimentos e habilidades necessários para enfrentar os desafios da vida e para contribuir com o bem-estar da sociedade como um todo.

Além das dimensões econômicas, a inclusão no ensino superior envolve práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como princípio. A formação docente para lidar com diferenças, a flexibilização curricular, o uso de tecnologias assistivas e a adoção de metodologias ativas constituem estratégias para promover um ambiente acadêmico acessível e equitativo. A criação de núcleos de acessibilidade nas instituições — orientados pela Portaria nº 3.284/2003 — configura um avanço importante ao instituir equipes multidisciplinares responsáveis por avaliar barreiras, propor adaptações e acompanhar estudantes com deficiência (MEC, 2003).

Outro aspecto relevante refere-se à inclusão de pessoas com deficiência. Apesar dos avanços legais, como a obrigatoriedade de condições de acessibilidade e adaptação razoável, pesquisas indicam que ainda há escassez de materiais pedagógicos acessíveis, falta de profissionais especializados e pouca sensibilização da comunidade acadêmica. A inclusão plena desses estudantes requer investimentos em formação continuada, aquisição de recursos tecnológicos, revisão de processos avaliativos e fortalecimento de políticas institucionais de acessibilidade.

“A sensibilização de todos os envolvidos e a formação de sujeitos inclusivos, capazes de trabalhar em equipe, numa atitude interdisciplinar é, portanto, primordial para buscar a efetiva inclusão destes estudantes. Pensar numa universidade inclusiva requer que os profissionais de educação estejam mais próximos dos estudantes a serem incluídos, que saibam como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade e como ter dimensão técnica” (Tomelinet al, 2018, p. 97).

Conforme Moura (2016) a democratização do acesso também precisa considerar estudantes indígenas, quilombolas e oriundos de populações do campo. Para esses grupos, a inclusão não se

limita à presença na universidade, mas envolve o reconhecimento de identidades culturais, epistemologias e formas de organização social distintas. Programas específicos de ingresso, apoio pedagógico diferenciado e políticas de respeito à diversidade cultural são fundamentais para assegurar que a universidade se torne um espaço plural e socialmente referenciado. A declaração se refere também a tratar a demanda cada vez maior do ensino superior e ressalta a importância de se garantir o acesso a alguns grupos específicos:

“c) Como consequência, o rápido e amplo aumento da demanda pela educação superior exige, quando procedente, que em todas as políticas futuras referentes ao acesso à educação superior dê-se preferência a uma aproximação baseada no mérito individual, tal como definida no Artigo 3, item “a” supra.

d) Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e lingüísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior” (UNESCO, 1998, p. 48).

Em síntese, a educação inclusiva no ensino superior é um processo complexo que articula políticas públicas, práticas pedagógicas e mudanças institucionais. Embora o Brasil tenha avançado no que se refere ao ingresso de grupos historicamente excluídos, persistem desafios importantes relacionados à permanência, acessibilidade, formação docente e superação de desigualdades estruturais. Para que a inclusão se consolide como princípio, é necessário que as instituições de ensino superior adotem uma postura proativa, comprometida com a equidade e com a construção de ambientes acadêmicos que valorizem a diversidade. Segundo Xavier (2016):

“Embora possa gerar críticas, a democratização do acesso ao ensino superior tem nos programas de financiamento uma ferramenta de consolidação. Tanto no FIES quanto no PROUNI, existem regras e direcionamentos para atender quase que exclusivamente os grupos mais carentes não só de recursos financeiros, mas também privilegiando grupos excluídos. Um dos destaques é a política de destinação de cotas para afrodescendentes e indígenas no PROUNI. Nesse caso, o governo atrela os benefícios financeiros a uma ação contra a discriminação étnica” (Xavier, 2016, p. 74).

Portanto, garantir educação inclusiva e ampliar o acesso ao ensino superior não constitui apenas uma questão de justiça social, mas também de desenvolvimento humano e democrático. Universidades verdadeiramente inclusivas são aquelas capazes de reconhecer a heterogeneidade dos sujeitos, adaptar-se às suas necessidades e promover trajetórias acadêmicas que respeitem e valorizem diferenças. O fortalecimento de políticas estruturantes, o investimento em acessibilidade e a consolidação de uma cultura institucional sensível à diversidade são caminhos indispensáveis para a efetiva democratização da educação superior no Brasil.

2.3.1.2 O Acesso à Educação Superior como Instrumento de Mobilidade Social

O impacto conjunto do Prouni e do FIES foi fundamental para a expansão das matrículas no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas, sendo impulsionado também pelo crescimento do setor privado devido à atuação desses programas como fator determinante na promoção da mobilidade social e na redução das desigualdades, uma vez que o diploma universitário está associado a melhores condições de empregabilidade e renda.

A educação superior ocupa posição estratégica no debate sobre desenvolvimento humano, redução das desigualdades e promoção da mobilidade social. Em sociedades marcadas por profundas assimetrias econômicas, como o Brasil, a universidade é historicamente reconhecida como um espaço de produção de conhecimento, qualificação profissional e construção de capital cultural, elementos que influenciam diretamente as oportunidades de ascensão socioeconômica. Discutir o acesso ao ensino superior como instrumento de mobilidade social exige, portanto, analisar os mecanismos de ingresso, a permanência estudantil e os impactos estruturais que esse nível de ensino gera na trajetória individual e coletiva. De acordo com Polli (2021, p. 122):

“O jovem, ao ingressar na universidade, cria expectativas para seu futuro, visando um avanço socioeconômico, acreditando que pode crescer futuramente em sua escolha profissional e obter uma estabilidade financeira que lhe proporcione novos desafios. Quando é possível aumentar a renda financeira, melhorar suas condições de vida e mudar de classe social identifica-se tal avanço como uma mobilidade social” (Polli, 2021, p. 122).

Ao longo do século XX, o ensino superior brasileiro consolidou-se como espaço restrito, voltado majoritariamente às elites e aos grupos com maior acúmulo de capital econômico e cultural. A seletividade histórica foi reforçada por fatores como desigualdade educacional na educação básica, concentração de instituições em grandes centros urbanos, custos elevados de mensalidades no setor

privado e a centralidade dos vestibulares como principal mecanismo de seleção. Esses elementos contribuíram para a reprodução de desigualdades, já que o acesso à universidade era fortemente condicionado pelas condições socioeconômicas de origem dos estudantes. Conforme Polli (2021, p. 122):

“A mobilidade social é caracterizada pela mudança de estrato social realizada por uma pessoa. Permite diferentes acessos aos bens de consumo e melhorias em termos de qualidade de vida. É oportunizada por movimentos no mercado de trabalho e gera mudanças nas posições de classe. Pode estar ligada a fatores ocupacionais ou de renda. Além disso, há que se considerar o fator educacional, pois a educação pode ser considerada o principal elemento que impulsiona a mobilidade social” (Polli, 2021, p. 122).

O acesso ao ensino superior, entretanto, não pode ser analisado apenas pela ótica das matrículas. Para que a educação superior se configure como instrumento efetivo de mobilidade social, é necessário considerar os seus impactos na vida profissional dos egressos, na ampliação de renda e no fortalecimento de novas redes sociais e culturais. De acordo com Alves & Marques (2018), as pesquisas nacionais e internacionais demonstram que indivíduos com formação superior tendem a obter empregos mais qualificados, alcançar maiores salários e apresentar menor vulnerabilidade ao desemprego, o que evidencia a centralidade dessa etapa de ensino na promoção de ascensão econômica.

“Além disso, é importante considerar que não basta implementar uma política pública que assegure o acesso ao ensino superior de indivíduos economicamente menos favorecidos, de modo que não se faça mensuração de forma sistemática dos seus impactos e contribuições aos seus beneficiários, a fim de constatar se tal política pública realmente atingiu os objetivos propostos” (Alves & Marques, 2018, p. 73).

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a mobilidade social não é resultado automático do diploma. O efeito do ensino superior sobre a trajetória socioeconômica depende de múltiplas variáveis, como a qualidade da formação, o valor social atribuído ao curso, as condições de empregabilidade na área e o acesso a oportunidades profissionais. Nesse sentido, desigualdades persistem entre estudantes de diferentes regiões, instituições (públicas ou privadas), modalidades (presencial ou a distância) e áreas do conhecimento. Assim, a democratização do acesso, embora seja avanço fundamental, precisa ser acompanhada de políticas robustas de permanência e de inserção no mundo do trabalho.

No campo das desigualdades raciais e de gênero, a educação superior desempenha papel ambivalente. Por um lado, políticas afirmativas ampliaram o ingresso de negros, indígenas e mulheres

em áreas antes majoritariamente ocupadas por grupos hegemônicos. Por outro, barreiras estruturais continuam presentes, refletindo desigualdades no mercado de trabalho, diferenças salariais e menor representatividade em espaços de poder e pesquisa. Assim, mesmo que o ensino superior proporcione oportunidades de ascensão, a mobilidade social desses grupos ainda é marcada por tensões e limites, reforçando a necessidade de ações contínuas de combate ao racismo estrutural e às desigualdades de gênero.

“A pesquisa revelou que a população negra no Brasil enfrenta desafios significativos no acesso à educação de qualidade, no mercado de trabalho e na representação em cargos de poder. Taxas de analfabetismo mais altas, renda per capita 42 inferior e acesso limitado à educação superior são apenas algumas das realidades que moldam a vida desses brasileiros. Em meio a essas desigualdades, a Lei 14.456/22 surge como uma medida que, apesar de buscar a especialização no sistema judiciário, inadvertidamente cria novas barreiras” (XXV Jornada de Iniciação Científica, 2024, p. 41).

Em síntese, o acesso à educação superior é um instrumento relevante de mobilidade social, mas sua eficácia depende da articulação entre democratização do ingresso, condições adequadas de permanência e garantia de qualidade formativa. A universidade tem potencial para romper ciclos de pobreza, ampliar horizontes profissionais e fortalecer a cidadania. Contudo, para que esse potencial se concretize de forma ampla e inclusiva, é necessário enfrentar desigualdades históricas e promover políticas que assegurem trajetórias acadêmicas mais justas e equitativas.

2.3.2 Evolução da educação a distância a partir dos programas de financiamento da educação superior

Nos últimos anos, observa-se ainda a ampliação do ensino superior na modalidade a distância (EaD), que, embora apresente potencial para democratizar o acesso territorial, também gera debates sobre a qualidade da formação e as condições de permanência de estudantes em regiões com baixa infraestrutura tecnológica. Assim, a EaD deve ser compreendida não como solução isolada, mas como parte de um conjunto de estratégias que precisam assegurar acessibilidade digital, suporte pedagógico e interação significativa.

Além disso, a expansão da modalidade a distância (EaD) redefiniu as dinâmicas de acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes trabalhadores, mães, moradores de áreas rurais ou de pequenas cidades. Embora a EaD amplie oportunidades territoriais, sua contribuição para a mobilidade social depende da garantia de qualidade acadêmica, de infraestrutura tecnológica adequada e de suporte pedagógico consistente. Sem tais condições, há risco de aprofundar desigualdades e comprometer a

formação profissional.

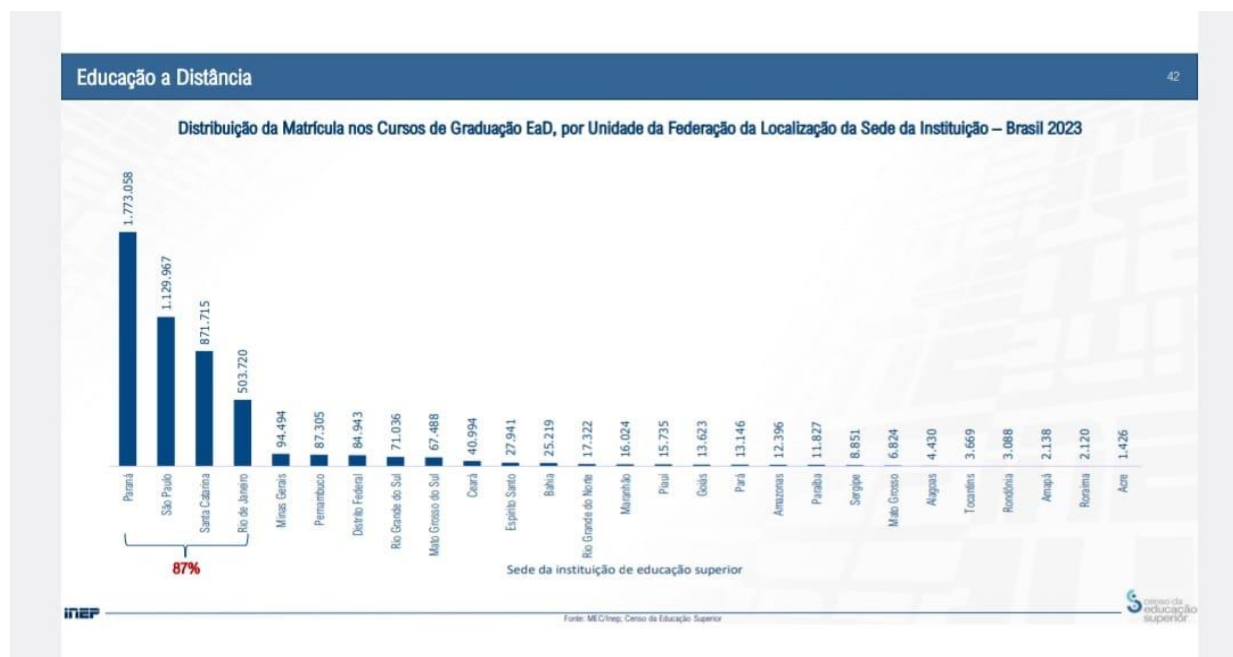
No início de 2020, fomos pegos de surpresa por uma pandemia, que afetou diretamente a Educação Superior, com isso, o setor seguiu sendo impactado pela crise sanitária em 2021. Ainda que parte dos cursos das Instituições tenha retomado as aulas presenciais, o ensino remoto continuou presente e predominante, agora de forma mais organizada, entrando definitivamente na rotina dos discentes e docentes como uma alternativa efetiva de cumprir com a agenda de trabalho e estudos.

Esta situação foi notória, em parte, por causa da explosão de novos casos de Covid-19 no primeiro semestre do ano, o que demonstrou que a pandemia ainda estava entre nós (a Organização Mundial de Saúde declarou o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia da Covid-19 em maio de 2023). Neste intervalo, presenciamos também, ao início da vacinação, apontando um caminho para uma convivência mais segura e, não extinta, com o novo coronavírus.

Toda essa conjuntura nos ajuda a entender o cenário do ensino superior em 2021. Depois de um crescimento ínfimo de apenas 0,9% no número de matrículas no período anterior, 2021 viu esse índice crescer para 3,5%, uma vitória para um setor que, inicialmente, considerou a crise sanitária um túnel sem saída. Mais uma vez, como nos últimos anos, o aumento das matrículas foi vinculado ao avanço de alunos na modalidade EaD que antes era pouco conhecida.

A Figura 7 apresenta a distribuição de Matrícula nos Cursos de Graduação EaD por UF (2023).

Figura 7 – Distribuição de Matrícula nos Cursos de Graduação EaD por UF(2023).



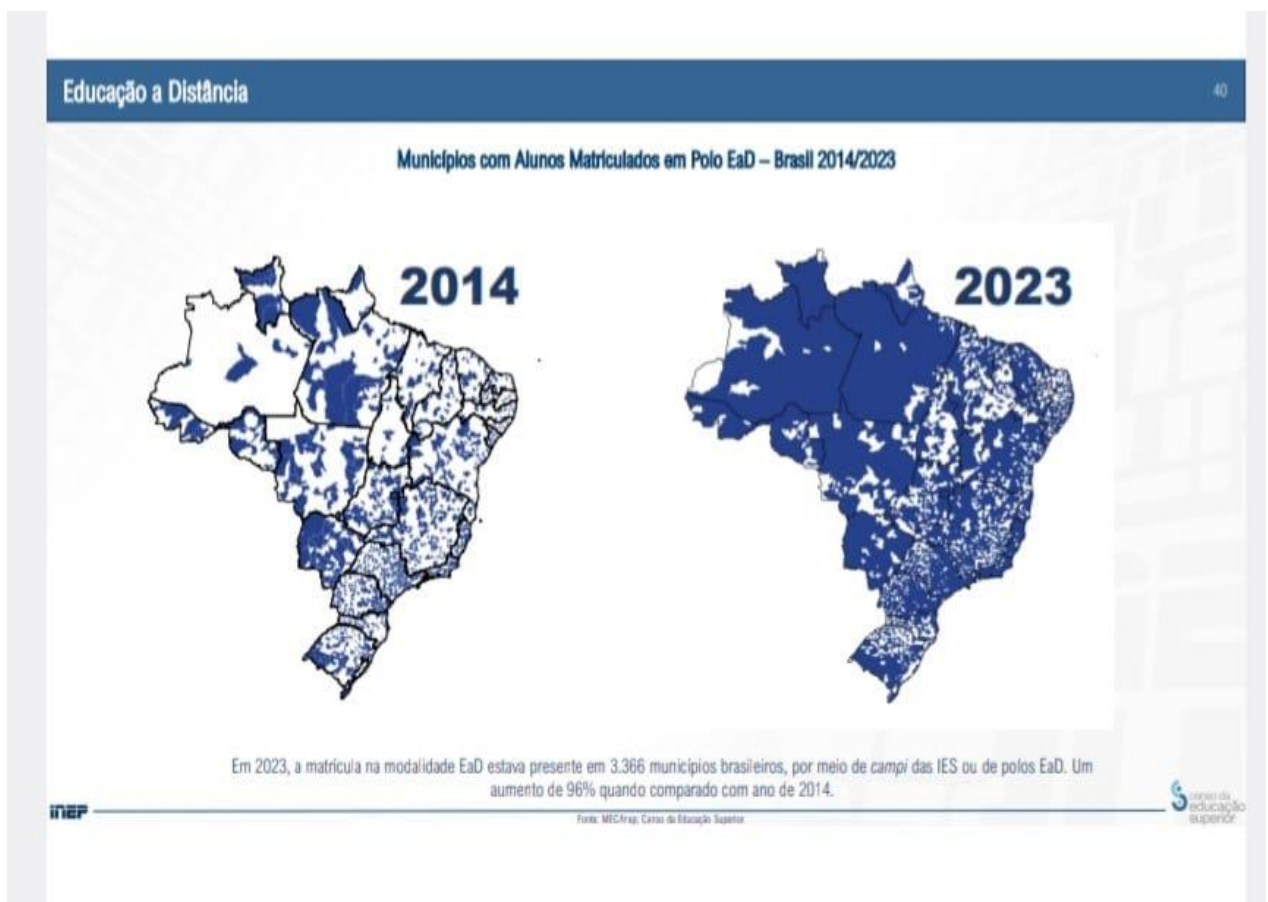
Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

De acordo com os dados numéricos, mais uma vez, seguindo a tendência dos anos anteriores, o crescimento da modalidade EaD e um recuo das matrículas presenciais, algo preocupante porque o ensino a distância segue sem conquistar um público mais jovem, mais afeito aos cursos presenciais ou a uma nova modalidade híbrida que mescla presencialidade com aulas remotas. Esse índice segue preocupando o setor, já que implica na queda do número de jovens entre 18 e 24 anos ingressando em faculdades, centros universitários e universidades.

Segundo Moura (2016) o ensino à distância também ganhou reconhecimento, pois o primeiro curso de graduação criado foi o de Pedagogia de 1ª a 4ª série na Universidade Federal do Mato Grosso, o qual era voltado para professores da rede municipal e estadual. É a partir do ano de 1998 que se observa o crescimento efetivo dessa modalidade de ensino superior.

A Figura 8 apresenta os municípios com alunos matriculados em Pólo EaD 2014/2023. Em 2023, a matrícula na modalidade EaD estava presente em 3.366 (três mil e trezentos e sessenta e seis) municípios brasileiros, por meio de campi das IES ou de pólos EaD, no qual, apresentou um aumento de 96% quando comparado com o ano de 2014.

Figura 8 – Municípios com Alunos Matriculados em Pólo EaD 2014/2023



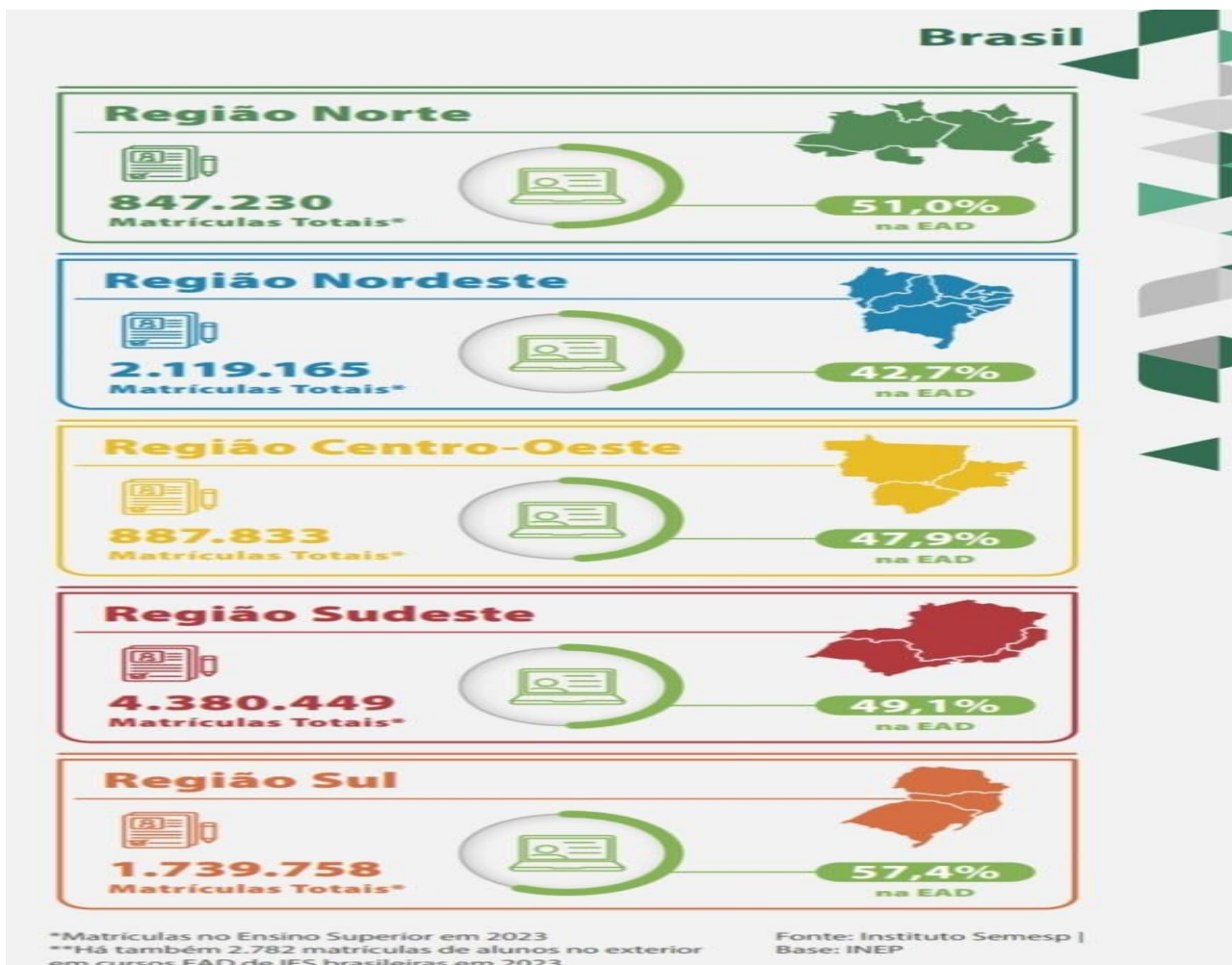
Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

Comparando os anos de 2018 a 2023, o número de pólos EaD saltou de 202% (223% na rede privada e 70% na pública), passando de 15,4 mil pólos para 46,6 mil no Brasil.

Outro ponto a considerar no setor da educação brasileira é a predominância de instituições de ensino superior da rede privada (87,8%) e a representatividade que elas detêm no número de matrículas: 76,9% das matrículas do país estão concentradas na rede privada. Ainda que parte dessas matrículas tenham migrado dos cursos presenciais para os da modalidade EaD, com mensalidades bem mais baixas, a importância econômica do setor privado é incontestável.

A Figura 9 apresenta as matrículas no Ensino Superior, em 2023, por Regiões do Brasil, de acordo com os dados Instituto Semesp | Base: INEP (2025)

Figura 9 – Matrículas Totais no Ensino Superior, em 2022, por Regiões do Brasil



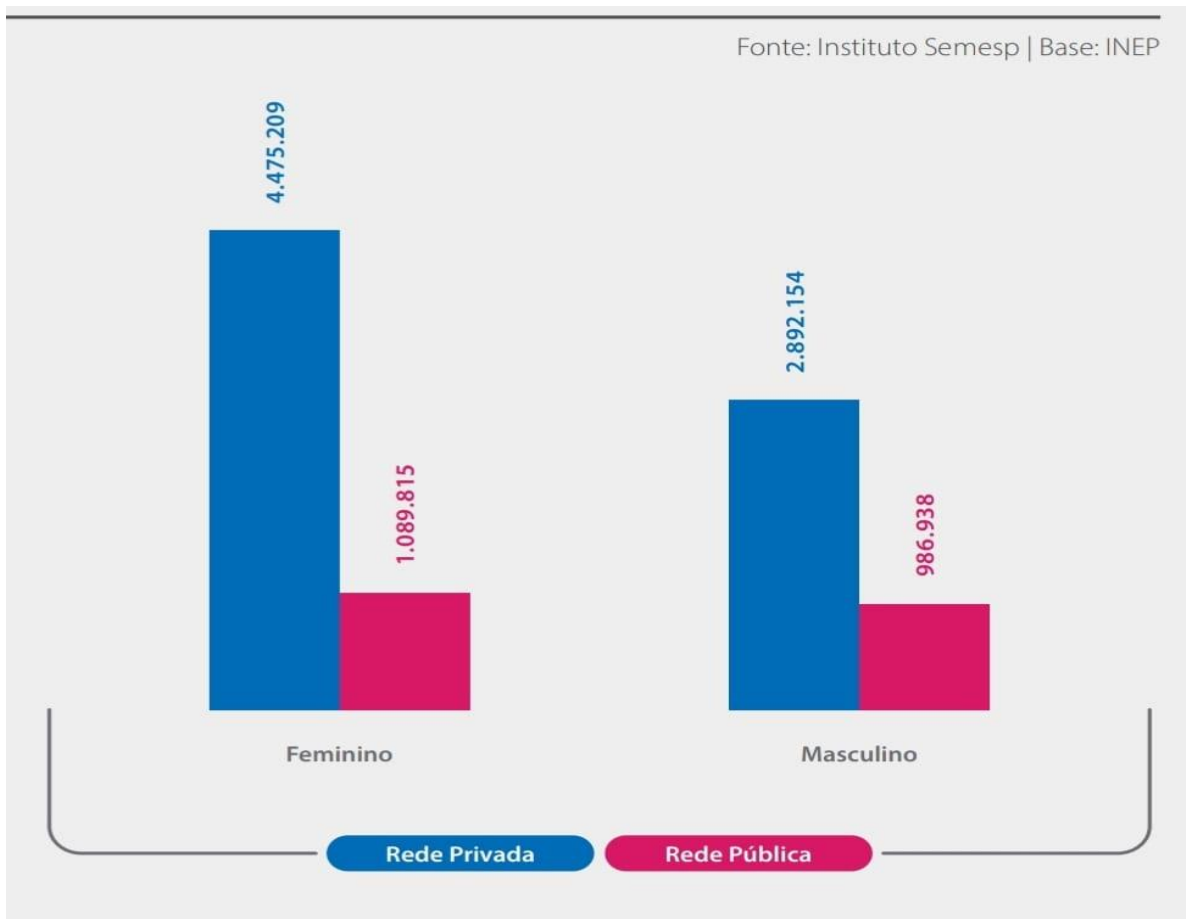
Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP (2025)

Analisando a figura 9 observamos que, as modalidades de ensino presencial e a distância estão quase no mesmo patamar de matrículas, com uma pequena diferença a favor dos cursos presenciais, que concentram 50,7% das matrículas. Já os cursos de educação a distância (EaD)

representam 49,3% dos alunos no ensino superior do país, um aumento de 3,4 pontos percentuais em relação a 2022. Embora o ritmo de crescimento da EaD tenha desacelerado e a queda nos cursos presenciais também tenha diminuído. Nunca tivemos tantos alunos matriculados no ensino superior, mas os desafios de acesso e permanência seguem os mesmos, em especial no que diz respeito as altas taxas de evasão que fazem com que milhares de alunos abandonem seus cursos EaD e presenciais, tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas. Há também 2.782 (dois mil e setecentos e oitenta e duas) matrículas de alunos no exterior em cursos EaD de IES brasileiras em 2023.

A Figura 10 apresenta a distribuição de matrículas por gênero de acordo com os dados do Instituto Semesp/Base INEP.

Figura 10 – Distribuição de Matrículas por Gênero



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

É importante registrar o gênero das pessoas que dominam as matrículas no Ensino Superior - as mulheres tanto na rede privada como na rede pública de ensino ocupam o quantitativo maior de alunas matriculadas na Instituição de Ensino Superior.

Os dados apresentam percepções interessantes que podem ajudar as IES a tomarem decisões

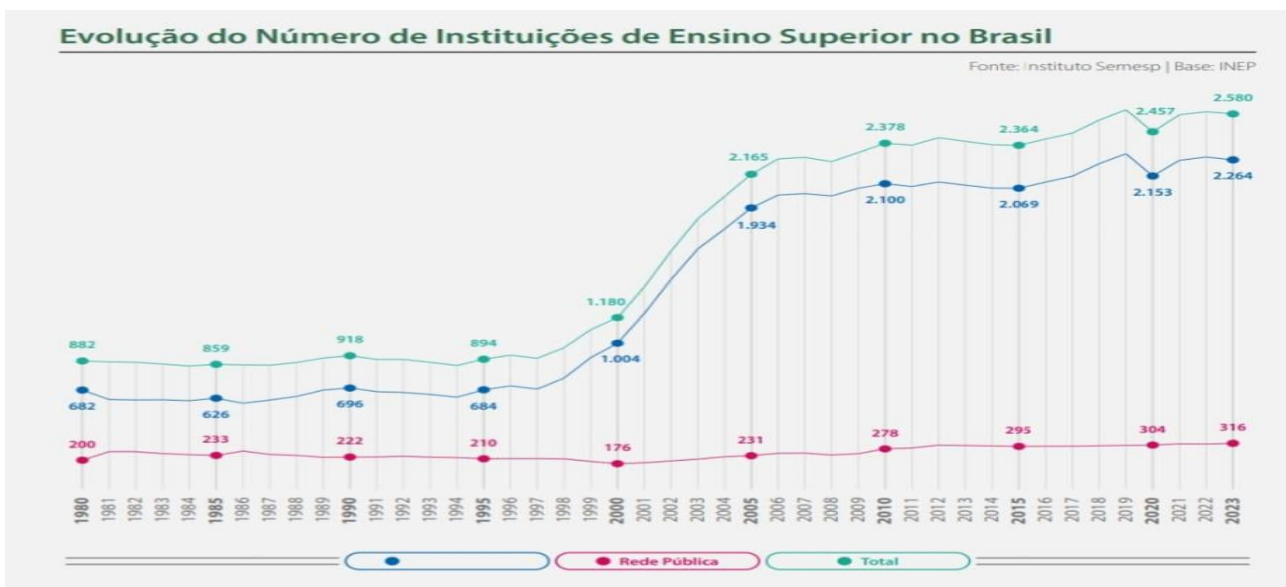
estratégicas para reterem os estudantes. Esses números também seguem nos dizendo sobre a importância da construção de políticas públicas de Estado eficientes para democratizar o acesso ao ensino superior e promover o desenvolvimento econômico e social de nosso país. Na contramão dos dados, no entanto, o número de bolsas concedidas pelo FIES e PROUNI, dois dos principais programas governamentais de acesso para estudantes de baixa renda, vem declinando ano a ano.

Com relação ao Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação, no primeiro semestre de 2023, 291 mil bolsas foram ofertadas em 14.346 cursos de graduação de 995 instituições privadas de ensino superior em todos os Estados e no Distrito Federal. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) 2023 teve 112 mil vagas disponíveis para todo o ano de 2023. Apesar das 110 mil vagas disponíveis em 2022, apenas 51 mil foram preenchidas, 45,5% do total.

Diante da concentração de matrículas na rede privada, 92,6% dos cursos da modalidade EaD são ofertados por IES que cobram mensalidades. O aumento da oferta nesta rede foi de 26,6%, contra apenas 4,3% das IES públicas. Em 2021, o aumento total foi de 24,6%, 10,4 pontos percentuais a menos do que no período anterior. Enquanto 71,0% dos cursos presenciais são ofertados por IES privadas. A rede registrou uma queda de 1,6% na oferta em 2021, mais do que em 2020, ano de início da pandemia (0,6%).

Por serem cursos de duração mais curta, a modalidade EaD possui baixas taxas de permanência. Em compensação, as taxas de desistência são bem mais altas do que a média. Nas redes privada e pública, a maior taxa de desistência está nos cursos de engenharia. A figura 11 apresenta a evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Figura 11 – Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

2.3.3 A educação superior a distância no Piauí

A Universidade Federal do Piauí – UFPI através do CEAD (Centro de Educação Aberta e a Distância), desde 2006 oferece educação gratuita e de qualidade aos piauienses, criando cursos que atendam as necessidades socioeconômicas de norte a sul do Estado do Piauí.

O Centro possui pólos em 48 (quarenta e oito) municípios, sendo 46 (quarenta e seis) no Piauí e 02 (dois) no Estado da Bahia, ofertando 17 (dezessete) cursos de graduação, 15 (quinze) Especializações, 02 (dois) Mestrados Profissionais, vários eventos e formações direcionadas à qualificação.

O Município ou o Estado do Piauí por meio da Secretaria de Educação mantém a estrutura dos pólos através dos parceiros ou mantenedores que utilizam a inserção dos alunos, desde a última seleção, pela nota do ENEM que, anteriormente era por vestibular organizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE), sendo autorizado pela CAPES e com comprovação de recurso disponível para a execução da oferta. A Figura 12 mostra a Matrícula nos cursos Presenciais e EaD por Mesorregião/PI.

Figura 12 – Matrícula nos cursos Presenciais e EaD por Mesorregião do Estado do Piauí



Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

A Unidade de Ensino CEAD é o diferencial da modalidade a distância da UFPI, pois os professores lotados no setor em parceria com os docentes dos cursos presenciais e colaboradores fazem a gestão do Centro. Os profissionais possuem ampla experiência no processo de ensino-aprendizagem com longa experiência na carreira educacional e na EaD.

Podemos considerar que, a EaD não é pensada para pessoas que tem condições de permanência e acesso diário, diurno e cotidiano à Universidade. É uma política da Instituição voltada para a expansão e interiorização do Ensino Superior, com avaliação e prática exitosa a partir do momento que é evidenciado a aprovação em concursos públicos, cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em processos seletivos e, para tal, retornam as suas comunidades refletindo o conhecimento produzido e experienciado na Universidade. A Figura 13 apresenta os Cursos EaD em relação às Matrícula/Ingressantes/Concluintes-PI.

Figura 13–Cursos EaD Matrícula/Ingressantes/Concluintes para o Estado do Piauí

Cursos EAD

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP

Curso	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Rede Privada			
Pedagogia	8.419	3.749	1.564
Enfermagem	3.910	2.555	74
Administração	3.682	2.254	298
Educação física	2.589	1.457	162
Contabilidade	2.123	1.270	172
Serviço social	1.750	901	199
Educação física formação de professor	1.371	684	282
Sistemas de informação	1.106	939	110
Gestão de pessoas	947	790	138
Farmácia	925	771	-
Rede Pública			
Administração	4.519	2.628	86
Letras português formação de professor	375	-	13
Letras inglês formação de professor	347	-	38
Matemática formação de professor	333	1	11
Ciências naturais formação de professor	278	211	-
Geografia formação de professor	213	-	42
História formação de professor	213	-	13
Letras espanhol formação de professor	141	-	2
Administração pública	105	-	12
Contabilidade	99	-	-

Cursos EAD

Fonte: MEC/INEP, Censo de Educação Superior (2024).

Para evidenciar, os discentes que procuram a EaD da UFPI são aqueles que moram distante dos grandes centros ou ainda, não encontram os cursos que o CEAD oferece em outras instituições das suas cidades, além daqueles que possuem um tempo diferenciado para estudar. É disponibilizado o uso de tecnologias digitais avançadas como plataformas, ambientes de webconferência e laboratórios de informática, bem como, uma equipe que vive constantemente pensando nas ações de pesquisa e extensão nos formatos daqueles estudantes da modalidade Educação a Distância.

A extensão, também está presente na EaD, sendo importante referencial da Universidade na modalidade presencial, semelhante ao que acontece nos cursos presenciais.

Com a expansão do CEAD está sendo aguardada a autorização de um novo Edital da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para abertura de novos pólos e cursos pleiteados pelos municípios diretamente com a Coordenação, observando a procura e oferta de vagas que possam atender a demanda e empregabilidade no Estado do Piauí.

A Universidade Aberta do Piauí – UAPI vinculada à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) foi criada através do decreto nº 16.933 de 16 de dezembro de 2016. É um programa de ensino voltado para o desenvolvimento da modalidade EaD com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos de educação superior no Estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica.

A instituição está integrada ao Sistema de Universidade Aberta do Brasil – UAB e possui autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES para funcionamento. Compõem o programa UAPI: a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, através do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI e a Coordenadoria de Educação por Meio de Mediação Tecnológica.

Os recursos para o financiamento da UAPI são provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP. O primeiro vestibular da UAPI ofereceu 3.000 vagas para o curso superior de Bacharelado em Administração na modalidade semipresencial por mediação tecnológica para 60 (sessenta) municípios, distribuídos nos 12 (doze) territórios de desenvolvimento do Piauí. O planejamento para a definição de novos cursos se dará de acordo com a demanda em cada território do Estado.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é um sistema online que proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdos diversos para cursos online e disciplinas semipresenciais para os alunos. Nesta perspectiva, a proposta é ajudar professores e tutores no gerenciamento de conteúdos e materiais complementares para os seus alunos e na gestão dos

cursos.

Neste ambiente, é possível acompanhar todo o processo de aprendizagem por parte do aluno, além de gerar relatórios simples sobre performance e progresso, tanto dos alunos como dos tutores. O Ambiente Virtual dos cursos da Universidade Aberta do Piauí é a plataforma Moodle (Modular Object Oriented Distance LEarning), um software livre de apoio à aprendizagem, que pode ser instalado em várias plataformas que consigam executar o Banco de Dados MYSQL e a linguagem PHP tais como Unix, Linux, Windows e MAC OS.

A plataforma permite a transmissão e organização dos conteúdos de materiais de apoio às aulas pelo fato de ser uma ferramenta que permite produzir cursos e páginas da Web, facilita a comunicação (síncrona ou assíncrona), possibilitando contribuir para um padrão superior, seja no ensino presencial, seja no ensino a distância, como também, o aumento da motivação dos aluno e a maior facilidade na produção e distribuição de informações.

As atividades gerenciadas pela plataforma Moodle conta com os recursos disponíveis para o desenvolvimentodas tarefas como forma de avaliação do curso; chat; diálogo; diário; fórum; glossário; lição; pesquisa de opinião; questionário; tarefa; incorporar vídeos do youtube e outras plataformas de stream de vídeo; disponibilização de livros e outros textos para os alunos.

Portanto, o Piauí é um dos estados que mais tem avançado na oferta da educação, seja ela na educação básica, como também, na educação superior. O estado tem estratégias e parcerias para continuar avançando na ampliação de oferta dos cursos superiores em todos os municípios, seja na modalidade presencial ou EaD, com financiamento estudantil – PROUNI ou FIES.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será apresentado o caminho metodológico trilhado para alcançar os objetivos pretendidos na investigação da pesquisa, por meio da caracterização e de seu universo, além dos procedimentos utilizados na coleta e na análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUANTO A NATUREZA, A ABORDAGEM, AOS OBJETIVOS E AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa, quanto a natureza, caracteriza – se como **aplicada**, que, por sua vez, segundo Gil (2022, p. 41), apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; portanto, sua característica é o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas de conhecimento. Conforme Apolinário (2011, p. 146), seu objetivo é resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas, pois os problemas são definidos pela instituição ou o financiador público ou privado que custeará a pesquisa e não pelo pesquisador. Ademais, Gil (2022, p. 41) acrescenta que, ela abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito da vivência dos pesquisadores.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza - se como **exploratória e descritiva**. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63), a pesquisa exploratória coleta mais informações sobre determinado assunto e têm por objetivo conseguir nova percepção e descobrir outras ideias. Segundo Marconi e Lakatos (2021, p. 90), são muitas as investigações de pesquisa, cujo objetivo é a formulação de questões ou de problemas, o que permite ao final do trabalho, criar um produto que seja condizente com a realidade a que se pretende aplicar. Daí seu caráter descritivo, quando o estudo visa identificar, analisar e descrever e discutir sobre a temática Políticas Públicas, PROUNI e FIES, na modalidade EaD.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou acontecimentos (variáveis) sem intervir (manipulá-los), (Cervo, Bervian, Silva, 2007, p. 61). Para Gil (2019, p. 26), as pesquisas deste tipo têm como objetivo essencial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste sentido, nesta pesquisa e em relação ao objetivo específico 2, procurar – se – á descrever os programas de financiamento estudantil, PROUNI e FIES, quanto as suas metas, aspectos: positivos e negativos e outras características apontadas pelo MSL e pela pesquisa documental.

Quanto a abordagem, trata – se de uma pesquisa **qualitativa**, no sentido de compreender melhor os fatos investigados, levando em consideração a subjetividade e as questões que a pesquisa requer.

Segundo Richardson (2017, p. 67), a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que as pessoas ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Enquanto Marconi e Lakatos (2021, p. 269), relata que, fornece uma análise minuciosa sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências e comportamento, etc. O que configura também, a descrição das qualidades de determinado fenômeno ou objeto de estudo.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo utilizará a pesquisa **bibliográfica** com o emprego de um mapeamento sistemático de literatura e a pesquisa **documental**. Vale ressaltar que, a pesquisa bibliográfica baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Concorde com Kitchenham (2004), o MSL é um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica ou área temática ou fenômeno de interesse. Sobre a pesquisa documental, Fonseca (2002) destaca que esta trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. Já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais, relatórios de empresas, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

De acordo com Martins e Theóphilo (2016, p. 52),

A pesquisa bibliográfica: Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo (Martins e Theóphilo, 2016, p. 52).

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL DA PESQUISA

Com relação ao recorte temporal da pesquisa ela foi delimitada do ponto de vista do MSL, entre os anos de 2015 a 2025. No tocante a pesquisa documental abrangeu o período compreendido entre a aprovação dos programas de financiamento estudados: PROUNI e FIES, até os dias atuais.

Referenciando - se ao lócus do estudo, este foi representado pelos repositórios institucionais de artigo, dissertações e teses, quando nos referimos ao MSL.

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise de dados foi utilizado o método comparativo que, conforme Fachin (2001), é o ato de investigar coisas ou fatos, apresentando – os segundo suas semelhanças e suas diferenças. Faz-se relevante inferir que cada resultado encontra-se apresentado em forma de tabelas e gráficos e comentado de forma interpretativa subjetiva, o que o faz também ser considerado de natureza qualitativa.

A natureza qualitativa da pesquisa é um procedimento metodológico que corrobora para a correlação entre problemas e hipóteses, bem como analisar o diálogo entre variáveis, assimilar e classificar processos sociais e suas contribuições no processo das mudanças, gerando opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Por conseguinte, no Quadro 4 a seguir, está delineado o resumo do Procedimento Metodológico da pesquisa.

Quadro 4– Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Característica	Classificação	Detalhamento/propósito
Natureza	Aplicada	Geração de informações para ações na temática PROUNI e FIES, EaD.
Abordagem	Qualitativa	Buscar um entendimento mais profundo do tema proposto
Objetivos	Pesquisa Descritiva/ Exploratória	Explorar e explicar sobre as Políticas Públicas, PROUNI e FIES, EaD e trazer para a realidade dos estudantes
Procedimentos Técnicos	Bibliográfica com Mapeamento sistemático da Literatura e Documental	Análise estatística descritiva , apresentação de gráficos, figuras, tabelas e quadros, método comparativo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao corroborar com Fachin (2001), (Gil, 2012) reforça que o método comparativo pode ser

incluído entre outros procedimentos, ao lado do método histórico, do método estatístico.

Lakatos e Marconi (2014) também são muito esclarecedoras, fazendo referência à possibilidade de utilização do método comparativo não apenas para análise de diferentes grupos, fenômenos ou fatos, mas também, dos mesmos grupos, fenômenos ou fatos em diferentes épocas ou contextos. O método comparativo, segundo as autoras, “[...] é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (Lakatos; Marconi, 2014, p. 92).

3.3.1 Mapeamento sistemático da literatura

O Mapeamento Sistemático da Literatura - MSL configura-se como um método de pesquisa amplamente utilizado na área da Educação para identificar, organizar e analisar, de forma estruturada e abrangente, a produção científica relacionada a determinado fenômeno educacional.

No contexto da Educação a Distância (EaD) e das Políticas Públicas Educacionais – FIES e PROUNI, esse método possibilita compreender como o tema vem sendo investigado, quais enfoques teóricos e metodológicos predominam, bem como as lacunas existentes no campo.

Diferentemente da revisão sistemática, que se concentra na síntese de evidências para responder a questões específicas, o mapeamento sistemático tem como objetivo fornecer uma visão geral do estado da arte, permitindo a identificação de tendências de pesquisa, evolução temporal das publicações, contextos de aplicação, níveis de ensino contemplados e abordagens analíticas utilizadas nos estudos sobre EaD e políticas educacionais.

A condução do mapeamento sistemático segue um protocolo metodológico previamente definido, assegurando rigor científico, transparência e reprodutibilidade. Esse protocolo envolve a definição das questões de pesquisa, a seleção das bases de dados científicas relevantes para a área educacional, como Scielo, ERIC, CAPES Periódicos e Scopus, bem como a escolha criteriosa dos descritores relacionados à Educação, EaD e Políticas Públicas – FIES e PROUNI, combinados por meio de operadores booleanos.

As etapas do mapeamento compreendem:

- (i) a identificação dos estudos a partir das buscas nas bases selecionadas;
- (ii) a triagem inicial por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chave;
- (iii) a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; e
- (iv) a extração e sistematização das informações dos estudos selecionados.

Posteriormente, os trabalhos são categorizados conforme critérios analíticos, tais como: ano de publicação, nível educacional, tipo de política pública analisada, abordagem metodológica,

principais resultados e contribuições para a área.

Portanto, o MSL aplicado à Educação e a EaD, contribui de forma significativa para a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa, ao permitir a compreensão do estágio de desenvolvimento das políticas educacionais investigadas, bem como seus impactos no acesso, permanência e democratização do ensino. Além disso, possibilita identificar lacunas de investigação, orientando a formulação do problema de pesquisa e reforçando a relevância científica e social do estudo desenvolvido.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DO PRODUTO

A obtenção do produto educacional, denominado Curso Interativo: “Quer passar no ENEM/Vestibular? Pois vem estudar!”, ocorreu a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos articulados, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos da Educação, da Educação a Distância (EaD) e das Políticas Públicas Educacionais – FIES e PROUNI, com o objetivo de contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da oferta de um curso preparatório interativo, acessível e alinhado às exigências do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos vestibulares.

Inicialmente, realizou-se um mapeamento sistemático da literatura, com vistas à identificação de estudos, práticas e modelos de cursos preparatórios na modalidade EaD, em consonância com a identificação de lacunas pedagógicas, metodológicas e a definição dos objetivos, dos conteúdos e das estratégias didáticas a serem melhor aplicadas.

Em seguida, procedeu-se à análise documental de normativas educacionais e documentos oficiais, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as matrizes de referência do ENEM e documentos orientadores das políticas de acesso ao ensino superior. Essa análise subsidiou a seleção dos conteúdos curriculares e garantiu a coerência do produto educacional com as diretrizes nacionais vigentes.

Na etapa de planejamento pedagógico, foram definidos os objetivos de aprendizagem, a estrutura do curso, os eixos temáticos e a organização dos módulos, priorizando uma abordagem interdisciplinar e contextualizada. Optou-se por estratégias metodológicas ativas e interativas, compatíveis com a modalidade EaD, incluindo videoaulas, atividades auto-avaliativas, fóruns de discussão, quizzes interativos e materiais complementares, visando promover o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem.

Posteriormente, realizou-se o desenvolvimento do projeto do curso em ambiente virtual de aprendizagem, considerando princípios de usabilidade, acessibilidade e design educacional. O

produto foi estruturado de modo a possibilitar flexibilidade de acesso, favorecendo a autonomia do estudante e a adaptação aos diferentes ritmos de aprendizagem, especialmente de públicos oriundos de contextos socio-econômicos diversos.

Por fim, o produto educacional passou por um processo de validação pedagógica, por meio da análise crítica do conteúdo e da estrutura do curso, visando assegurar a qualidade técnica, didática e metodológica. Os resultados dessa etapa contribuíram para o refinamento do curso, consolidando-o como um recurso educacional potencialmente aplicável em diferentes contextos educacionais e replicável em ações voltadas à preparação para o ENEM e vestibulares.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.5.1 Procedimentos para atingir o objetivo específico 1

Para responder o primeiro objetivo específico (Investigar a contribuição dos programas de financiamento PROUNI e FIES para a inclusão de alunos no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância), foi realizado um Mapeamento Sistemático de Literatura, MSL. O MSL procurou prospectar em repositórios digitais, Portal de periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, artigos de pesquisa, Teses e dissertações sobre as metas e contribuições dos programas de financiamento da educação superior PROUNI e FIES para o acesso à Educação Superior e inclusiva.

No Quadro 5 é apresentado o protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura adotado.

Quadro 5– Protocolo do Mapeamento Sistemático da Literatura(MSL)

continua

Informações Gerais	
Título:	Metas e contribuições dos programas de financiamento da educação superior PROUNI e FIES para o acesso à Educação Superior e inclusiva.
Descrição:	Prospectar artigos de pesquisa, dissertações e teses sobre PROUNI e FIES
Objetivos:	Investigar a contribuição dos programas de financiamento PROUNI e FIES para a inclusão de alunos no ensino superior na modalidade de Educação a Distância.
Questões de Pesquisa	

	<p>QP1. Qual o impacto dos Programas PROUNI e FIES na oferta de curso na modalidade EaD e inclusão no ensino superior?</p> <p>QP2.- Como os estudos discutem a equidade, inclusão social e democratização do ensino superior?</p> <p>QP3. Quais são os principais desafios e propostas de aperfeiçoamento?</p>
Identificação dos Estudos	
String de busca:	("Políticas Públicas" OR "Financiamento Ensino Superior") AND ("PROUNI" OR "FIES" OR "Educação a Distância") OR ("Inclusão AND Financiamento Privado do Ensino Superior")
Critérios de seleção das fontes de busca:	<ul style="list-style-type: none"> - Fontes que ofereçam mecanismos de busca eficientes para coleta das referências. - Fontes oficiais consolidadas que apresentem informações referenciadas por pesquisadores e possam de forma efetiva contribuir para o resultado da pesquisa.
Estratégia de busca	A estratégia de busca seguiu as etapas: etapa 1: identificação e seleção dos artigos, teses e dissertações pelos Strings de busca (1º filtro) e etapa 2: Leitura das seções de abstract e conclusão e verificação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos (2º filtro).
Critérios de Inclusão e Exclusão	<p>Critérios de Inclusão: Artigos em Português, Artigo completos publicados no período de 2015 a 2025; Artigos de pesquisa, ensaios, publicados em revistas; Teses e dissertações sobre os impactos sociais de inclusão do PROUNI e FIES. Documentos que tratam de políticas de financiamento e inclusão no ensino superior na modalidade EaD.</p> <p>Critérios de Exclusão: Documentos em idiomas diferentes do português; Documentos repetidos, documentos fora do período de análise. Artigo que o texto completo não esteja disponível;</p>
Estratégia de extração dos dados:	<p>Após a execução do processo de seleção, os artigos foram agrupados em uma planilha onde constam</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Título do documento 2. Autor(es) 3. Ano de publicação
Lista das fontes de Busca: (Repositórios)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Portal de Periódicos da CAPES 2. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação

Estratégia de sumarização dos dados:	Os dados foram apresentados e discutidos para responder o primeiro objetivo específico da dissertação a partir das respostas das questões de pesquisa do MSL.
--------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de um mapeamento sistemático da literatura - MSL, e este MSL foi conduzido com base nas orientações de Kitchenham (2004, p.1), para a coleta e seleção dos trabalhos que foram analisados. Um MSL é um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica ou área temática ou fenômeno de interesse. O mapeamento sistemático visa a identificação, avaliação e interpretação de todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica. (Kitchenham, 2004).

3.5.2 Procedimentos para atingir o objetivo específico 2

Para alcançar o objetivo específico 2 (Apresentar os aspectos positivos e negativos, evolução da contribuição dos programas de financiamento estudantil, PROUNI e FIES, foi realizada uma pesquisa documental através do método comparativo, em repositórios oficiais do INEP/MEC que armazenam dados sobre o PROUNI E FIES. Os repositórios oficiais do Governo Federal pesquisados foram os que seguem:

- <https://dadosabertos.mec.gov.br/>
- <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/ensino-superior-prouni-programa-universidade-para-todos>
- <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/fies-fundo-de-financiamento-estudantil>

Além dos repositórios oficiais do INEP/MEC foram pesquisados relatórios técnicos de organizações que representam instituições privadas que utilizam os programas de financiamento do ensino superior em discussão nesta pesquisa, a saber, PROUNI e FIES, a exemplo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

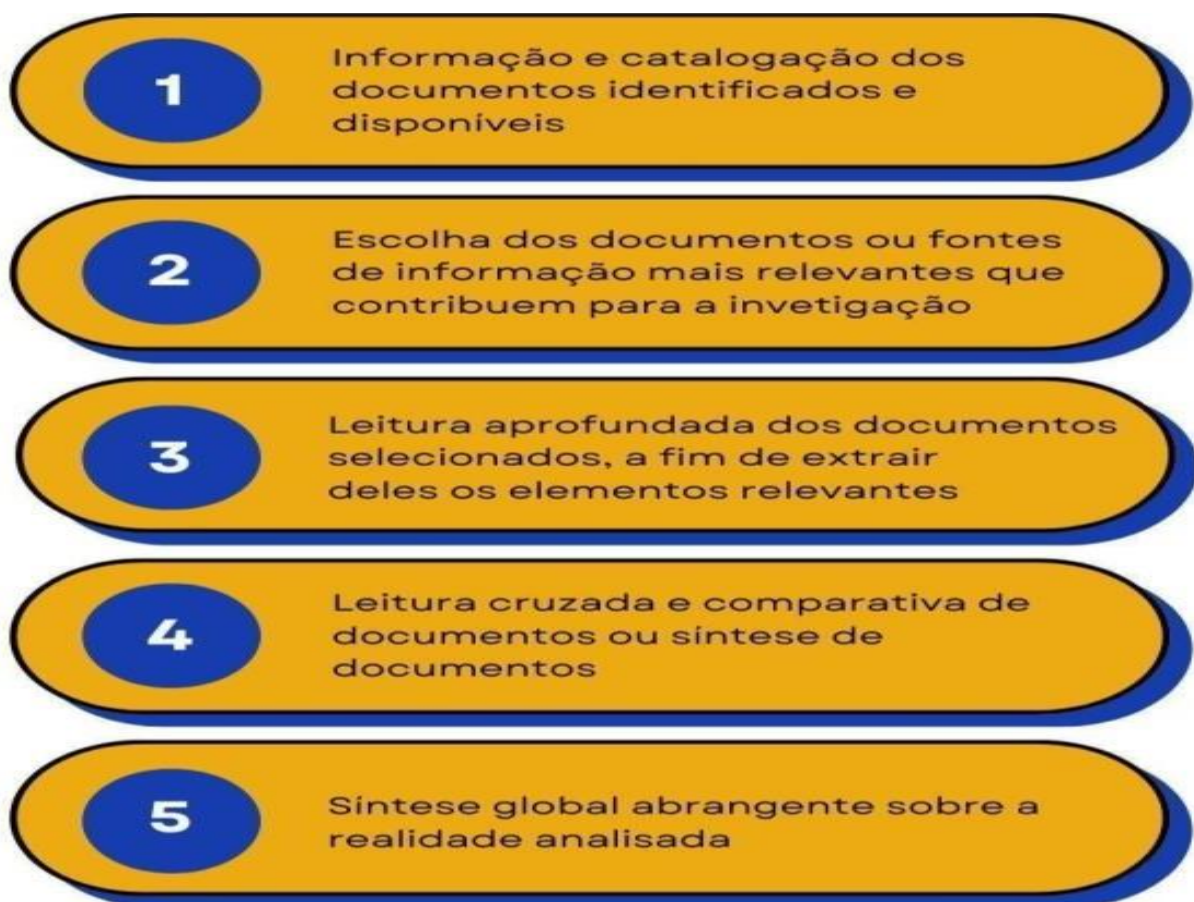
Com relação à pesquisa documental, Gil (2008) afirma que pesquisa documental difere da bibliográfica por conta da natureza das fontes, utiliza-se de materiais de “primeira mão” que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Já no estudo bibliográfico, as fontes são secundárias e abrangem toda a

bibliografia já tornada pública em relação ao tema. O documento a ser utilizado na pesquisa dependerá do objeto de estudo, dos objetivos, do problema a que se busca uma resposta. Neste sentido, ao pesquisador cabe a tarefa de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos.

Este método de pesquisa exige do pesquisador cuidado e perícia ao estudar os documentos, pois isto implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu para não comprometer a validade do próprio estudo (Silva, 2009). Em nossa percepção trata-se de um processo sistemático, criativo e sensível. As fases da pesquisa documental neste estudo se dividem em momentos distintos: a coleta de documentos e a análise de dados.

De acordo com Guilherme e Cheron (2021, p. 127), “o objetivo da análise documental é conhecer e descrever os acontecimentos, as pessoas ou as culturas para os situar num contexto que permita revelar e compreender os interesses e pontos de vista da realidade”. O procedimento de análise documental está representado na Figura 14.

Figura 14: Percurso da análise documental



Fonte: Elaboração de Guilherme e Cheron (2021) com base em Álvarez (2003).

3.5.3 Procedimentos para atingir o objetivo específico 3

Para atingir o objetivo específico 3 foi elaborado um projeto de Curso para os alunos carentes concluintes ou em processo de conclusão, da 3ª Série do Ensino Médio das Escolas Públicas, que pretendem ingressar nas Instituições de Ensino Superior (IES), na modalidade EaD, com ajuda das Políticas Públicas Educacionais – PROUNI e FIES. A partir das análises dos documentos já apontados e do mapeamento sistemático da literatura foi pensado no produto educacional intitulado Curso Interativo: Quer passar no ENEM/Vestibular? pois vem estudar.

A proposta do produto educacional procura atender as orientações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O Curso Interativo apresenta uma metodologia que contempla as metodologias ativas, no ambiente da EaD, com resoluções de questões do ENEM/Vestibular organizado em 03 (três) Módulos:

I – Regulamentação da EaD no Brasil;

II – Ferramentas e Materiais na EaD;

III – Resolução de Questões do ENEM/Vestibular com os conhecimentos: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, utilizando – se das ferramentas digitais de comunicação, minimizando as dificuldades para o acesso e deslocamento de qualquer local/município, oportunizando a certificação ao Ensino Superior através do financiamento – PROUNI e FIES.

Para Jesus (2020, p. 114), podem ser considerados produtos educacionais “os objetos pedagógicos resultantes de pesquisas científicas que tenham por finalidade disponibilizar contribuições – como propostas de ensino ou instrumentos de gestão – abertas a reconstruções coletivas, tanto pela sociedade como pela comunidade acadêmica”.

O produto pensado representa um Curso Interativo como forma de contribuir com os resultados de experiências vivenciadas no Ensino Médio e oportunizando a profissionalização dos estudantes com os conhecimentos adquiridos no ambiente da EaD. Diante disso, a intenção é de contar com o apoio também, de colaboradores de organizações educacionais para a elaboração de questões e explicação dos conteúdos que se pretende ministrar para os discentes, de forma prática e explicativa, com estratégias eficientes, levando em consideração o tempo de aprendizagem.

A proposta inicial do CURSO INTERATIVO: “Quer passar no ENEM/Vestibular? pois vem estudar,” é ajudar os discentes carentes ao ingresso e conclusão do Ensino Superior, na modalidade EaD, nas Instituições de Ensino Superior privada com o benefício das Políticas Públicas através do financiamento PROUNI e FIES, minimizando as dificuldades e oportunizando possibilidades de melhoria na condição de vida e ascensão profissional por meio da Educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa, analisando o papel dos programas PROUNI e FIES na ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente na modalidade de Educação a Distância. Discute-se também a contribuição dessas políticas para a democratização da educação, redução das desigualdades socioeconômicas e inclusão educacional, como também, os aspectos positivos e negativos das Políticas Públicas Educacionais.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROUNI E FIES PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste tópico são apresentados os resultados e discussão do Mapeamento Sistemático da Literatura que permitem responder ao objetivo específico 1 desta dissertação, qual seja: **Investigar a contribuição dos programas de financiamento PROUNI e FIES para a inclusão de alunos no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância.** Procurou-se mapear e analisar a produção científica brasileira publicada entre 2015 a 2025 sobre a importância dos programas PROUNI e FIES como instrumentos de ampliação do acesso ao ensino superior.

A partir dos strings de busca apontados no protocolo do mapeamento sistemático apresentado na sessão de metodologia desta pesquisa e de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, bases de dados e recorte temporal foram resgatados o quantitativo de publicações que são apresentados no Quadro 6, de acordo com os repositórios pesquisados.

Quadro 6 – Quantitativo de Artigos, Teses e Dissertações encontrados no Mapeamento Sistemáticos da Literatura (2015-2025)

continua

Quadro 6 – Quantitativo de Artigos, Teses e Dissertações encontrados no Mapeamento Sistemáticos da Literatura (2015-2025) de acordo com os repositórios pesquisados			
Base de consultas (Repositórios)	Strings de busca	Total de artigos encontrados	Total de Teses/dissertações encontradas
Portal de periódicos da CAPES	(“PROUNI” OR “Programa Universidade para Todos”) AND (“FIES” OR “Fundo de Financiamento Estudantil”) AND (“acesso ao ensino superior” OR “políticas públicas” OR “democratização do ensino”)“PROUNI” AND “acesso ao ensino superior” AND “Brasil”	25	-

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	“FIES” AND “educação superior” AND “financiamento estudantil” “Programa Universidade para Todos” AND “Fundo de Financiamento Estudantil” AND “inclusão social”	-	Dissertação 09	Tese 00
---	--	---	-------------------	------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No Mapeamento Sistemático da Literatura (2015–2025), o corpus final foi delineado com 11 artigos e 09 dissertações, conforme o Quadro 6. A busca no Portal de Periódicos da CAPES retornou 25 registros, dos quais, após triagem por título, resumo e disponibilidade integral, 11 artigos atenderam integralmente aos critérios. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), identificaram-se 09 dissertações elegíveis (e nenhuma tese), que foram incluídas no conjunto analisado.

O Quadro 7 apresenta os critérios de inclusão e exclusão adotados no Mapeamento Sistemático da Literatura.

Quadro 7 - Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Publicação entre janeiro de 2015 e julho de 2025. Disponível em texto completo. Abordagem central sobre PROUNI e/ou FIES. Artigos, dissertações ou teses. Escritos em português	Apenas menções indiretas aos programas. Resumos de eventos ou opiniões sem revisão. Publicações fora do período delimitado. Documentos sem acesso ao texto completo. Estudos focados exclusivamente em outros programas (SISU, REUNI, etc.).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após a aplicação dos strings de busca e da adoção dos critérios de inclusão e exclusão foram resgatados 09 artigos e 09 dissertações.

O Quadro 8 apresenta as questões de pesquisa definidas para o Mapeamento Sistemático de Literatura.

Quadro 8 - Questões de pesquisa

continua

Questão de Pesquisa 1 (QP1)	Questão de Pesquisa 2 (QP 2)	Questão de Pesquisa 3 (QP 3)
Qual o impacto dos Programas PROUNI e FIES na oferta de curso na modalidade EaD e inclusão no ensino superior?	Como os estudos discutem a equidade, inclusão social e democratização do ensino superior?	Quais são os principais desafios e propostas de aperfeiçoamento?

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

4.1.1 Discussão e resposta das questões de pesquisa do MSL a partir das publicações selecionadas

4.1.1.1. Questão de Pesquisa 1 - Qual o Impacto dos Programas PROUNI e FIES na Oferta de Curso na Modalidade EaD e Inclusão no Ensino Superior?

Nesta nova conjuntura, a expansão do Ensino Superior brasileiro está fortemente ancorada em Políticas Públicas voltadas à democratização do acesso, entre as quais, se destacam o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil, ambos, desempenhando papéis centrais na inclusão de estudantes de baixa renda, inclusive na rede privada de ensino e, indiretamente influenciando a ampliação da modalidade de ensino a distância (EaD), que se consolidou como principal via de crescimento das matrículas no Ensino Superior.

É importante salientar que, as políticas de acesso e expansão mais conhecidas são o ENEM, PROUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), UAB (educação à distância) e o Fundo de Financiamento Estudantil considerado a base de sustentação das faculdades privadas e responsável pelo aumento das receitas destas instituições, de acordo com Novaes (2017).

Os discentes beneficiários do FIES recorrem à Educação a Distância por ser mais acessível e adaptável à rotina de trabalho, e embora os respectivos programas não tenham sido criados e originalmente desenhados para fomentar a EaD, ambos contribuíram, de forma indireta, para sua consolidação. De acordo com Alves e Carvalho (2025), a política de expansão de vagas privadas, financiada pelo FIES, favoreceu instituições que já apostavam na modalidade a distância, especialmente após 2011.

De acordo com Mattei e Bidarra (2022), a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº

9394/96 instituiu a criação e ordenamento de novos tipos de instituições (universidades especializadas, institutos superiores de educação, centros universitários, faculdades e faculdades integradas); bem como, novas modalidades de cursos (não somente licenciaturas e bacharelados), mas também, cursos sequenciais, tecnológicos de educação profissional e programas de mestrados profissionais, haja vista que, as políticas públicas governamentais têm possibilitado a inclusão de mais estudantes ao Ensino Superior, tanto no âmbito público como privado.

Podemos destacar que, os referidos programas: criado em 2005 (PROUNI) e o reformulado em 2010 (FIES) foram decisivos para a ampliação do acesso ao Ensino Superior entre jovens de baixa renda, pretos, pardos e egressos da escola pública. De acordo com Silva e Cunha (2020), o PROUNI contribuiu significativamente para melhorar o desempenho acadêmico médio dos estudantes, especialmente os bolsistas integrais, com impacto positivo mais forte entre homens e negros. De acordo com Becker e Mendonça (2021) temos evidências que o programa teve efeitos benéficos e significativos em toda a distribuição de notas do ENADE.

De acordo com a literatura, observamos que, ambos os programas ampliaram a taxa de escolaridade entre os mais pobres, mas nem sempre garantindo permanência ou conclusão dos estudos. Desta forma, de acordo com Chaves & Amaral (2016), o grande volume de recursos associados ao FIES e ao ProUni que se dirigem às instituições privadas contribuiu de maneira fundamental para que o quantitativo de matrículas continuasse a aumentar mais no setor privado que no público.

Podemos ressaltar que, apesar dos recursos associados ao FIES significarem empréstimos e que contribuem para aumentar a dívida pública do país, historicamente, esse tipo de movimentação financeira também, refletirá em um alto índice de inadimplência, a ser conferida em estudos futuros sobre o FIES.

De acordo com Lima (2024) o Ensino Médio, quando realizado na modalidade à distância, possui a mesma qualidade que presencial, já que os professores dessas áreas são focados no preparo dos materiais didáticos que irão ajudar os estudantes na absorção dos conteúdos, com mais facilidade. Em seguida, após a conclusão dos estudos, os alunos obterão diversas oportunidades no mercado de trabalho e poderão dar início a seu curso superior.

É importante ressaltar que, a modalidade à distância pode ser usada por aqueles que não podem cursá-lo presencialmente, pois possui um custo reduzido, sendo assim uma grande oportunidade para os estudantes concluírem os seus estudos e melhor se qualificar para o acirrado e competitivo mercado de trabalho.

Neste contexto, a expansão da EaD também levanta preocupações, apesar de ampliar o acesso, a modalidade ainda apresenta altos índices de evasão, baixa interação pedagógica e deficiência na

formação acadêmica. Os bolsistas PROUNI e alunos financiados pelo FIES na EaD, de acordo com Becker e Mendonça (2021), muitas vezes enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura, ausência de apoio docente e defasagens educacionais anteriores, atreladas a permanência e continuidade do acadêmico nos estudos.

A análise dos dados disponíveis e da literatura científica aponta que PROUNI e FIES foram cruciais para a democratização do ensino superior no Brasil, atingindo populações historicamente excluídas. No entanto, esses programas também contribuíram para uma ampliação com desigualdades: grande parte das vagas está concentrada em cursos privados, de baixo custo e de qualidade discutível, muitos deles na modalidade EaD.

Apesar de representarem um avanço inegável em termos de acesso, os programas não garantiram, de forma estrutural, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. É fundamental que políticas públicas futuras considerem, além do ingresso, a qualidade da formação e a equidade na permanência dos estudantes, especialmente no contexto da educação a distância, que tende a ser o vetor dominante da expansão do Ensino Superior nos próximos anos.

4.1.1.2. Questão de Pesquisa 2 - Como os Estudos Discutem a Equidade, Inclusão Social e Democratização do Ensino Superior?

A ampliação do acesso ao Ensino Superior brasileiro, nas últimas décadas, tem sido impulsionada por Políticas Públicas que visam não apenas a expansão do número de vagas, mas sobretudo a **inclusão social**, a **equidade de oportunidades** e a **democratização efetiva** desse nível de ensino. Tais conceitos têm sido amplamente discutidos na literatura acadêmica, tanto em artigos científicos quanto em dissertações de mestrado, a partir de múltiplas abordagens: políticas afirmativas, financiamento estudantil, permanência acadêmica, inclusão de grupos historicamente excluídos e qualidade do ensino ofertado.

O termo **democratização do ensino superior** refere-se à ampliação do acesso para públicos historicamente marginalizados, como estudantes de baixa renda, negros, indígenas, pessoas com deficiência e oriundos de escolas públicas. No entanto, não basta garantir o ingresso: é necessário garantir **equidade**, entendida como a capacidade de oferecer oportunidades justas, levando em conta as desigualdades sociais e educacionais preexistentes. Vale ressaltar que, a equidade é condição indispensável para que a expansão não aprofunde as desigualdades, mas atue em sua superação.

Nesse mesmo sentido, Dussilek e Moreira (2017) enfatizam que a democratização deve ser acompanhada de **medidas inclusivas efetivas**, como adaptações curriculares e acessibilidade para

estudantes com deficiência. A ausência dessas práticas compromete a permanência e o desempenho desses sujeitos, mesmo quando o acesso é formalmente garantido.

Diversos estudos destacam o papel das **políticas públicas como instrumentos de inclusão**, sendo as mais significativas o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Sistema de Cotas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Coutinho et al. (2023) analisam o impacto dessas políticas na ampliação do acesso e destacam que, embora tenham promovido avanços importantes, ainda enfrentam limites na efetivação da **inclusão com qualidade**.

Segundo Rodrigues (2025), quanto aos efeitos das cotas em universidades de elite, os estudos concluem que tais estudantes apresentam desempenho acadêmico compatível com os demais e, em muitos casos, apresentam melhores resultados profissionais após a graduação. Isso evidencia que as políticas afirmativas não apenas ampliam o acesso, mas **produzem resultados concretos de inclusão social**, haja vista que, as políticas sociais atuam exatamente na melhoria das condições de vida das pessoas e na redução das vulnerabilidades.

Vale ressaltar que, as políticas sociais possuem um papel essencial na busca da equidade, tentando promover as mesmas condições a todos os sujeitos independentes da classe social. Complementando essa análise, demonstram que as cotas raciais e sociais têm aumentado significativamente a presença de estudantes negros e de baixa renda no ensino superior, contribuindo para a diminuição da desigualdade histórica no acesso à Educação Superior no Brasil.

Outro eixo relevante nas discussões sobre inclusão e equidade é a **permanência estudantil**. Como aponta Feitas (2015), que investigou estudantes com deficiência na Universidade Federal da Bahia, e concluiu que o ingresso não garante a permanência nem o sucesso acadêmico, especialmente quando as instituições não oferecem suporte pedagógico, acessibilidade e políticas de assistência estudantil adequadas. Martins (2018), em sua pesquisa na UFRJ, também ressalta que políticas como bolsa permanência, tutoria e ações de acolhimento institucional são essenciais para assegurar a equidade no percurso acadêmico. Sem essas condições, há grande risco de evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Apesar dos avanços, os estudos evidenciam que a **efetivação da equidade** no Ensino Superior ainda enfrenta desafios significativos, com relação ao desconhecimento dos programas de inclusão por parte de estudantes do ensino médio comprometendo também, o acesso. De acordo com Silva (2023), em seu estudo sobre a evolução do ProUni e do FIES entre 2010 e 2019, observa – se que, a retração de investimentos públicos e a ausência de políticas de longo prazo têm dificultado a consolidação da democratização nas Instituições de Ensino.

Por fim, Pedrosa e Gisi (2023) argumentam que a democratização da Educação Superior deve

ser entendida como parte de um projeto social mais amplo de justiça social, e não apenas como uma estratégia de ampliação de matrículas. Podemos acrescentar que, a inclusão efetiva depende de **políticas integradas** que combinem acesso, permanência e qualidade de formação.

A literatura acadêmica aponta que a democratização, neste contexto, não se resume à ampliação do número de vagas, mas envolve a construção de um sistema educacional **socialmente justo**, que promova o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade para todos. Os estudos analisados reforçam a importância de políticas públicas afirmativas, de assistência estudantil e de estruturas institucionais comprometidas com a inclusão e a equidade. Tais medidas são indispensáveis para consolidar um Ensino Superior verdadeiramente democrático e transformador.

4.1.1.3. Questão de Pesquisa 3 - Quais são os Principais Desafios e Propostas de Aperfeiçoamento?

A ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil, especialmente por meio da modalidade de Educação a Distância (EaD), tem sido impulsionada por políticas públicas de financiamento estudantil, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Esses programas desempenham papel central na democratização do acesso à Educação Superior, especialmente para estudantes oriundos de classes sociais historicamente excluídas. No entanto, a modalidade EaD ainda enfrenta entraves significativos quanto à sua inclusão plena nesses programas, especialmente no que se refere ao FIES, o que impõe desafios estruturais e institucionais à sua consolidação como alternativa de formação superior de qualidade.

É salutar informar que, o crescimento da esfera pública ficou aquém das necessidades de acesso à Educação Superior devido às modificações inseridas no campo político educacional, uma vez que o governo anunciava escassez de recursos para a sua expansão. Deste modo, permitiu a atuação da rede privada para complementar a demanda pelo ensino acadêmico. Para tal, o processo de privatização foi confirmado e acelerado, encaminhando – se para o processo de mercantilização, visando atender aos interesses do capital em busca de lucratividade.

De acordo com Toledo (2020), no Brasil existem múltiplas terminologias para a definição de “Ensino a distância” ou “Educação a distância”. Diante desta perspectiva, devemos evitar e reduzir o termo a ensino por computadores e redes virtuais, pois deve-se encarar como uma proposição mais abrangente, que engloba diversas maneiras de organizar as atividades de ensino e aprendizagem, incluindo as variadas formas de estimular e assistir o estudo independente e autônomo. Para tal, a EaD vem redefinindo noções importantes como o tempo, o espaço, o ambiente e a aula, assim como a figura do professor, dos materiais utilizados e do próprio aluno, do qual é exigido autodisciplina, responsabilidade, capacidade de auto instrução e autonomia.

Assim, em resposta á terceira questão de pesquisa do MSL, este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e propor aperfeiçoamentos que visem fortalecer a contribuição do PROUNI e do FIES para a inclusão de alunos na modalidade EaD no Ensino Superior brasileiro, com base na literatura acadêmica e em dados recentes de órgãos reguladores.

Apesar de sua importância histórica, o FIES atualmente **não contempla o financiamento de cursos na modalidade EaD**, o que limita sua efetividade como instrumento de inclusão nessa vertente educacional (Carvalho, 2006). Tal limitação desconsidera a crescente demanda por cursos a distância, especialmente em regiões onde a oferta presencial é restrita.

Embora o PROUNI permita a concessão de bolsas para cursos EaD, há registros de **baixa ocupação das vagas ofertadas**. Segundo dados do Semesp (2025), mais de 70% das bolsas ofertadas nessa modalidade não foram preenchidas, o que pode ser atribuído à insuficiente divulgação do programa e a percepções negativas quanto à qualidade dos cursos a distância.

Estudos indicam que cursos na modalidade EaD, em geral, apresentam **desempenho inferior** em avaliações nacionais, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Dados recentes mostram que apenas 2,3% dos cursos EaD obtêm nota máxima, enquanto quase metade alcança conceitos insuficientes (SCIELO, 2021).

A taxa de evasão nos cursos EaD é significativamente elevada, inclusive entre beneficiários de programas de financiamento. Pesquisa realizada por Felinto (2019) aponta que, além das dificuldades financeiras, fatores como falta de apoio pedagógico e sentimento de isolamento contribuem para a evasão, especialmente em instituições privadas de grande porte.

A rápida expansão do setor privado de EaD nos últimos anos, especialmente após a retração do FIES, ocorreu em muitos casos sem o devido acompanhamento regulatório. Essa tendência reforça desigualdades regionais e de classe, ao oferecer ensino de baixa qualidade a populações vulneráveis, sem mecanismos efetivos de controle e garantia de aprendizagem (Pedroso & Gisi, 2023).

Uma das medidas mais urgentes consiste na revisão normativa que **permita o financiamento de cursos EaD pelo FIES**, de modo a ampliar as oportunidades educacionais para estudantes de baixa renda em contextos geográficos diversos. Tal ampliação deve vir acompanhada de critérios rigorosos de qualidade e avaliação institucional.

A reestruturação das políticas de divulgação e acesso ao PROUNI na EaD é fundamental e se faz necessário, pois as campanhas específicas, com foco nos públicos-alvo e em suas realidades digitais, poderiam aumentar a adesão e a ocupação das bolsas ofertadas.

É imprescindível que a avaliação dos cursos EaD considere suas especificidades, adotando métricas que incluam tecnologias educacionais, engajamento discente, apoio pedagógico e

infraestrutura virtual. A simples transposição dos indicadores presenciais para o contexto EaD compromete a precisão da avaliação.

A adoção de políticas de assistência estudantil voltadas especificamente para a EaD, como bolsas permanência, auxílio conectividade, tutoria ativa e suporte psicopedagógico, é essencial para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos bolsistas (Felinto, 2019; Silva, 2023).

A expansão da EaD exige maior rigor regulatório. Propostas como a criação de comissões de avaliação específicas para a modalidade e a ampliação das visitas in loco por parte do MEC são necessárias para garantir que a expansão quantitativa não se dê em detrimento da qualidade acadêmica.

Os programas PROUNI e FIES constituem ferramentas fundamentais de inclusão no Ensino Superior brasileiro. Contudo, sua efetividade na modalidade EaD encontra-se comprometida por lacunas normativas, estruturais e pedagógicas que precisam ser enfrentadas de forma integrada. A exclusão do EaD do FIES, a baixa ocupação de bolsas PROUNI e os desafios de qualidade e permanência indicam a necessidade urgente de revisão das políticas públicas voltadas ao setor.

A inclusão efetiva da EaD nos mecanismos de financiamento estudantil deve ser acompanhada de políticas de permanência, melhorias na qualidade do ensino e uma regulação mais eficaz, de forma a garantir que o crescimento da modalidade contribua para uma democratização real da Educação Superior.

De acordo com Milcharek (2020) a obtenção de um diploma firma uma competência e um título, sendo um ganho simbólico, legitimado pela documentação, vindo a ocupar determinadas posições ou cargos, com boas perspectivas dentro de um grupo de convivência no qual lhe é conferido. Esta possibilidade ofertada pelo PROUNI, faz com que essas pessoas beneficiadas possam ter novas expectativas imbuídas de ascensão social, empregabilidade e mudança de vida, ampliando horizontes tanto no âmbito pessoal como profissional.

A partir das discussões e publicações, o Quadro 9 apresenta uma síntese dos achados em relação as questões de pesquisa e correlacionando ao objetivo do Mapeamento Sistemático da Literatura **(Investigar a contribuição dos programas de financiamento PROUNI e FIES para a inclusão de alunos no ensino superior na modalidade de Educação a Distância).**

Quadro 9 - Síntese do Mapeamento Sistemático da Literatura

continua

Título/Artigo/ tese/Disser- tação	Ano	Tipo de Estudo	Objetivo	Público /alvo	Dificuldades Identificadas	Conclusões

Equidade e eficácia no Ensino Superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência	2015	Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação); Pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa.	Analisar o ingresso, a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência no ensino superior na Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Estudantes inscritos no vestibular e matriculados em cursos de graduação, no período de 2005 a 2013.	Dificuldades enfrentadas por esse público no ensino básico, assim como as barreiras existentes no acesso, ingresso e permanência no ensino superior, considerando o tipo de deficiência, curso, renda, sexo, idade, cor e etnia.	A proporção de estudantes com deficiência que ingressaram na universidade seguiu a tendência nacional de crescimento; Os estudantes com deficiência predominaram (52%) nos cursos pertencentes à área de Filosofia e Ciências Humanas.
Políticas Públicas e Ensino Superior no Brasil: o desafio da inclusão social a partir dos programas FIES e PROUNI	2016	Dissertação (Mestrado em Direito); Abordagem: método hipotético-dedutivo, o método histórico como método de procedimento e a documentação indireta por meio da pesquisa bibliográfica.	Analisar a efetividade das políticas públicas disciplinadas pelo FIES e ProUni no âmbito do ensino superior brasileiro para a promoção da inclusão social no meio acadêmico.	Alunos do FIES e PROUNI	Crescimento das instituições de ensino superior (IES) privadas no Brasil e a consequente necessidade de políticas públicas para que alunos de situação econômica menos favorecida possam chegar ao ensino superior.	As políticas públicas implementadas no âmbito da educação superior brasileira são efetivas no que tange à inclusão social e o poder público deve canalizar esforços necessários para expandir os programas existentes viabilizando o acesso a um número cada vez maior de estudantes, promovendo melhorias no que se refere à qualidade do ensino prestado pelas instituições privadas.
Política de expansão da Educação Superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadores do setor	2016	Artigo científico, utilizando – se de pesquisa quanti-qualitativa, com consulta a fontes	Analisar a política de expansão da educação superior brasileira no período 2003-2014, tendo como ênfase a			O estudo evidenciou que uma política de expansão ocorreu tanto para o setor público quanto para o privado, e que este último recebeu substanciais incentivos governamentais, especialmente pelas

privado		documentais e aos <i>websites</i> da Receita Federal do Brasil e do Senado Federal.	análise do Programa Universidad e para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) como financiadores do setor privado.			vias do ProUni e do FIES, o que tem contribuído para a obtenção de lucro e a oferta de uma educação superior que dissocia o ensino de graduação da pesquisa e da extensão.
Inclusão no Ensino Superior: uma revisão sistemática das condições apresentadas aos estudantes com deficiência	2017	Artigo científico pautado na metodologia de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizada por meio de uma revisão com mapeamento de publicações acadêmicas produzidas no período de 2008-2015.	Investigar as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.	Pessoas com deficiência no Ensino Superior	Embora haja políticas públicas que buscam efetivar os direitos de acesso a esses estudantes no ensino superior, ainda existem lacunas entre as diretrizes e a realidade, ocasionando o descompasso ao impedimento, ao se tratar da permanência e da efetiva conclusão da formação.	É premente a efetivação e cumprimento da legislação que assegura a acessibilidade, para que este cenário se reverta e o direito à Educação seja acessível de fato.
Financiamento Público para o Ensino Superior privado no Brasil: uma análise	2017	Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercâmpio em Educação e	Analisar as políticas públicas de financiamento para educação superior privada no	Estudantes do Ensino Médio	No contexto de uma crise estrutural do capital, atestamos que o Estado implementa reformas institucionais, adequando	A política educacional imposta ao Brasil, nas duas últimas décadas, está profundamente atrelada aos organismos internacionais, que agenciou o mercado da

crítica do FIES e PROUNI		Ensino (MAIE) – UECE de pesquisa quanti-qualitativa configurando-se uma abordagem bibliográfica e documental.	Brasil, a partir da década de 1990, evidenciando o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na relação com a democratização de acesso da classe trabalhadora ao ensino superior.		estrategicamente as políticas educacionais como uma mercadoria que possa ser vendida à classe trabalhadora, para que essa atenda aos interesses do capital em queda nas suas taxas de lucros. Historicamente, as políticas e reformas de financiamento da educação, especificamente, do ensino superior, reproduzem a dualidade da sociedade do capital.	educação, deslocando o financiamento público para o ensino superior privado, elegendo o FIES e PROUNI como grandes promotores da universalização do ensino superior privado.
Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016	2018	Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação) após a realização da análise quantitativa e descritiva dos microdados do questionário socioeconômico do vestibular 2009 e da pré-matrícula de 2013 a 2016 nos	Analisar, com base no perfil socioeconômico dos ingressantes, se, após mudanças no acesso, tais como a adesão ao ENEM/SISU e a implementação da Lei n.º 12.711/12 (Lei de Cotas), tem ocorrido a tendência de inclusão de um perfil menos elitizado em	Cotistas de Escolas públicas federais e ingressos de Escolas públicas Estaduais.	Os achados demonstram que, apesar de alterações, permanece o perfil elitizado, no que se refere ao background econômico, social e cultural familiar.	Cotistas que ingressaram nas modalidades sem recorte de renda representam a “elite dos cotistas”: indivíduos de origem familiar com rendas médias e altas, oriundos de escolas públicas federais e elevada escolaridade da mãe, parecido com o perfil dos ingressantes por ampla concorrência e dos ingressantes de 2009 (último ano em que, no processo seletivo da UFRJ, foi utilizado somente o vestibular, sem nenhum tipo de reserva de vagas). Já o perfil menos elitizado é encontrado na

		referidos cursos	cursos de prestígio – Medicina, Direito e Engenharia de Produção – da Universidad e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 2013 a 2016.			modalidade que agrega egressos de escolas públicas estaduais e critérios étnicos raciais e de renda.
Ensino Superior privado: a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de financiamento estudantil – FIES e Programa Universidad e para Todos – PROUNI	2019	Dissertação de Mestrado em Educação da UFPB, pois trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória que culminou com a técnica de análise do tipo descritiva e interpretativa.	Analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na Cidade de João Pessoa, com intuito de identificar os fatores preponderantes que influenciaram na permanência desses estudantes.	Estudantes com renda familiar, entre 1 (um) salário-mínimo à 2 (três) salários - mínimos, no ensino superior privado.	Os dados foram analisados sob o enfoque teórico de Bourdieu (1998) que apresenta um diálogo que busca respostas viáveis sobre a compreensão de campos sociais, aqui compreendidas como espaço institucional de ensino superior privado, que possui uma estrutura estabelecida, e ao mesmo tempo, é mediadora da reprodução social, que tende a interiorizar comportamentos (Habitus) que revelam a imparcialidade, na adoção de um discurso dominante (agentes de alto capital, econômico, cultural e social), e que nos permitem compreender a categoria de análise, permanência, em	Os fatores de permanência não dependem das ações assistenciais disponibilizadas pelo governo ou instituição, e tampouco da ajuda familiar, e sim, do peso representativo (simbólico) que o sujeito atribui ao título e ao peso material, como a dupla função social, de trabalhador e estudante, estrutura física da instituição e dentre outros.

					uma relação entre educação e sociedade.	
Políticas de financiamento estudantil: análise de impacto do Fies no tempo de conclusão do ensino superior	2020	Artigo científico com base nas informações do Inep de 2007 a 2017.	Avaliar o impacto do Fies no tempo total e no atraso da conclusão da educação superior dos alunos matriculados em cursos presenciais de instituições privadas.	Alunos (Fies) matriculados em cursos presenciais de instituições privadas	Utilização de vários métodos (Lewbel - 2012) e estimativas na tentativa de lidar com o possível viés das características não observáveis que influenciam a decisão individual de participar do Fies.	Os resultados da variável atraso também indicaram um impacto positivo, porém com menor intensidade e significativo apenas na primeira fase do programa, de 2000 a 2009. Os resultados indicaram uma possível superestimação dos resultados quando não são consideradas as características não observadas dos alunos.
Impacto do PROUNI no desempenho acadêmico: uma análise de gênero e raça	2020	Artigo científico utilizando propensity score matching com microdados do Enade 2016 e a análise descritiva.	Realizar uma avaliação do impacto do Programa Universidad e para Todos (Prouni) no desempenho dos alunos bolsistas entre os grupos de gênero, homem e mulher, e raça, brancos e negros.	Alunos bolsistas entre os grupos de gênero, homem e mulher, e raça, brancos e negros.	O indicativo de ser homem, negro e ter renda familiar menor que 1,5 salário mínimo aumentam a probabilidade de ser beneficiário do programa.	O Prouni aumenta o desempenho médio dos alunos que recebem a bolsa integral, principalmente entre homens e negros e que, na análise dos quatro cursos com maior número de bolsas integrais, o maior impacto foi entre mulheres.
A Educação Superior a Distância: Políticas e dinâmicas da formação de professores em EaD em	2020	Dissertação de Mestrado em Educação - UFFS. Pesquisa bibliográfica	Compreender os principais fatores que incidiram diretamente na expansão da modalidade.	Estudantes de educação superior na modalidade EaD.	Neste sentido, a modalidade se tornou majoritariamente um espaço privado, mercantilizado, assumida e impulsionada pelos interesses do	A EaD tem “engolido” a educação presencial, tanto em SC quanto no Brasil. A retração das matrículas presenciais é correspondente ao avanço das matrículas em EaD, inicialmente pelo crescimento dos

Santa Catarina		documental e do levantamento e análise dos dados disponibilizados pelo INEP/MEC.			mercado e das orientações ideológicas internacionais que vêm na educação a distância a oportunidade de ampliar o acesso ao ensino superior e qualificar mão de obra barata, na maioria dos casos ofertada de forma aligeirada e precarizada.	cursos de pedagogia e consequentemente nas demais licenciaturas. O crescimento do setor privado na modalidade EaD também é gigantesco e o Estado brasileiro tem flexibilizado a oferta, as políticas e os instrumentos de avaliação das instituições e dos cursos.
O Programa Universidad e para todos (PROUNI) e as trajetórias de discentes na formação avançada para a Educação Brasileira	2020	Dissertação de Mestrado em Educação – UNISINOS. O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho exploratória por meio de entrevistas abertas.	Compreender como o PROUNI influenciou a trajetória discente na formação avançada na Educação Brasileira.	Ex – Prounistas	A experiência desta pesquisa, por seu material empírico, poderá apontar outros caminhos e possibilidades, o que remete a um grande desafio, considerando a falta de investimento na educação, as desigualdades sociais e educacionais entre as classes, visto que, contribui para um repensar das políticas públicas educacionais e sociais atualmente.	Evidenciar a importância do PROUNI na democratização do acesso à Educação Superior, percebendo que a formação de nível superior foi uma oportunidade de ampliar novos conhecimentos, receber qualificação e, em consequência, vislumbrar a ascensão social.
O papel do FIES e do PROUNI na privatização, mercantilização e Financeirização da Educação Superior Brasileira	2022	Artigo científico com abordagem crítica dessas relações, através de uma pesquisa documental e bibliográfica.	Realizar uma análise crítica sobre os programas FIES e PROUNI à luz dos processos de privatização, mercantilização e financeirização.	Estudantes em situação econômica mais vulneráveis.	As instituições privadas deixam que o governo assuma os riscos, por isso elas relaxam nos critérios de seleção e nos critérios de qualidade do ensino, em prol do seu faturamento. A privatização e a mercantilização do ensino superior	Dentre os resultados constam evidenciadas a preocupação com a regulamentação do setor, com a priorização da educação pela via privada, as implicações dos Programas para as transformações estruturais nas instituições públicas e para a qualidade do ensino

			ção da educação superior no Brasil.		afetaram também o trabalho docente.	superior.
Políticas Públicas como instrumento de inclusão escolar: um olhar a partir da execução do Estado	2023	Artigo científico com cunho qualitativo com fundamento na revisão da literatura, com análise documental de dados históricos,	Demonstrar a construção histórica do acesso à educação no Brasil, defendendo que, atualmente, a garantia deste direito humano e fundamental deve ocorrer pelo Estado.	Grupos sociais	Percepção acerca de uma diversidade na escola, o que culmina em diferentes formas de se promover a garantia da educação.	A diversidade está presente a todo momento, de forma que a inclusão se mostra necessária no contexto escolar, assegurando o direito de todos e demandando ações governamentais.
O incentivo do acesso ao Ensino Superior: uma análise da evolução da Rede Pública Federal de Ensino e dos Programas Fies e Prouni (2010 – 2019)	2023	Dissertação de Mestrado (Economia Política – PUC/São Paulo); Pesquisa bibliográfica colhida no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), IBGE e o site do Painel do Orçamento Federal.	Apresentar a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil entre 2010 e 2019, tanto na esfera pública federal como na privada, tendo-se como escopo de trabalho a política pública exercida pelo governo federal nesse sentido.	Instituição pública federal e privada	Para alcançar o resultado do objetivo de pesquisa foi primeiramente levantada a parte teórica da importância do incentivo governamental ao acesso à educação, a história da implantação do ensino superior no Brasil e a influência da política neoliberal na expansão do ensino superior nos anos 1990. Os programas: Financiamento ao Estudante (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), enquanto o acesso ao ensino superior público ocorre pela expansão	A pesquisa sugere que no âmbito privado o Fies tem perdido espaço na política pública federal de conceder acesso ao ensino superior, enquanto o Prouni não apresentou redução do seu papel nesse sentido. No âmbito público federal, têm-se reduzido os recursos às instituições federais de ensino, ocasionando, um retrocesso nas políticas de expansão estrutural das universidades públicas e na política de assistência que assegura a permanência do estudante de baixa renda nessas instituições.

					desenvolvida pelo governo federal pela Rede Federal de Ensino Superior e nas Universidade Federais incluindo as políticas afirmativas de acesso e permanência.	
A Experiência dos Estudantes do Programa Universidad e para Todos (PROUNI) na Produção Científica em Teses e Dissertações-2007-2017	2023	Artigo científico baseado num estudo de revisão sistemática, em dissertações de mestrado e teses de doutorado, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).	Analisar as produções científicas sobre a experiência dos estudantes do Prouni.	Estudantes brasileiros no acesso à educação superior privada.	As diversas percepções sobre o Prouni, mas o que se sobressai é que ele é visto pela maioria como um programa que não democratiza a educação superior brasileira, pois embora essa política possibilite o acesso à educação superior, não se preocupa com a permanência desses estudantes e nem garante a universalidade do direito à educação superior a todos os jovens brasileiros.	Ainda, que esses estudantes pertencem a uma classe social trabalhadora e que enfrentam diversas dificuldades para permanecer no ambiente universitário, dificuldades essas que vão muito além do âmbito econômico e têm implicações nas subjetividades dos estudantes.
Os desafios do Ensino à Distância (EaD)	2024	Artigo científico utilizando a revisão de literatura, se baseando em publicações científicas em periódicos, livros, dentre outros.	Apontar o crescimento do método de ensino EaD, sua aplicação na educação brasileira, no básico e superior, os maiores desafios e os benefícios que ele pode proporcionar aos alunos.	Alunos	As instituições de ensino continuam investindo em tecnologias educacionais inovadoras e estratégias pedagógicas eficientes para potencializar os benefícios da EaD e garantir uma educação inclusiva e acessível para todos os indivíduos interessados em	A Educação a Distância no curso superior apresenta diversos benefícios tanto para os estudantes quanto para as instituições de ensino. Ao oferecer facilidade de acesso, flexibilidade, custo-benefício e inovação pedagógica, essa modalidade educacional se mostra uma alternativa viável e eficaz para promover a democratização do

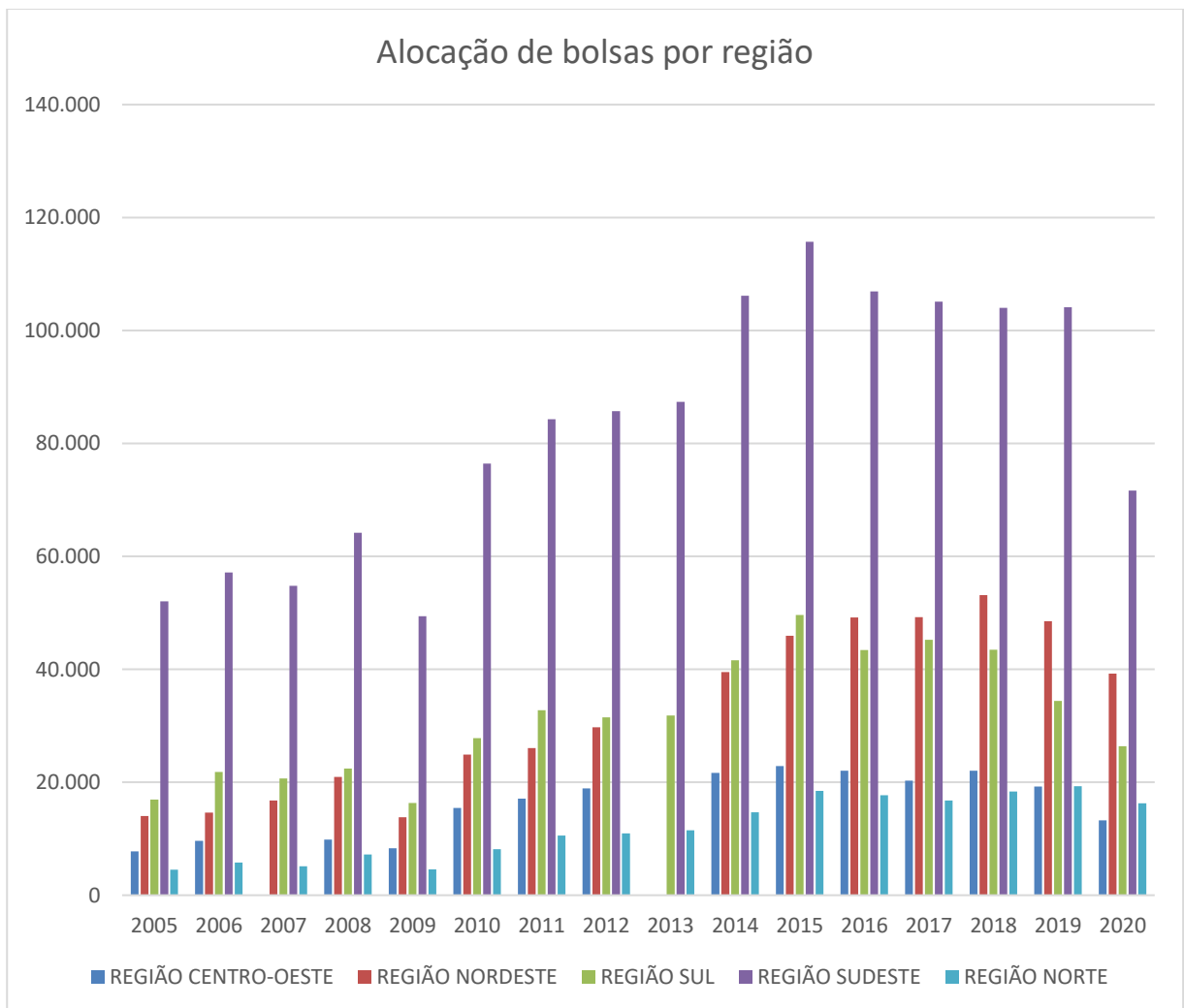
					cursar um curso superior.	ensino superior e atender às necessidades do público.
A Capacidade de Financiamento das Redes Públicas Municipais de Educação Básica do Tocantins	2025	Artigo científico de natureza descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários relativos aos 139 municípios tocantineses, com recorte temporal do ano de 2019.	Analisar a capacidade de financiamento da educação básica dos municípios do Tocantins, medida a partir do indicador da Receita Potencial para a Educação Básica por aluno-mês (RPEB por aluno-mês).	Dirigentes Municipais da Educação Básica do Tocantins	Os resultados da análise descritiva sugerem haver níveis diferentes de capacidade de investimento em educação nas redes municipais tocantinenses. Já a análise bivariada mostrou não haver correlações significativas entre as variáveis de contexto e condições de oferta de ensino e a RPEB por aluno-mês.	Os resultados não apontam onde estão concentrados os dados que produzem os diferentes níveis de capacidade entre as redes municipais analisadas, sendo necessários estudos mais aprofundados para compreender como e por que ocorrem as desigualdades de capacidade de financiamento.
Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ – Campus Seropédica	2025	Dissertação em Educação Agrícola – UFRRJ. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, uso de questionário, sendo classificada como pesquisa de campo/pesquisa exploratória.	Identificar e analisar os principais desafios enfrentados por esses sujeitos em seus percursos formativos na universidade.	Estudantes cotistas	O acesso e a permanência de sujeitos oriundos das classes populares no ensino superior, constituem desafios historicamente invisibilizados, estando associados às múltiplas dificuldades enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade social.	Existem diversos fatores que contribuem para o afastamento das classes populares do espaço de formação superior, principalmente os de ordem financeira e a falta de educação básica de qualidade, fatores que limitam os sujeitos pertencentes a esse grupo social vivenciarem a universidade da mesma forma que sujeitos de classes sociais privilegiadas. A política de cotas e a assistência estudantil colaboram para que esses estudantes possam continuar.

4.2 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, EVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (PROUNI E FIES)

A seguir são apresentados os dados sobre a contribuição dos programas PROUNI e FIES por indicadores de inclusão social e sua evolução.

O gráfico 1 apresenta a distribuição de bolsas do PROUNI nas 05 (cinco) regiões do Estado brasileiro compreendendo o período de 2005 a 2020. Observa – se que, os dados relativos a essa distribuição, indicam que, a Região Centro-Oeste e Nordeste no ano de 2013 foram contempladas com pouquíssimas alocações de Bolsas PROUNI, quando comparadas às demais regiões.

Gráfico 1 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por Região



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

De acordo com Becker e Mendonça (2021) existem vários motivos pelos quais os estudantes atrasam a conclusão do curso sendo relacionados às preferências individuais de alocação do tempo, expectativa de retorno à educação, aversão ao risco e ao gosto pelo estudo e, à restrição

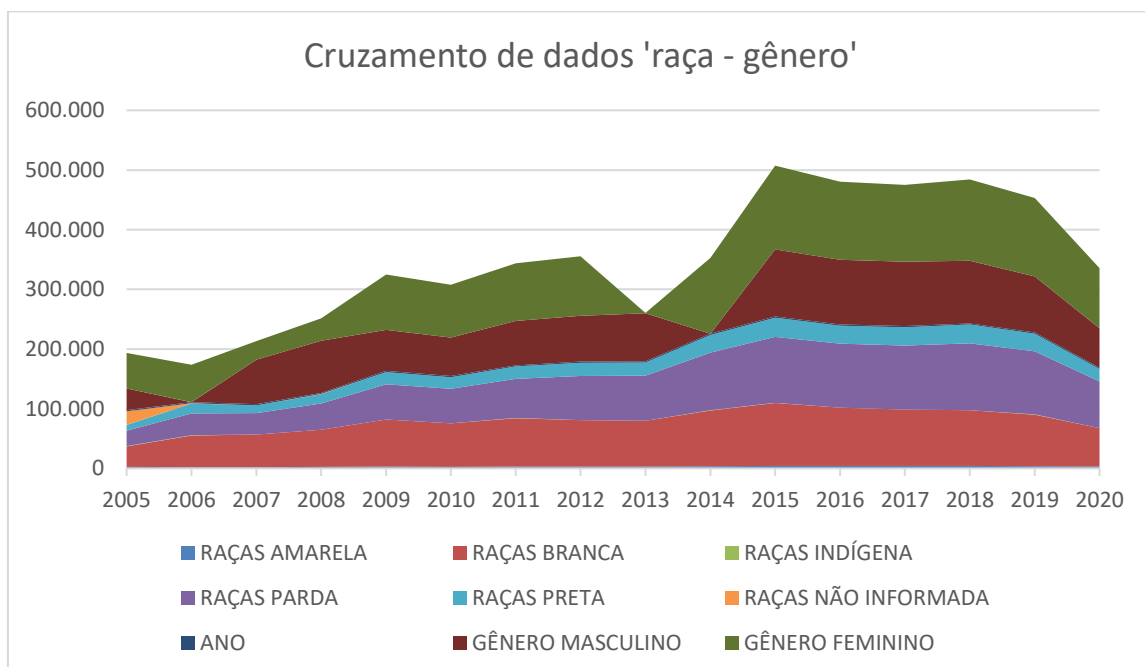
orçamentária, pois obter o financiamento é essencial para a permanência regular, principalmente na ausência de recurso familiar.

Percebe – se também no gráfico 1 a tendência de alocação de bolsas do PROUNI na Região Sudeste, com crescimento ascendente desde os anos 2005 a 2015, em relação a Região Norte, com pouca evolução, onde pode-se considerar como fator explicativo a baixa taxa de escolarização, mesmo no Ensino Básico, por enfrentar problemas para arcar com os gastos de manutenção dos estudos, alimentação, transporte e materiais didáticos. Os dados revelam que, no Sudeste, há uma maior proporção de bolsas do programa, visto que, além de ser a região mais desenvolvida é onde se concentra o maior número de universidades privadas do país.

Segundo Silva e Cunha (2020), é imprescindível uma avaliação das políticas públicas, pois a mera aplicação de programas governamentais sem o devido acompanhamento não garante que os problemas a serem enfrentados estão de fato sendo resolvidos, tornando – se um gasto ineficiente de dinheiro público e redução dos problemas sociais.

A distribuição de Bolsas do PROUNI por raça pode ser visualizada no gráfico 2 com a apresentação das informações por ‘ raça – gênero’, compreendido entre os anos de 2005 a 2020.

Gráfico 2 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por Raça



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

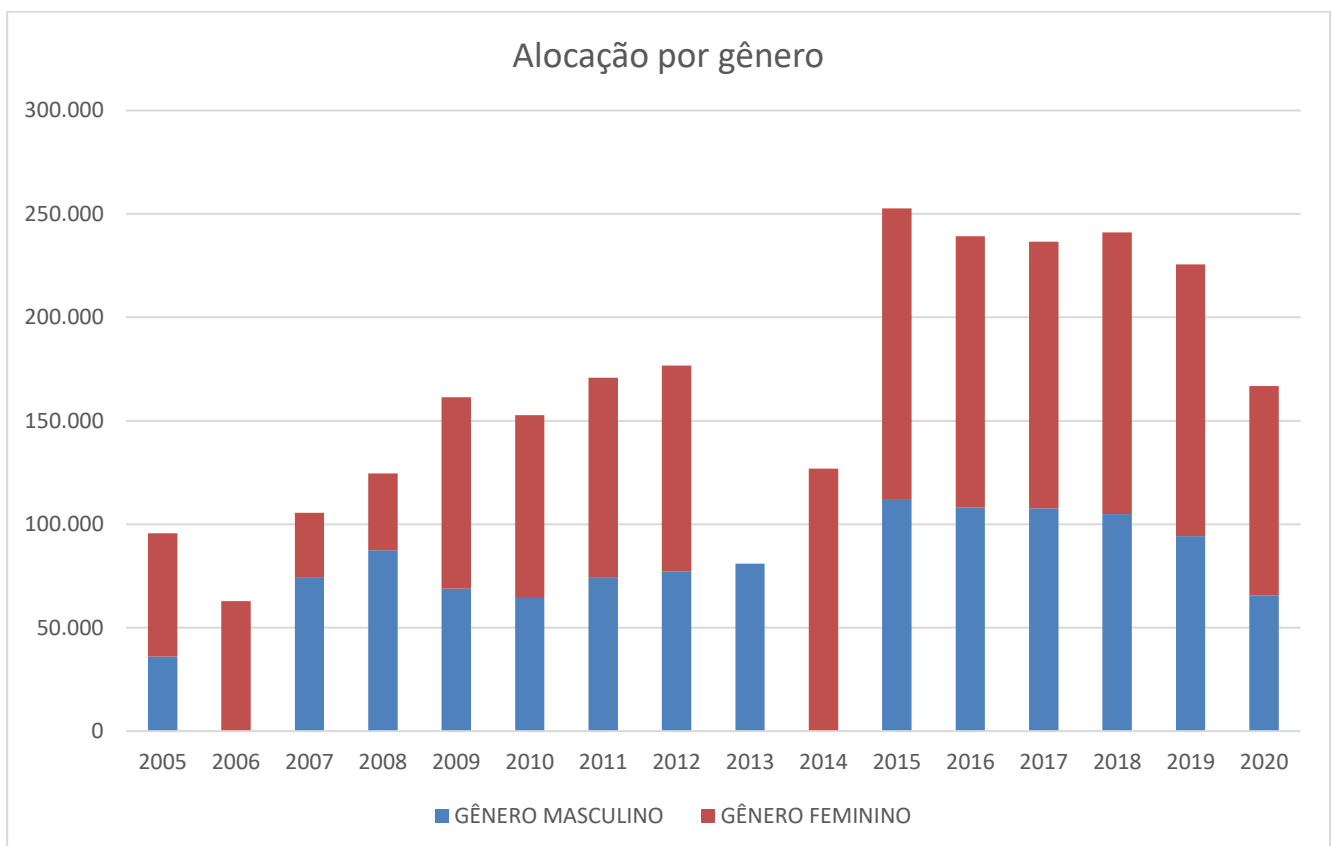
No gráfico 2 pode-se perceber que existem poucos indivíduos que se identificam como raça preta, visto que, nesta categoria, podem ter acesso ao sistema de cotas. Conforme Silva e Cunha (2020), ser negro ou pardo e ter renda familiar menor que 1,5 salário mínimo aumenta a

probabilidade de ser beneficiário dos programas FIES e PROUNI, como também, não trabalhar e ter cursado Ensino Médio total ou parcial em Escola pública. Já para os brancos, as mesmas características se mantêm, mas o incentivo dos pais não é suficiente para cursar o Ensino Superior ou influenciar na participação do programa.

Ao analisar o gráfico 2 acima, observamos que, no período de 2005 e 2006 os indivíduos não declararam sua classificação de raça (não informada), que por muitas vezes, não se identifica com a terminologia específica na literatura, o que corresponde ao quantitativo inferior de 200.000 (duzentos mil) pessoas que se enquadra nesta condição.

Com relação a distribuição das bolsas PROUNI, o gráfico 03 apresenta a alocação por gênero no período de 2005 a 2020, conforme consta nos dados abertos do MEC.

Gráfico 3 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por Gênero



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

Observamos que, muitas Políticas Públicas brasileiras tentam amenizar as desigualdades, referindo – se à criação dos programas: PROUNI e FIES, dentre elas, a política de ação afirmativa que já beneficiou muitos estudantes e ainda continua, pois para os homens, o incentivo familiar

reduz as chances de participar do programa e, para as mulheres, aumentam por estarem associadas a construções socioculturais que moldam expectativas e responsabilidades atribuídas como fator de validação e segurança para que elas conciliem estudos, trabalho e afazeres domésticos.

De acordo com Silva e Cunha (2020), tais pesquisas não levaram em consideração a distinção entre os grupos raça e gênero, evidenciando apenas que o efeito é positivo de modo geral, sem analisar casos entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Para tal, os negros não apresentam melhor inserção social e profissional se comparados aos brancos, não por qualquer tipo de inferioridade em termos cognitivos, mas pelas limitações impostas por um ambiente de escassez, especialmente financeira.

Esses resultados sugerem a predominância do gênero feminino sobre o masculino, pois muitas vezes as mulheres desenvolvem determinadas funções e atribuições que excedem sua carga horária de trabalho com os afazeres domésticos, mas mesmo assim, realizam com maestria seu ofício, sendo por muitas vezes considerada o “arrimo” da família. Observa-se que, nos anos de 2006 e 2014 tivemos a predominância do gênero feminino, como maior beneficiário das bolsas do PROUNI e, em 2013, a predominância foi do gênero masculino.

Conforme Silva e Cunha (2020), o fato do impacto ser maior para os homens pode ser explicado porque esse grupo faz a opção por cursos com maiores potenciais de retorno futuro, com a necessidade de melhor desempenho acadêmico, devido à competitividade e o gênero ainda está arraigado à cultura de provedor familiar.

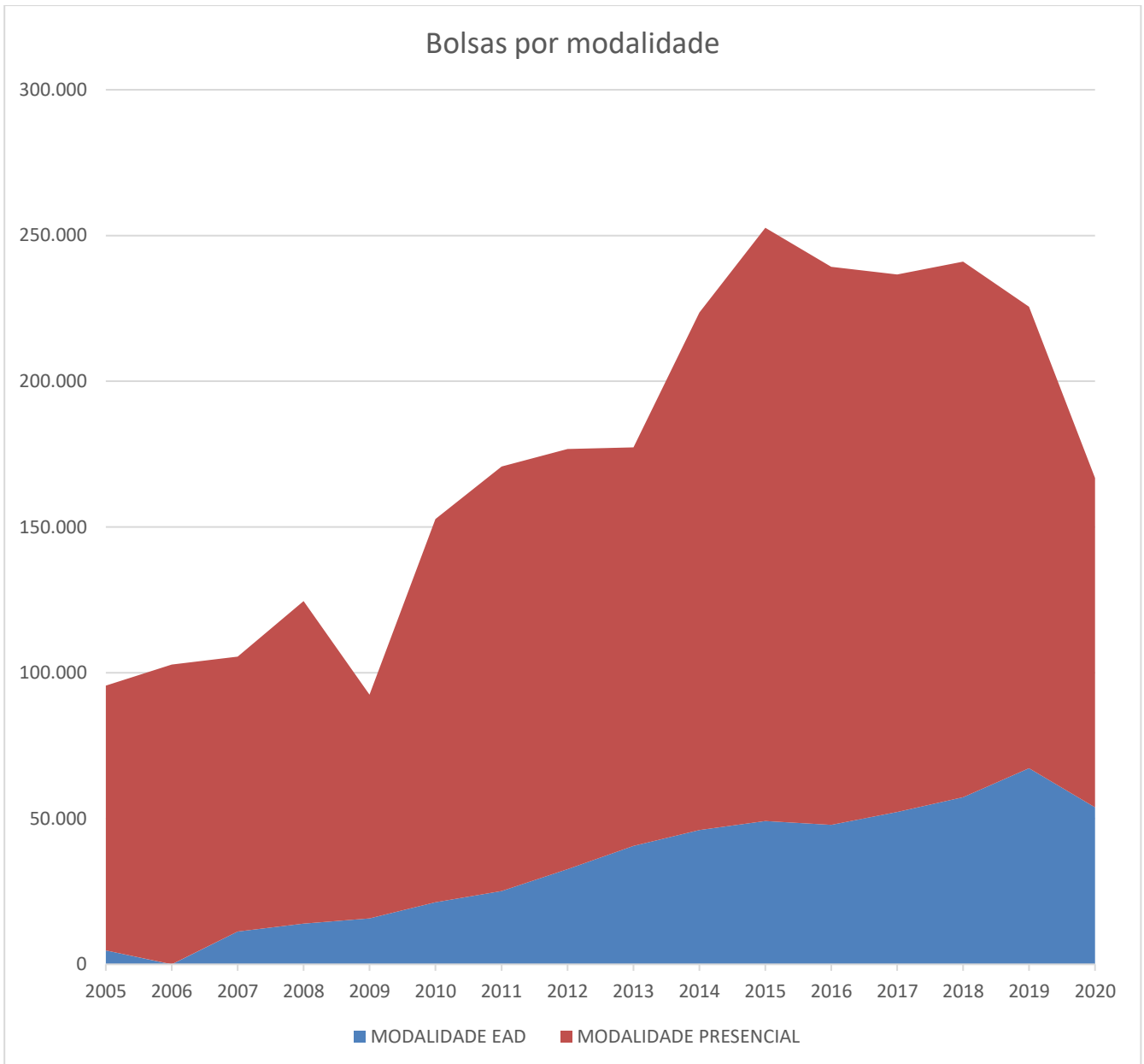
Segundo Lima (2024), o ensino nessa modalidade (EaD) gerava desconfianças, de que o aprendizado seria inferior aos métodos tradicionais, e que o outro modelo de ensino tradicional era mais dinâmico e atrativo. Portanto, mesmo com as ferramentas tecnológicas eletrônicas, as TVs, o rádio e os computadores como meios de comunicação, o livro em sua versão digital ainda é utilizado na área da EaD, por ter um alcance maior.

Quando se analisa a distribuição de bolsas do PROUNI por modalidade (presencial e a distância), pode-se observar no gráfico 04 que, aproximadamente 250.000 indivíduos preferem e confiam na modalidade presencial, haja vista que, nossa geração é de uma sala de aula mista e com a figura do professor orientando e ministrando conteúdo sem a ajuda das Tecnologias de Informação e Comunicação, TICs.

Pode-se observar também no gráfico 04 que ocorreu um significativo aumento de indivíduos a cada ano na modalidade EaD, mas não superando a modalidade presencial. Conforme Lima (2024), a EaD poderá ser usada como complemento para à aprendizagem presencial, com alguns jogos, exercícios diversos e demais atividades complementares a distância para assim ajudar os alunos a entenderem e praticarem o que é ensinado na sala de aula. Existe também o supletivo a

distância para essas séries do Ensino Fundamental, com autorização do MEC, no qual, poderá ser aplicado para aqueles cidadãos que, por algum motivo, não conseguiram completar os estudos na idade adequada, e que voltaram a estudar, tornando – se também, outro benefício da EaD.

Gráfico 4 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por modalidade (presencial e a distância)



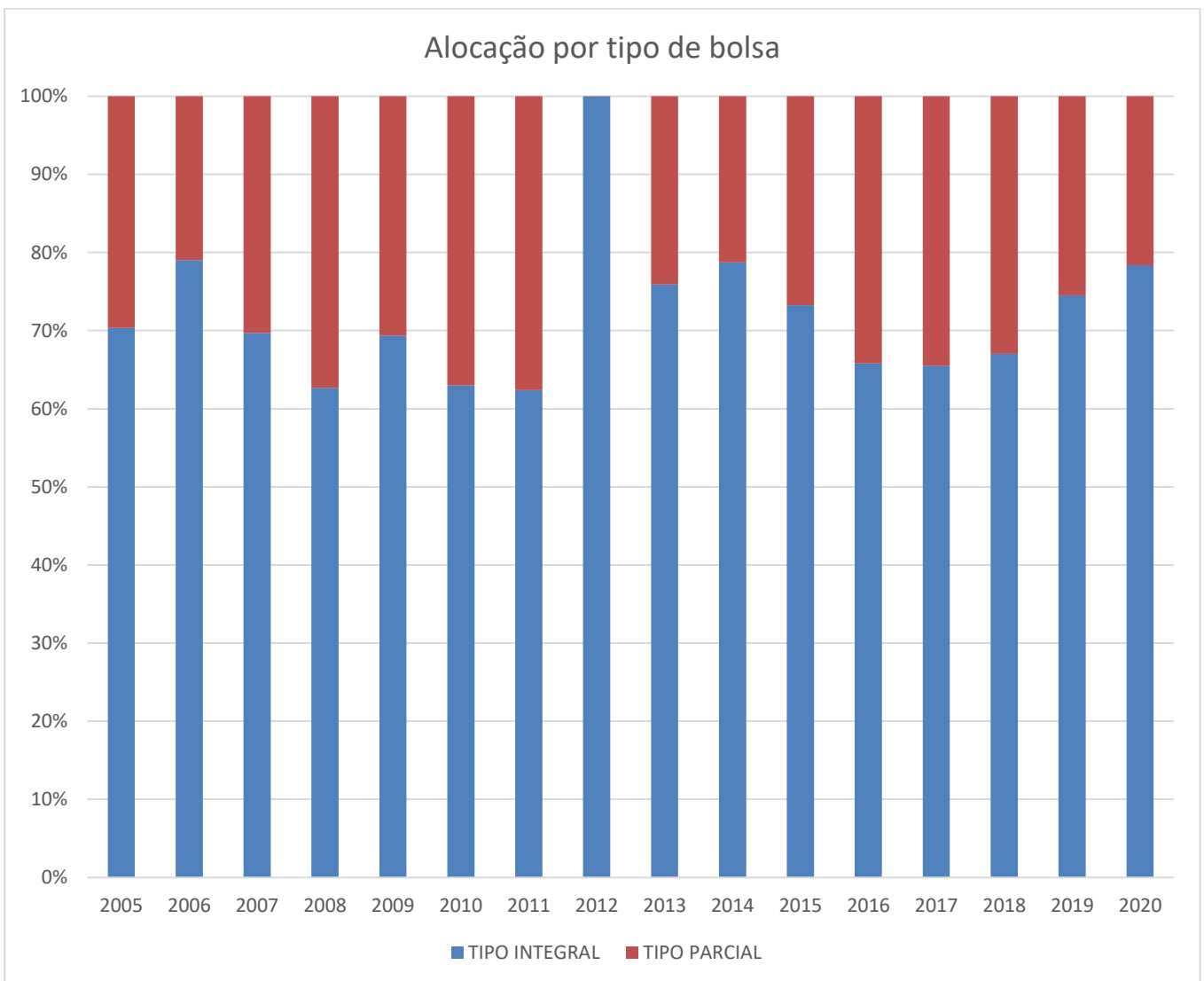
Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

Lima (2024) também afirma como mais um ponto positivo da EaD, a economia financeira que ela proporciona tanto para as instituições de ensino quanto para os alunos. Com a redução dos custos relacionados à infraestrutura física, transporte e alimentação, as mensalidades tendem a ser

mais acessíveis, o que permite mais indivíduos ter acesso à educação, ampliando as oportunidades de qualificação profissional.

O gráfico 5 aborda a distribuição de bolsas por tipo (integral e parcial), conforme os dadosabertos.mec.gov.br disponibilizados para o período compreendido entre 2005 a 2020. É salutar informar que, o PROUNI concede bolsas aos estudantes participantes do programa, podendo ser integrais ou parciais, dependendo da renda do discente, segundo Silva (2023).

Gráfico 5 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por tipo (integral e parcial)



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

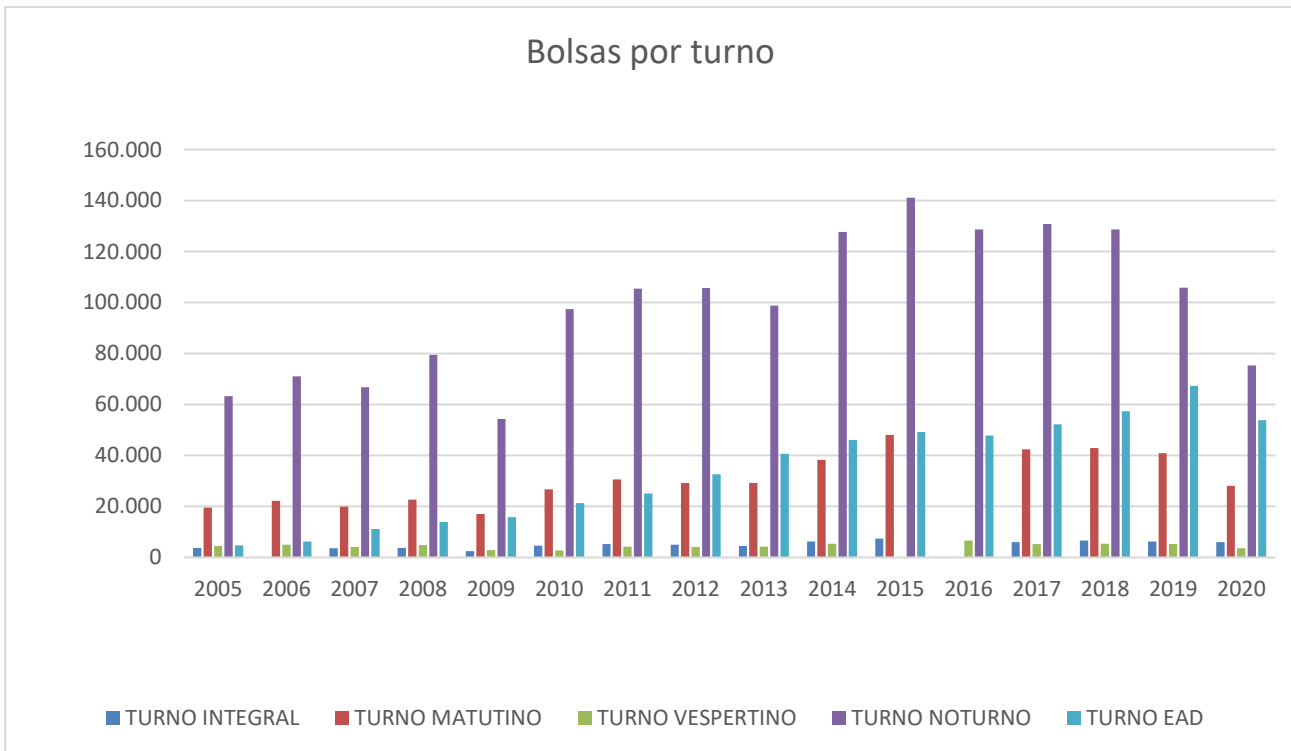
Ao observar o gráfico para a distribuição das Bolsas do PROUNI (integral e parcial), nota-se a presença crescente da disponibilização para o ano de 2012 somente do tipo Integral, apesar da redução do crescimento econômico apresentado no período e da política de contenção de despesa

realizada pelo Governo Federal. Segundo Silva (2023), mesmo com essa conjuntura negativa, a oferta foi mantida para oportunizar a continuação e permanência dos estudos, mesmo diante da economia brasileira apresentar queda e baixo crescimento.

O que se percebe também, conforme Silva (2023) é que o programa procurou atender primordialmente os alunos de menor renda com a bolsa integral e pouco aumentando a quantidade concedida de bolsa parcial, sendo uma escolha realizada pelo governo para contemplar os discentes.

Com relação a distribuição de bolsas do PROUNI por turno, as informações encontradas no gráfico 6 revelam que, no ano de 2016 houve baixíssima procura pelos turnos integral, matutino e vespertino; prevalecendo o turno noturno, que de acordo com Lima (2024) é uma grande vantagem por ser mais conveniente para determinados alunos, uma vez que não precisam se deslocar de casa para a escola, onde muitos discentes moram muito longe das escolas, e essa logística às vezes, pode ser bem cansativa.

Gráfico 6 – Distribuição das Bolsas do PROUNI por Turno



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

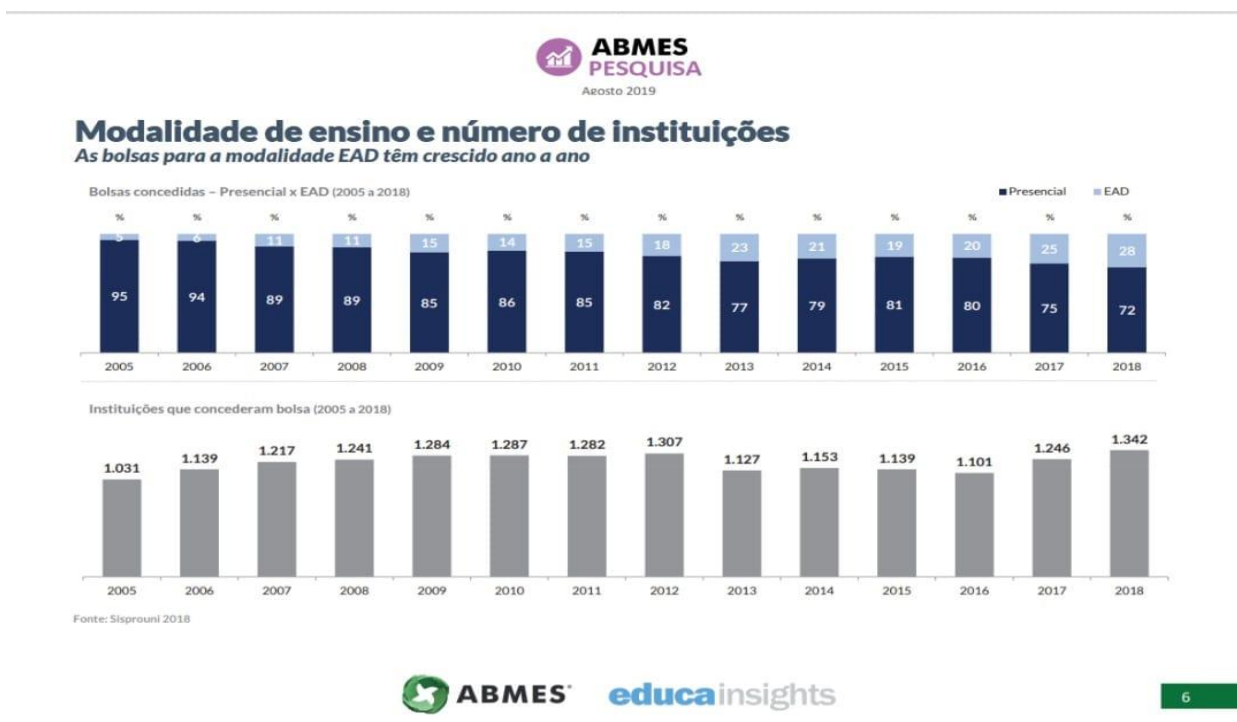
Os dados do gráfico 06 indicam um crescimento expressivo anual na distribuição de bolsas do PROUNI por turno – modalidade EaD, entre os anos de 2005 a 2019, mas muito aquém ainda do turno – noite, por conciliar o estudo à necessidade de trabalho para qualificação e subsistência.

Observa-se também, pouco interesse por Bolsas ofertadas para o turno Integral, visto que, muitos estudantes precisam estar na ativa para sustentar a própria família, impedindo, dessa forma, a continuidade dos estudos. De acordo com Silva (2023), muitos desses jovens não poderão arcar com seus próprios recursos para se inserir numa instituição privada de ensino, já que a quantidade de instituições públicas de ensino superior gratuita é insuficiente para atender a demanda.

Por conseguinte, a maior parte das ofertas do Prouni costuma ser concentrada no turno noturno, especialmente em cursos tradicionais com grande demanda, como Administração, Direito e Pedagogia — reflexo da realidade do ensino superior privado brasileiro, onde há muitas turmas noturnas para atender estudantes trabalhadores ou que buscam compatibilizar estudo e emprego.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 07, as bolsas concedidas na modalidade EaD registraram crescimento contínuo entre 2005 e 2018. Contudo, entre 2013 e 2017, observou-se uma redução no número de instituições que ofertavam bolsas, indicando um movimento de concentração institucional no período.

Gráfico 7 - Modalidade de ensino e número de instituições



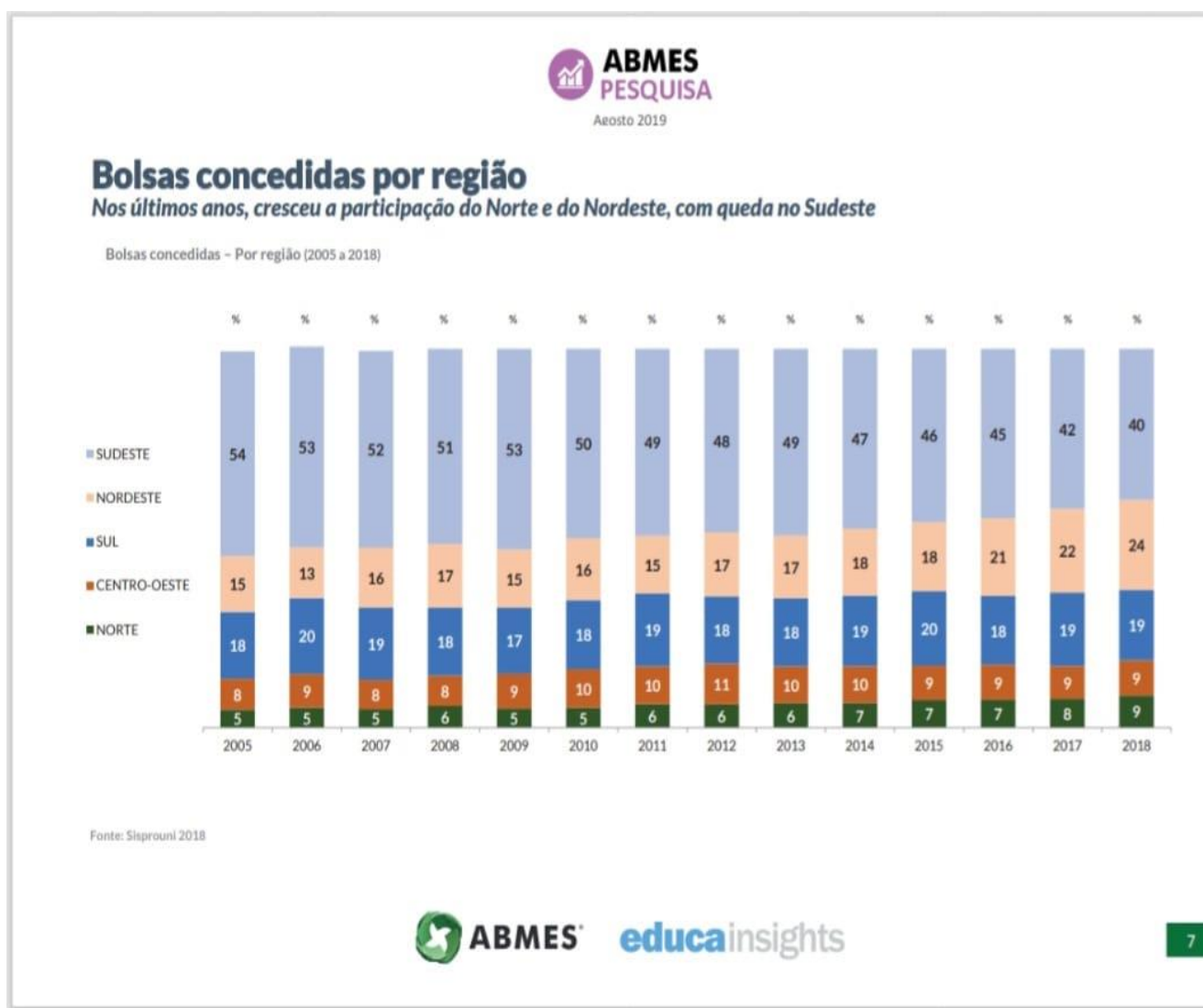
Fonte: ABMES Pesquisa (2019)

Em conformidade com Castro e Araújo (2018) vários fatores contribuíram para a expansão da EaD, cabendo destaque para a falta de regulamentação. De acordo com os autores, a mercantilização das matrículas “está relacionado à disputa pelo financiamento público por parte do

setor privado, que tem vislumbrado grandes possibilidades de auferir lucro e de encontrar no Estado a solução para as constantes crises de acumulação que o referido setor vem enfrentando” (Castro; Araújo, 2018, p. 204).

De acordo com o gráfico 8, os dados da ABMES Pesquisa mostram que, nos últimos anos, houve um aumento na participação das bolsas concedidas nas regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que se verificou uma redução na participação da região Sudeste.

Gráfico 8–Bolsas concedidas por região



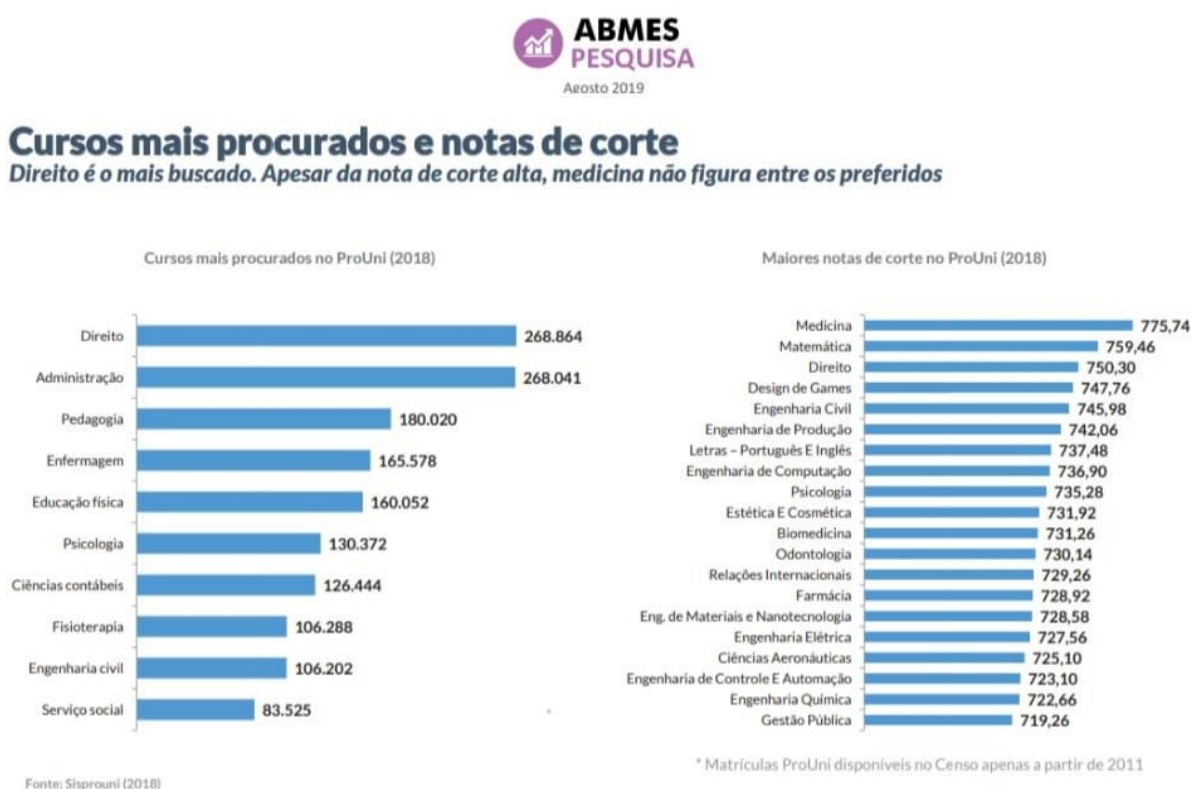
Fonte: ABMES Pesquisa (2019)

De acordo com o gráfico 9, os dados da ABMES Pesquisa indicam que o curso de Bacharelado em Direito aparece como o mais procurado, mesmo apresentando nota de corte elevada. Já o curso de Medicina, apesar de também possuir alta nota de corte, não figura entre os

preferidos pelos candidatos. A condição mais atrativa de adesão pelas IES ao Prouni é a isenção de tributos federais. As IES conveniadas viram no Prouni uma grande vantagem, por deixarem de recolher tributos importantes ao país. São valores que não entram nos cofres públicos, deixando áreas como a Previdência Social, Educação e Saúde com menos aportes de recursos.

De acordo com Aprile&Barrone (2009), a disponibilidade de candidatos qualificados formalmente ao ensino superior é de apenas 27% da população de 18 a 24 anos. Quanto ao acesso à Instituição de Ensino Superior, apenas 5% dos jovens nessa faixa etária, oriundos de famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo, sendo 5% de não brancos, conseguem chegar ao ensino superior.

Gráfico 9 – Cursos mais procurados e notas de corte

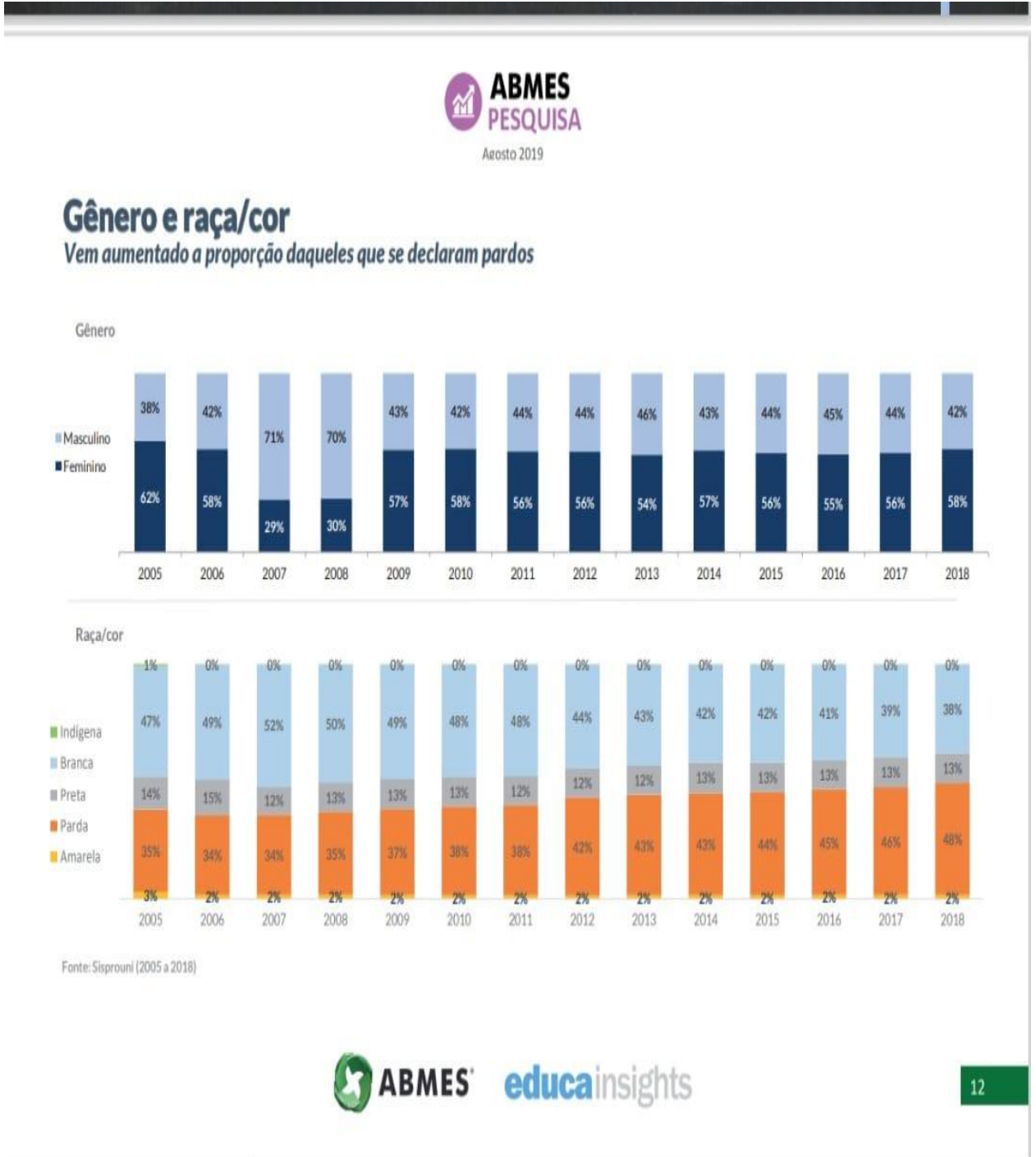


Fonte: ABMES (2019)

De acordo com o Gráfico 10, observa-se que, entre 2005 e 2018, a proporção de estudantes que se declaram pardos apresentou crescimento contínuo. Os dados também revelam que o ano de 2007 registrou o menor percentual de indivíduos do gênero feminino, correspondendo a 29%, valor

inferior ao observado para o gênero masculino, representando 71%, no mesmo período.

Gráfico 10 – Gênero e raça/cor



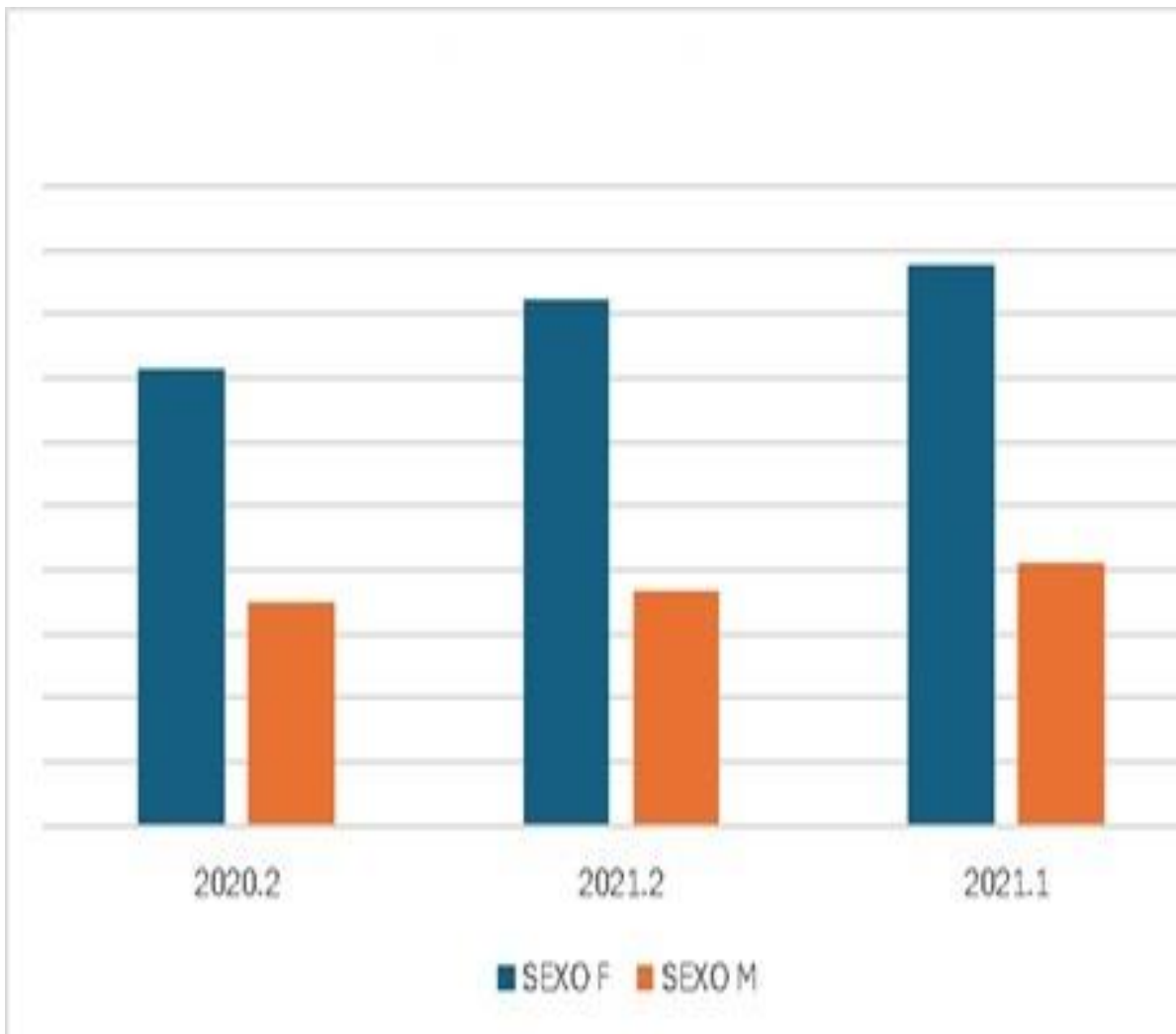
Fonte: ABMES (2019)

Os gráficos a seguir apresentam dados sobre os contratos de financiamento para o FIES de acordo com os critérios de inclusão adotados para esta pesquisa, quais sejam, a distribuição por gênero, por raça/etnia, por turno e Região. Nos gráficos pode-se visualizar a distribuição de

contratos de financiamento para essas dimensões/critérios de inclusão adotados para os períodos 2020.2, 2021.1 e 2021.2.

O gráfico 11 apresenta a distribuição de contratos FIES por Gênero para o período considerado de 2020.2 a 2021.1 no qual, visualizamos a prevalência crescente por semestre dos contratos firmados para o gênero feminino em relação ao masculino. Em 2020.2 obtivemos 142.566 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos e sessenta e seis) contratos para o gênero feminino, enquanto o gênero masculino alcançou 69.838 (sessenta e nove mil e oitocentos e trinta e oito) contratos firmados pelo FIES no mesmo período, de acordo com os dadosabertos.mec.gov.br(2025).

Gráfico 11 – Contratos de Financiamento FIES por Gênero



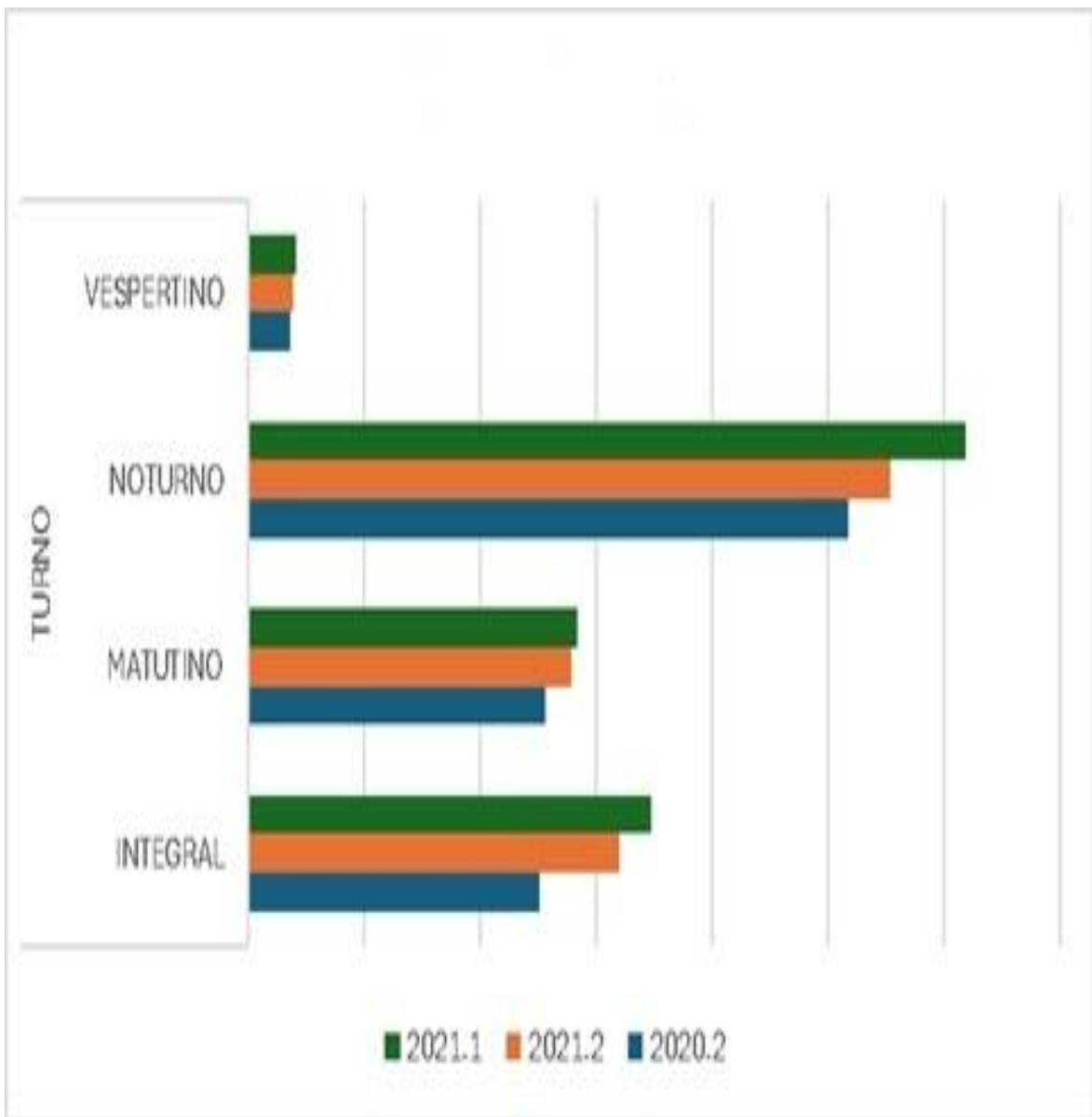
Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

Segundo Miranda & Azevedo (2020), observa-se que as IES privadas foram privilegiadas em suas demandas, seja por meio de incrementos de recurso do fundo público, seja por meio de reivindicações que possibilitaram aumentar o número de financiamentos e de recursos financeiros,

o que oportuniza ao gênero: masculino e feminino ingressar no Ensino Superior.

Considerando o gráfico 12 dos contratos de financiamento FIES por turno, observamos que o período noturno, no semestre 2021.1, registrou o maior número de contratos entre os semestres de 2020.2 a 2021.2, totalizando 123.647 (cento e vinte e três mil e seiscentos e quarenta e sete) contratos firmados pelo FIES. Enquanto o turno vespertino, de acordo com o gráfico, se encontra com o menor financiamento em relação aos turnos: matutino e integral.

Gráfico 12 – Contratos de financiamento FIES por Turno



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

De acordo com Silva e Cunha (2020), a distribuição de estudantes entre os diferentes turnos de ensino superior está diretamente relacionada à conciliação entre estudos, trabalho e renda, fatores que também influenciam a busca pelo financiamento estudantil. No Gráfico 12, observa-se

que os contratos de financiamento FIES apresentam maior concentração no **turno noturno**, indicando que esse público é composto majoritariamente por estudantes que precisam trabalhar durante o dia e utilizam o financiamento como estratégia de permanência na educação superior.

Além disso, nota-se que os turnos **matutino e vespertino** registram menor número de contratos, o que confirma a tendência, pois os cursos oferecidos nesses períodos costumam ser ocupados por estudantes de maior renda relativa, com menor dependência de crédito educacional. Já o **turno integral**, embora apresente menor adesão, revela um perfil específico de estudantes que, segundo Silva e Cunha (2020), geralmente optam por áreas mais exigentes em termos de carga horária, o que eleva a necessidade de apoio financeiro, ainda que o número total seja reduzido.

Dessa forma, os dados evidenciam que a adesão ao FIES está fortemente vinculada ao perfil socioeconômico dos estudantes e à dinâmica de trabalho-estudo, reforçando o papel do programa como mecanismo de ampliação do acesso ao ensino superior, sobretudo para aqueles que frequentam o turno noturno.

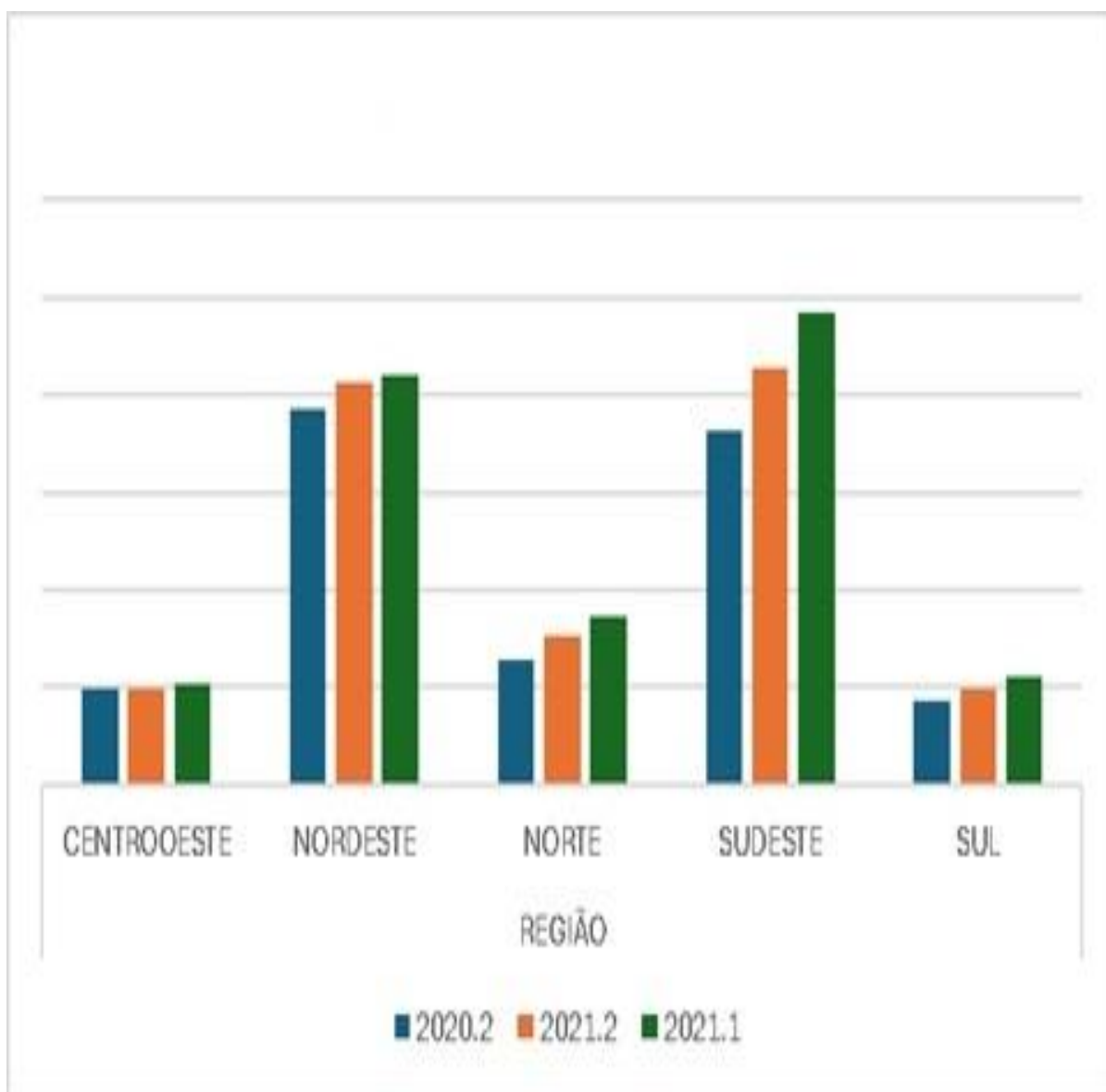
Para os contratos de financiamento FIES por Região, o gráfico 13, segundo dadosabertos.mec.gov.br(2025), entre os semestres 2020.2 a 2021.2, das cinco regiões do Brasil, a região Sul representa o menor número quantitativo de financiamento firmado pelo FIES por ano/semestre, correspondendo a 17.065 (dezessete mil e sessenta e cinco) em 2020.2, 19.551 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e um) para 2021.1 e 21.901 (vinte e um mil novecentos e um) a 2021.2. Enquanto a Região Sudeste supera visualmente pelo gráfico e tabela do quantitativo de contratos oriundos do FIES.

A distribuição regional do acesso ao financiamento estudantil no Brasil reflete desigualdades históricas de renda, oferta educacional e políticas de expansão do ensino superior, conforme Moura (2016). No Gráfico 13 observa-se que as regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número de contratos do FIES, fenômeno que resulta tanto da elevada população dessas regiões quanto da ampla rede de instituições privadas, que são as principais beneficiárias do programa.

A região Centro-Oeste, embora apresente menor volume de contratos, mantém um padrão proporcional a sua oferta de vagas, alinhando-se ao que Moura (2016) relata sobre a influência da renda média regional e pela interiorização das instituições de ensino. Já as regiões Sul e Norte registram participação mais reduzida, sendo que o Norte, especialmente, apresenta menor adesão

ao FIES, o que pode estar ligado à limitada infraestrutura de ensino e às maiores barreiras de acesso socioeconômico. Dessa forma, o comportamento regional dos contratos reforça que o FIES funciona como instrumento de redução das desigualdades educacionais, ainda que sua distribuição siga refletindo discrepâncias estruturais entre as diferentes regiões do país.

Gráfico 13 – Contratos de financiamento FIES por Região



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

Segundo Silva e Cunha (2020), as desigualdades raciais no acesso ao ensino superior brasileiro ainda se refletem de forma significativa nos programas de financiamento estudantil. No Gráfico 14, observa-se que estudantes pretos e pardos representam uma parcela expressiva dos

contratos do FIES, evidenciando que o programa desempenha papel central na democratização do acesso para grupos historicamente excluídos do sistema educacional.

Essa tendência é reforçada por Polli et al (2021), que destaca a dependência dos estudantes negros por mais políticas de apoio financeiro devido às barreiras socioeconômicas acumuladas ao longo do tempo. Assim, a maior participação desses grupos no FIES revela tanto a eficácia do programa em ampliar o acesso quanto a persistência de desigualdades que tornam o financiamento uma necessidade.

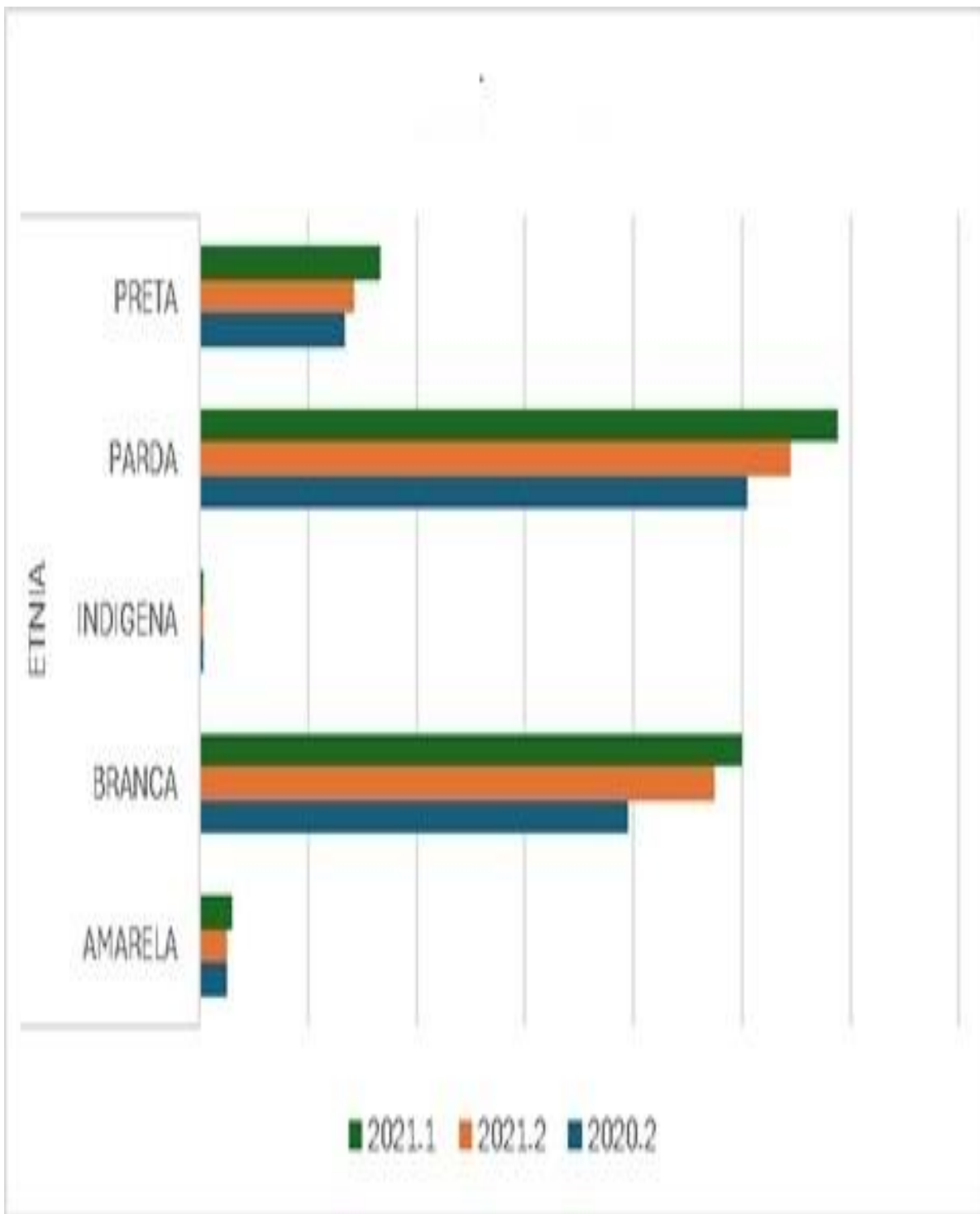
O gráfico 14 apresenta os contratos e financiamentos FIES por Raça, representando o menor quantitativo de pessoas de raça indígena beneficiada com o financiamento, no ano/semestre de 2020.2 a 2021.2, com 651 (seiscentos e cinquenta e um) estudantes. A raça parda se destaca entre o ano/semestre 2021.1 com o maior quantitativo de estudantes beneficiados com o financiamento em relação as demais raças: preta, amarela e branca, totalizando 117.665 (cento e dezessete mil seiscentos e sessenta e cinco) contratos firmados pelo FIES.

Por outro lado, a proporção de contratos entre estudantes brancos tende a ser menor em comparação ao total absoluto, o que corrobora com a análise de Araújo (2023) de que esse grupo, em média, possui condições socioeconômicas mais favoráveis e maior acesso prévio a escolas de melhor qualidade, reduzindo a dependência do financiamento. Já os estudantes amarelos e indígenas apresentam menor número de contratos, o que pode estar relacionado ao baixo percentual dessas populações no ensino superior.

A inclusão de critérios raciais e reservas de vagas no FIES busca reduzir desigualdades educacionais no Brasil, alinhando-se a outras políticas afirmativas que usam dados censitários para refletir a diversidade da população. Esses mecanismos têm como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior de estudantes racialmente marginalizados historicamente, em especial, aqueles que enfrentam barreiras socioeconômicas.

A identificação racial dos estudantes beneficiados pelo FIES baseia-se na autodeclaração, seguindo as categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação indicam que estudantes pretos e pardos representam a maioria dos contratos firmados, refletindo tanto a composição demográfica da população brasileira quanto o foco do programa em grupos socialmente vulnerabilizados.

Gráfico 14 – Contratos e financiamento FIES por Raça

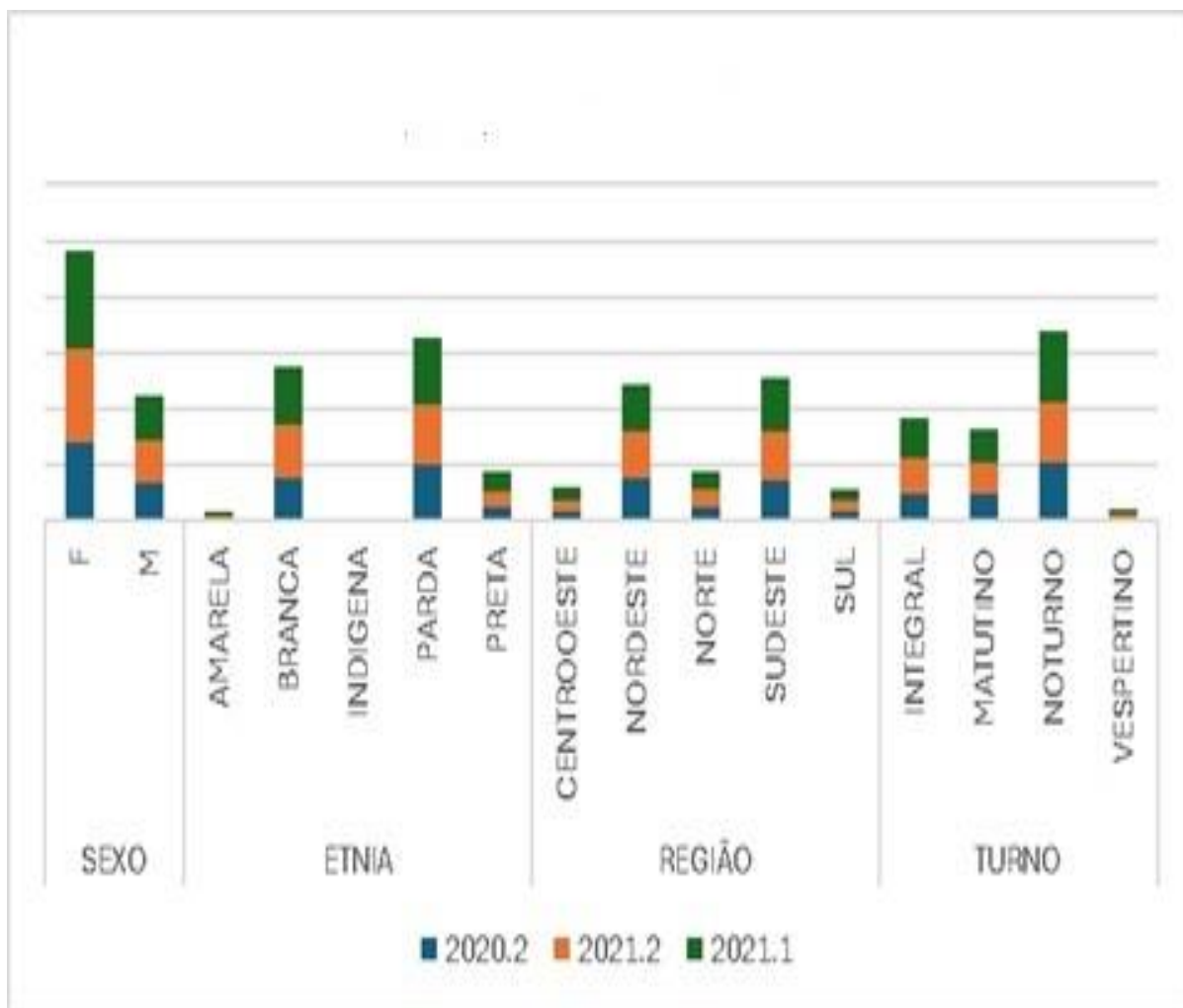


Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

Dessa forma, os dados do gráfico evidenciam que o FIES desempenha função estratégica na redução das desigualdades raciais, embora ainda reflita as disparidades estruturais existentes no

país. O Gráfico 15 apresenta as informações sobre Contratos de financiamento FIES, por Gênero, Etnia, Região e Turno.

Gráfico 15 – Contratos de financiamento FIES por Gênero, Etnia, Região e Turno.



Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

A tabela 1 apresenta um resumo quantitativo por ano/semestre, sexo e etnia dos contratos firmados pelo FIES.

ANO/SEMESTRE	SEXO			ETNIA					TOTAL
	F	M	TOTAL	AMARELA	BRANCA	INDIGENA	PARDA	PRETA	
2020.2	142566	69838	212404	5074	78941	651	101020	26718	212404
2021.2	164247	73718	237965	4974	94869	757	108934	28431	237965
2021.1	175658	82086	257744	6094	100005	691	117665	33289	257744

Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

A tabela 2 apresenta um resumo quantitativo por Regiões do Brasil e turno dos contratos

firmados pelo FIEs.

	REGIÃO					TURNO			
	CENTROOESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO	INTEGRAL
	19541	77220	25675	72903	17065	50105	51179	103477	7093
	19804	82493	30342	85775	19551	64055	55628	110640	7642
	20453	84044	34330	97016	21901	69409	56598	123647	8090

Fonte: dadosabertos.mec.gov.br (2025)

O comportamento dos contratos do FIES ao longo dos anos e semestres, evidencia oscilações decorrentes das mudanças nas regras do programa, da política fiscal e da demanda por educação superior. Segundo Moura (2016), as variações anuais do FIES refletem o contexto socioeconômico do país, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior privado, de modo que períodos de maior restrição econômica tendem a elevar a procura pelo financiamento.

No recorte por sexo, observa-se que as mulheres representam a maior parte dos contratos, acompanhando a tendência nacional de feminização do ensino superior. Para Xavier (2016), esse fenômeno revela o protagonismo feminino no acesso à educação, ainda que muitas estudantes dependam de apoio financeiro para conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

Quanto à etnia, os dados mostram participação expressiva de estudantes pretos e pardos, indicando que o FIES funciona como importante mecanismo de redução das desigualdades raciais. De acordo com Arruda e Dikson (2018), o financiamento estudantil representa uma das principais estratégias de permanência no ensino superior para grupos historicamente excluídos, embora as diferenças de acesso ainda revelem barreiras estruturais.

A distribuição por região acompanha, em grande parte, a concentração populacional e a oferta de instituições privadas. Sudeste e Nordeste reúnem maior número de contratos, enquanto Norte e Sul apresentam participação proporcionalmente menor. Moura (2016) destaca que a demanda pelo FIES é influenciada tanto pela renda regional quanto pela disponibilidade de cursos, refletindo desigualdades territoriais de acesso.

Por fim, a análise por turno evidencia predominância de estudantes do período noturno, o que confirma a forte presença de trabalhadores que dependem do financiamento para garantir a continuidade dos estudos. Como afirmam Silva e Cunha (2020), o FIES tem papel decisivo na permanência de estudantes que buscam conciliar trabalho diurno com formação superior.

É importante ressaltar que, ao integrar diferentes variáveis — ano, sexo, etnia, região e turno, constata-se que o FIES permanece como uma política pública essencial para ampliar o acesso ao ensino superior, ainda que sua distribuição reflita desigualdades socioeconômicas e raciais persistentes no Brasil.

4.3 PRODUTO: “CURSO INTERATIVO: QUER PASSAR NO ENEM/VESTIBULAR? POIS VEM ESTUDAR”, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

✓ **Apresentação do curso**

O curso preparatório para vestibular na modalidade EaD tem como objetivo oferecer aos estudantes uma preparação completa, flexível e de alta qualidade, utilizando as tecnologias digitais de aprendizagem. O conteúdo é estruturado com foco nos principais vestibulares e ENEM, abordando todas as áreas do conhecimento exigidas.

✓ **Público-alvo**

- Estudantes do Ensino médio
- Egressos do Ensino médio
- Pessoas que desejam revisar conteúdos para exames seletivos

✓ **Carga Horária e Duração**

- Carga horária total: 800 horas
- Duração sugerida: 10 a 12 meses

✓ **Estrutura Curricular**

O curso será dividido em módulos temáticos:

Módulo	Disciplina	Carga Horária
1	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	160h
2	Matemática e suas Tecnologias	160h
3	Ciências Humanas e suas Tecnologias	160h
4	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	160h
5	Redação e Práticas Textuais	80h
6	Simulados e Revisões	80h

✓ **Metodologia**

A metodologia proposta baseia-se em princípios da Educação a Distância moderna, com o uso intensivo de recursos digitais, interação constante e acompanhamento personalizado.

✓ **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**

- Plataforma digital responsiva e interativa
- Acesso 24h a conteúdos, videoaulas, materiais de leitura e atividades
- Fórum de dúvidas moderado por tutores

✓ **Componentes Metodológicos**

continua

Componente	Descrição
Videoaulas	Aulas gravadas de alta qualidade, com professores experientes, cobrindo os conteúdos programáticos.
Materiais didáticos digitais	Apostilas em PDF, e-books, mapas mentais e resumos dos conteúdos.
Aulas ao vivo (webinars)	Aulas periódicas transmitidas ao vivo para revisão de conteúdos, resolução de exercícios e interação em tempo real.
Tutoria Online	Equipe de tutores disponível via chat, fórum e e-mail para esclarecimento de dúvidas.
Gamificação	Uso de jogos educativos e desafios semanais para engajamento dos alunos.
Estudos dirigidos	Roteiros semanais de estudo para orientar o ritmo de aprendizagem do aluno.
Banco de questões	Exercícios baseados em provas anteriores dos principais vestibulares e ENEM.
Simulados periódicos	Simulados online com correção automática e comentários das questões.
Correção de redação	Correção individualizada de redações com base nos critérios do ENEM e vestibulares.

✓ **Acompanhamento e Avaliação**

- Avaliação contínua: participação em atividades, realização de exercícios e simulados.
- Monitoramento de desempenho: relatórios periódicos de desempenho individual e coletivo.
- Feedback personalizado: orientações para melhoria com base nas dificuldades identificadas.

✓ **Recursos Tecnológicos**

- Plataforma LMS (Learning Management System)
- Aplicativo mobile de estudos
- Ferramentas de videoconferência (Zoom, Google Meet)
- Inteligência Artificial para recomendação de conteúdos personalizados
- Sistema de correção automática de testes objetivos

✓ **Equipe Pedagógica**

- Coordenador pedagógico

- Professores especialistas em cada área do conhecimento
- Tutores online
- Revisores de conteúdo
- Técnicos de suporte à tecnologia

✓ **Certificação**

Ao final do curso, o estudante receberá certificado de conclusão com indicação da carga horária total cursada.

Diferenciais do Curso

- Flexibilidade de horários;
- Conteúdo sempre atualizado;
- Suporte pedagógico contínuo;
- Acompanhamento individualizado;
- Foco prático em resolução de questões e simulados;
- Correção de redação personalizada;

5 CONCLUSÃO

A análise conjunta das variáveis ano/semestre, sexo, etnia, região e turno evidencia como o FIES e o Prouni, especialmente em sua modalidade EaD, vêm desempenhando papel fundamental na ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. As variações observadas ao longo dos anos refletem tanto mudanças nas políticas educacionais quanto oscilações no cenário econômico, que influenciam diretamente a busca por financiamento e bolsas.

Em relação ao **sexo**, constatou-se a predominância feminina entre os beneficiários, o que confirma a tendência de maior participação das mulheres no ensino superior brasileiro. Tal movimento reafirma a importância de políticas que favoreçam a permanência de estudantes que historicamente enfrentam desafios para conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

No recorte por etnia, destaca-se a presença expressiva de estudantes pretos e pardos, o que demonstra que tanto o FIES quanto o Prouni EaD atuam como mecanismos essenciais na redução das desigualdades raciais. A adesão significativa desses grupos reforça o papel inclusivo das políticas de assistência estudantil, ainda que persistam disparidades estruturais que dificultam o acesso igualitário.

A distribuição por região segue a lógica das desigualdades socioespaciais do país. Sudeste e Nordeste concentram os maiores quantitativos de contratos e bolsas, acompanhando as diferenças populacionais e a oferta de instituições privadas. Já Norte e Centro-Oeste apresentam menor participação, revelando desafios de infraestrutura educacional e de renda que impactam o acesso às políticas de financiamento.

No que se refere ao turno, a predominância do período noturno evidencia o perfil do estudante trabalhador, que encontra no ensino superior — sobretudo na modalidade EaD — maior flexibilidade para conciliar estudo e trabalho. Tanto o FIES quanto o Prouni EaD se mostram determinantes na permanência desses estudantes, permitindo que ingressem e concluam seus cursos mesmo diante de limitações econômicas.

Dessa forma, a síntese dos dados confirma que o FIES e o Prouni EaD são instrumentos essenciais para democratizar o acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda, negros, trabalhadores e residentes em regiões historicamente menos favorecidas. Embora ainda reflitam desigualdades estruturais, tais programas cumprem função estratégica na promoção da equidade educacional, contribuindo para ampliar oportunidades e transformar trajetórias sociais.

A oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD) representa uma contribuição significativa para os estudantes beneficiados pelo Prouni e pelo FIES, ampliando de forma concreta o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior no Brasil. A flexibilidade característica da EaD permite que esses estudantes — em sua maioria pertencentes a grupos de baixa renda, trabalhadores e muitas vezes responsáveis por sustentar suas famílias — organizem seus estudos de acordo com suas rotinas, sem comprometer suas atividades profissionais.

Além disso, a EaD reduz custos diretos e indiretos, como transporte, alimentação e materiais, o que fortalece a efetividade das políticas de inclusão educacional. Para os bolsistas do Prouni, a modalidade amplia as possibilidades de escolha de cursos e instituições, enquanto para os beneficiários do FIES, contribui para tornar o financiamento mais viável, já que os cursos EaD tendem a apresentar mensalidades mais acessíveis, diminuindo o valor total financiado.

Outra contribuição importante está na democratização territorial do ensino superior. A EaD rompe barreiras geográficas e alcança estudantes de regiões marcadas por desigualdades educacionais, permitindo que a combinação Prouni + EaD e FIES + EaD atinja públicos antes excluídos das universidades presenciais. Assim, o ensino a distância atua como um vetor de equidade social, ampliando oportunidades profissionais e fortalecendo trajetórias educacionais completas.

Dessa forma, conclui-se que a modalidade EaD, ao se articular com programas como o Prouni e o FIES, não apenas facilita o acesso ao ensino superior, mas também contribui para a permanência, o desempenho acadêmico e a conclusão dos cursos, consolidando-se como um instrumento essencial de inclusão e transformação social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S.. **A formação dos profissionais da educação básica no curso de Pedagogia**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional. 3ª. Ed. Campinas (SP): Papyrus, 2006.

ALMEIDA, I. C. P.. **Políticas de Expansão e Acesso à Educação Superior: criação e trajetória do IF Goiano – Campus Urutaí – IF Goiano – campus Urutaí**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ALVES, W. R. & MARQUES, W..**Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a Mobilidade Social de seus Beneficiários: um estudo de caso**. **Revista Hipótese**, Itapetininga, v. 4, n. 4, 2018.

AMARAL, N. C..**Financiamento da educação superior: Estado x mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Unimep, 2003.

_____. **Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as IFES–de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva**. Educação Superior no Brasil –10 Anos Pós-LDB – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Coleção Inep 70 anos, v. 2, p. 257, 2008.

APRILE, M. R. & BARONE, R. E. M.. **Educação superior: políticas públicas para inclusão social**. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

APOLINÁRIO, F..**Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 281 p.

ARAÚJO, A. A.. **Acesso ao ensino superior no Brasil com referência ao Prouni**. **HigherEducationStudies**, v. 2, n. 1, p. 32-37, 2012.

ARAÚJO, F. R. D., **A política Nacional da Educação Inclusiva: Perpectivas, desafios e práticas em contexto brasileiro**, **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.10. out. 2023. ISSN - 2675 – 3375.

ARRUDA, G. A. de & DIKSON, D., **Educação Inclusiva, Legislação e Implementação, Reflexão e Ação** [ISSN 1982-9949]. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 214-227, mai./ago. 2018. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

BECKER, K. L., & MENDONÇA, M. J. C. de. **Políticas de financiamento estudantil: análise de impacto do Fies no tempo de conclusão do ensino superior**. **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp. IE. v. 30, n. 2 (72), p. 551-581, maio-julho 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art11>.

BORBA, F. V. N.; PAZ, S. R. **O Prouni como política educacional do Estado capitalista: Limites e possibilidades**. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas – VII EPEAL, Semana Internacional de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2014.

BORTOLOZZI, A. C. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual didático.** São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2020. 52 p. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/in%3Asent+jaciarafelix%40gmail.com?projector=1>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRANDIM, M. R. L.; FELDMANN, M. G. **A reforma do ensino superior no contexto da reforma do estado brasileiro.** *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, v. extra, n. 12, 2015. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Ministério da Educação e Cultura.** Artigo 205, Brasília, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Decreto Federal Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007, Seção 1, p. 7.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,** MEC/SEESP, Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.** Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 2.016, de 21 de novembro de 2019. **Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies referente ao primeiro semestre de 2020.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22.nov.2019, Edição 226, Seção 1, p. 114.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 167, de 1º de março de 2024. **Altera a Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, a partir do primeiro semestre de 2018.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04. mar. 2024, Edição 43, Seção 1, p. 22.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.** Censo da Educação Superior 2014. Brasília: Brasil/MEC/INEP, 2014.

_____. Ministério da Educação – MEC. Portaria nº 524, de 26 de julho de 2022. **Altera a Portaria Normativa MEC nº 8, de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - ProUni, a Portaria Normativa MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta os processos seletivos do ProUni, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26. Jul.2022, Edição 140-B, Seção 1 - Extra B, p. 1.

_____.Ministério da Educação – MEC. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11. nov.2003, Seção 1, p. 12.

_____.Ministério da Educação – MEC. Resolução MEC nº 64, de 24 de julho de 2025.**Dispõe sobre a renegociação de dívidas dos contratos de financiamento formalizados a partir de 2018, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25. Jul.2025, Edição139-A, Seção 1 - Extra A, p. 2.

_____.Secretaria de Educação Superior – SESU. **Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – DIFES.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília: Brasil/MEC/SESU/DIFES, 2009.

_____.Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei de Cotas nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** DOU da Presidência da República - Casa Civil, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

_____.Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.**DOU da Presidência da República - Casa Civil, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BROOKE, N. **Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores.***Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago. 2013.

CARVALHO, C. H. **Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006):** ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006. Caxambu, Minas Gerais. Anais... Caxambu: Anped, 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2016.

CARVALHO, F. P. S., & ALVES, T. **A Capacidade de Financiamento das Redes Públicas Municipais de Educação Básica do Tocantins.** *FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação*, Tocantins, v. 15. n. 3/2025. <https://doi.org/10.22491/2236-5907135779>.

CARVALHO, J. D. de. **Políticas Públicas e Ensino Superior no Brasil:** o desafio da inclusão social a partir dos programas FIES e ProUni. 2016. (Dissertação em Direitos Sociais e Políticas Públicas) - *Revista de Políticas Públicas*, UNISC. Santa Cruz do Sul, 2016.

CASTRO, A. M. D. A.; ARAÚJO, N. V.era-Cruz Gonçalves. **Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 189 - 209, abr. 2018. Disponível em:<<https://seer.ufg.br/rbpaee/article/view/80574/48884>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P.. **PROUNI:** democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*, Curitiba, n 28, p. 125- 140. Editora UFPR, 2006.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A. ; SILVA, R. da. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

CHAVES, V. L. J., & AMARAL, N. C., **Política de expansão da Educação Superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado.** *Educação em Revista*|Belo Horizonte|v.32|n.04|p. 49-72 |Outubro-Dezembro 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698162030>.

CHAVES, V. L. J. **Expansão do ensino superior público brasileiro via precarização do trabalho docente.** VII Seminário da REDESTRADO – Nuevas regulaciones em América Latina. Buenos Aires, jul. 2008.

CORBUCCI, P. R.. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 677-701, Especial - Out. 2014.

COSTA, B.. **O legado dos governos Lula e Dilma para Educação.** Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal. Julho, 2018.

COUTINHO, A. A. et al., **Políticas Públicas como instrumento de inclusão escolar: Um olhar a partir da execução do Estado.** *Revista TRANSFORMAR*, São José de Itaperuna, v. 17, n. 1, JAN.JUL.2023. E- ISSN: 2175-8255.

CUNHA, L. A. **Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída.** *Cadernos de Pesquisa*, n. 101, p. 20-49, jul. 1997. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2016.

DOURADO, L.F.; AZEVEDO, J.M.L. (Orgs.). **Relações federativas e Sistema Nacional de Educação.** Camaragibe-PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

DUSSILEK, C. A., & MOREIRA, J. C. C., **Inclusão no ensino superior: uma revisão sistemática das condições apresentadas aos estudantes com deficiência,** *Research, Society and Development*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 317-341, dez. 2017 317.

ESTHER, A. B. **Políticas de educação superior no Brasil, desenvolvimento econômico e inserção internacional.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4.; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7, Porto, Portugal, 2014. Anais... Porto: Anpae, 2014. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2016.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Saraiva. 2001.

FELINTO, J. F., **Ensino Superior Privado: a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de financiamento estudantil – FIES e Programa Universidade Para Todos – PROUNI.** 2019, (Dissertação em Educação) – UFPB, João Pessoa, 2019.

FILARDI, A. M. B.; PADIM, D. F. **Políticas públicas de expansão do ensino superior federal no Brasil no contexto da mundialização do capital.***Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 61, p. 403-415, mar. 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2016.

FONSECA, J. J. S.. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, H. C. L. de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação.** *Ver. Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.

FREITAS, M. A. G. **Equidade e Eficácia no Ensino Superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência.** 2015, (Dissertação em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs) **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 17 abr. 2022. 250.

_____. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 186 p.

GUILHERME, A. A.; CHERON, C. **Guia prático de pesquisa em Educação.** 2021.

HAAS, C. M.; PARDO, R. da S. **Programa Universidade para todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior,** Campinas, 22, p. 718-740, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QGLW7hDRpV4jXfgV8h8pFsf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

HRK. **Higher Education Compass.** 2022. Acesso em: 24 de jan. de 2022. Citado na página 9.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2003-2013.** Brasília, Inep, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>;

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior – 2001 a 2014.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: . Acesso em: 9 jun. 2016.

JESUS, L. A. F. de. **TI Verde na Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Sergipe - Campus Socorro,** 2020.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews.** Keele, UK: Keele University, 2004, 28 p. Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, K.. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. Universidade e Sociedade,** nº 55, ANDES-SN, 2015.

LIMA, T. M. de., **Os desafios do Ensino à Distância (EaD), Contribuciones a Las Ciencias Sociales,** São José dos Pinhais, v.17, n.5, p. 01-17, 2024 DOI: 10.55905/revconv.17n.5-010.

LUCCHESI, M. A. S. **Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sulamericano: convergências e transformações na passagem do século. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 513-528, set./dez. 2007. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS. E. M.. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 315 p.

MARTINS, G. de A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, M. K., **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016**. 2018, (Dissertação em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MATTEI, T. S.. & BIDARRA, Z. S., **O papel do Fies e do PROUNI na privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira**, Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.61 , p.<53-84>, Mai. 2022. DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.16677.

MILCHAREK, J., **O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as trajetórias de discentes na formação avançada para a Educação Brasileira**. 2020. (Dissertação em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

MIRANDA, P. R. & AZEVEDO, M. L. N. de, **Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? Educ. Form., Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, set./dez. 2020 DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421>. ISSN: 2448-3583.**

MOURA, T., **Políticas Públicas para o Ensino Superior Brasileiro 2003-2014, uma análise do PROUNI e FIES**. 2016. (Dissertação em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

NOVAES, M. A. B. de., **Financiamento Público para o Ensino Superior Privado no Brasil: uma análise crítica do FIES e PROUNI**. 2017, (Dissertação em Educação e Ensino/MAIE) - Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2017.

OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F.; VELOSO, T. C. M. A. **A reforma da educação superior e os mecanismos de parceria público-privada.Perspectiva, Florianópolis**, v. 23, n. 2, p. 323-348, jul./dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 28 jun.2012.

OLIVEIRA, L. X. de; FRANÇA-CARVALHO, A. D.; TAVARES, A. M. B. do N.. **Política de responsabilização escolar (accountability school) e formação de professor: cenários e atores na avaliação educacional brasileira. RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 2049-2065, out./dez. 2020.

OLIVEIRA, R. P.. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil.Educ. Soc., Campinas**, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil.**In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PEDROSO, P. R.. & GISI, M. L., **A experiência dos estudantes do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na produção Científica em Teses e Dissertações – 2007-2017.***Revista Internacional de Educação Superior*, UNICAMP. 2023. <https://orcid.org/0000-0003-1950-3751> e <https://orcid.org/0000-0002-0474-474X>.

PIOVESAN, F. **Democracia, Direitos Humanos e Globalização Econômica: Desafios e Perspectivas para a construção da cidadania no Brasil**. 2008.Disponível em: http://dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_democracia_dh_global_economica_br.pdf. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. **Poder Judiciário e os Direitos Humanos.** *Revista USP*, São Paulo, n. 101, p. 99-112, mar./abr./maio 2014. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDA.

POLLI, G. M. et al., **Políticas Publicase Mobilidade Social:**egressos do Programa Universidade para Todos (PROUNI), *Psic. da Ed.*, São Paulo, 52, 1º sem. de 2021, pp. 120-130, 2021.

RICHARDSON, R. J.**Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. 404 p.

RODRIGUES, T. B., **Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ – Campus Seropédica**. 2025. (Dissertação em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2025.

SANTOS, E. N. dos., **Educação inclusiva: por que precisamos falar sobre o óbvio?** *Revista das Faculdades Integradas Viana Júnior*. v14. n1.933, Juiz de Fora, 2023.

SARAIVA, E. **Introdução à Teoria Política Pública**. In: SARAIVA, E.; FERNANDES, E. (Org.). *Políticas Públicas*. Brasília, DF: ENAP, 2007. v. 1.

SILVA, L. R. da., **O incentivo do acesso ao Ensino Superior: uma análise da evolução da Rede Pública Federal de Ensino e dos Programas Fies e Prouni (2010-2019)**. 2023, (Dissertação em Economia Política) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVA, L. R. C. da et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: Congresso Nacional de Educação. 2009. p. 4554- 4566.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V.. **O impacto da mercantilização da educação superior.** *Revista Adusp*. v. 1. p. 46-53. 2000.

SILVA, R. M. Da & CUNHA, M. S. da., **Impacto do PROUNI no desempenho acadêmico: uma análise de gênero e raça.** *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 31, n. 76, p. 164-194, jan./abr. 2020, ISSN 0103-6831, e-ISSN 1984-932X. <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v31i76.6929>.

SILVA, L. P. et al., **Educação Superior, Mobilidade Social e Expectativa Profissional: uma análise á luz da sociologia da Educação. Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 58-75, jan./abr. 2015 <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>.

SGUISSARDI, V. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado mercantil. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. (Especial). Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2016.

SLEUTJES, M. H. S. C. **Uma avaliação estratégica da situação de crise e mudança das universidades federais brasileiras**. 1997. 300 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H.A **pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.

SOUSA, A. M. G. D. **Financiamento Público estudantil do ensino superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOLEDO, J. A. de., **A Educação Superior a Distância: Políticas e dinâmicas da formação de professores em EAD em Santa Catarina**. 2020, (Dissertação em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, 2020.

TOMELIN, K. N. Et al. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. Rev. Psicopedagogia** 2018; 35(106): 94-103.

WEBER, G. A. W. **Despolitización y mercado en el financiamiento de la educación superior**. 2021. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 17.

XAVIER, D. dos S. R.. **Uma análise dos programas de acesso á educação superior nos governos Lula e Dilma**. 2016. (Dissertação em Economia Política) – Pontífca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

APÊNDICE - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO E OBSERVAÇÕES

continua

CRITÉRIO	OBSERVAÇÃO
<p>1.ABRANGÊNCIA Capacidade de conter em si aspectos que podem ser abordado sem distintos contextos (local/ regional/ nacional/ internacional).</p>	<p>O curso apresenta abrangência multidimensional, caracterizada pela capacidade de integrar conteúdos, metodologias e práticas pedagógicas aplicáveis em contextos local, regional e nacional. Essa amplitude assegura a adaptação do processo formativo às especificidades socioculturais e educacionais de diferentes públicos, mantendo alinhamento às diretrizes curriculares e às exigências do ENEM e dos principais vestibulares.</p>
<p>2.ACESSO PE com previsão de acesso público e gratuito no Repositório Institucional da UFRPE.</p>	<p>O acesso público permite que estudantes, docentes, pesquisadores e a comunidade em geral utilizem o material de forma livre, favorecendo a democratização do conhecimento e ampliando o alcance social do curso. Além disso, sua hospedagem em ambiente institucional padronizado atende aos requisitos de confiabilidade, rastreabilidade e manutenção contínua dos recursos educacionais.</p>
<p>3.ADERÊNCIA PE tem origem nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisa do PPGET.</p>	<p>O Produto Educacional apresenta aderência direta às atividades desenvolvidas nas linhas e projetos de pesquisa do PPGET, uma vez que resulta de investigações que articulam práticas pedagógicas inovadoras, uso de tecnologias digitais e processos formativos voltados à preparação para o ENEM e vestibulares. Sua concepção está alinhada aos pressupostos teórico-metodológicos do Programa, garantindo fundamentação científica, coerência acadêmica e consonância com as áreas de pesquisa que orientam o desenvolvimento do curso.</p>
<p>4.APLICABILIDADE Potencial facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, de modo que, possa ser acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.</p>	<p>O Produto Educacional apresenta elevada aplicabilidade, dado seu potencial de acesso e compartilhamento em múltiplas plataformas. Sua estrutura modular e digital permite utilização integral em distintos sistemas de ensino, assegurando adaptação a diferentes contextos tecnológicos, institucionais e pedagógicos. Essa flexibilidade amplia o alcance do material e favorece sua integração em práticas formativas diversas.</p>
<p>5.COMPLEXIDADE Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na pesquisa. A metodologia apresenta de modo claro e objetivo a forma de aplicação do PE.</p>	<p>O Produto Educacional evidencia complexidade adequada ao nível acadêmico, uma vez que sua elaboração está ancorada em referenciais teóricos e teórico-metodológicos consistentes, que orientam a reflexão crítica sobre sua construção e utilização. A metodologia adotada descreve, de maneira clara, objetiva e sistematizada, os procedimentos de desenvolvimento e aplicação do PE, assegurando rigor científico, coerência interna e viabilidade prática no contexto educacional.</p>

<p>6.IMPACTO Forma como o PE pode ser utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais e na prática pedagógica. Contribuição na prática pedagógica e/ou os sistemas educacionais.</p>	<p>O Produto Educacional apresenta potencial de impacto significativo nos sistemas educacionais e na prática pedagógica, ao oferecer recursos estruturados e metodologias aplicáveis em diferentes contextos de ensino. Sua utilização favorece a qualificação dos processos formativos, ampliando a autonomia docente, diversificando estratégias de ensino e promovendo a aprendizagem ativa. Além disso, o PE contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e pode ser integrado a distintos modelos institucionais, fortalecendo políticas de apoio ao ensino, inovação educacional e formação de estudantes para o ENEM e vestibulares.</p>
<p>7.INOVAÇÃO PE criado com base em algo novo, ou na reflexão e/ou modificação de algo já existente, ou revisitado de forma inovadora ou original.</p>	<p>O Produto Educacional demonstra caráter inovador ao apresentar uma proposta formativa construída a partir de elementos originais ou pela ressignificação de práticas e recursos já existentes. Sua concepção integra abordagens metodológicas atualizadas, uso qualificado de tecnologias digitais e estratégias pedagógicas contemporâneas, resultando em uma solução educacional diferenciada.</p>
<p>8.REPLICABILIDADE Característica do PE de ser replicado em diferentes contextos e problemas afins.</p>	<p>O Produto Educacional apresenta elevada replicabilidade, uma vez que sua estrutura metodológica, organização dos conteúdos e formato digital permitem sua aplicação em diferentes contextos educacionais e em situações de ensino com problemáticas semelhantes. A natureza modular e adaptável favorece sua utilização por distintas instituições, docentes e programas formativos, mantendo coerência pedagógica mesmo quando ajustado às especificidades locais, regionais ou institucionais. Essa característica assegura sua viabilidade enquanto recurso transferível, escalável e facilmente integrável a diversos ambientes de aprendizagem.</p>
<p>9.QUALIDADE TÉCNICA Design, qualidade estética e linguagem.</p>	<p>O Produto Educacional apresenta qualidade técnica elevada, expressa por um design funcional e responsivo, que privilegia a navegabilidade e a usabilidade. A estética é organizada, coerente e alinhada às diretrizes institucionais, garantindo clareza visual e padronização. A linguagem adotada é objetiva, precisa e tecnicamente adequada ao público-alvo, assegurando comunicação eficiente e favorecendo a compreensão dos conteúdos.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).